



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

FACULDADE DE TEOLOGIA

MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)

PAULO JORGE RODRIGUES DE FARIA

## **D. Teófilo de Andrade:**

Um bispo da Concordata e do Acordo Missionário de 1940

Dissertação Final  
sob orientação de:  
Prof. Doutor João Duque

Braga

2019



## RESUMO

O presente trabalho, a propósito da vida e da ação missionária de D. Teófilo de Andrade, procura compreender o impacto do regime Concordatário de 1940, estabelecido entre o Estado Português e a Santa Sé, no relançamento do esforço missionário nas colónias portuguesas e, ainda, a sua importância na nomeação episcopal do frade franciscano. É explicado o contexto político, eclesial e missionário que se vive em Portugal entre 1841 e 1940. A referência a alguns acontecimentos políticos, como a Conferência de Berlim, o *ultimatum* inglês ou a questão da *Voz de Santo António* ajudam a entender melhor as opções políticas dos diversos governos, e em particular do Estado Novo, a propósito do Ultramar Português. Faz-se referência ao percurso biográfico de D. Teófilo, e procede-se a um elaborado estudo sobre a sua ação pastoral e missionária, enquanto primeiro bispo da Diocese de Nampula, em Moçambique, entre 1941 e 1951. As abordagens conceptuais sobre modelos de colonização e de missiologia, a atividade missionária não católica ou a caracterização do território de Nampula ajudam a compreender melhor as opções pastorais do prelado. Analisa-se a sua correspondência com as autoridades civis, as visitas pastorais e as exortações, cartas e recomendações que dirige ao clero e fiéis da sua Diocese.

**Palavras-Chave:** D. Teófilo de Andrade; Moçambique-missões; Diocese de Nampula; Concordata-1940; Acordo Missionário.

## ABSTRACT

This present work on the subject of D. Teófilo de Andrade's life and missionary action aims to understand the impact of the Agreement regime of 1940 which was set up between the Portuguese State and the Holy Church on the issue of the relaunch of the missionary effort in the portuguese colonies, and still its importance on the franciscan friar's episcopal nomination. It approaches the political, ecclesiastical and missionary environment Portugal lives in between 1841 and 1940. The reference to some political events, such as the Berlin Conference, the english *ultimatum* or the issue of *Voz de Santo António* help to understand better the political options of the several governments, in particular the New State on account of the Portuguese Overseas. Not only a reference to D. Teófilo's biographical course is made but also a detailed study on his pastoral and

missionary action as first Bishop of Nampula Diocese, in Mozambique, between 1941 and 1951 is carried out. The conceptual approaches to models of colonization and mission, the non-catholic missionary activity or even the land features of Nampula help to understand better the prelate's pastoral options. All his mail with the civil authorities, pastoral visits and exhortations, letters and recommendations to the clergy and faithful of his Diocese are examined.

**Keywords:** D. Teófilo de Andrade; Mozambique-missions; Diocese of Nampula; Concordat-1940; Mission Agreement.

## Siglas

APPOF	–	Arquivo da Província Portuguesa da Ordem Franciscana
CPP	–	Concílio Plenário Português
CDAC	–	Centro Académico da Democracia Cristã
EOMCP	–	Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas
MNE		Ministério dos Negócios Estrangeiros
OFM	–	Ordem dos Frades Menores (Ordem Franciscana)
Voz		Voz de Santo António

*«Somente a História nos pode redimir do purgatório do esquecimento. Ela é uma eterna missa de requiem, um convite a um abraço de fraterna compreensão e solidariedade humana. A história, sobretudo a religiosa, é comunicação, é comemoração e comunhão das graças e desgraças».*

(António de Sousa Araújo, *Itinerarium*, n.º 161: 301)

## Introdução

A presente dissertação de Mestrado Integrado de Teologia, com o título «D. Teófilo de Andrade: um bispo da Concordata e do Acordo Missionário de 1940», tem por objetivo principal perceber que importância teve a assinatura da Concordata e do Acordo Missionário, entre o Governo Português e a Santa Sé, no ano de 1940, não só para o relançamento do esforço missionário português, como também na nomeação episcopal de Fr. Teófilo de Andrade, para 1.º bispo na Diocese de Nampula, Moçambique, entre os anos de 1941 e 1951.

Para melhor compreendermos a vida e obra de D. Teófilo de Andrade, faremos uma caracterização política, religiosa e missionária de Portugal entre os anos de 1841 e de 1951.

Naturalmente, a escolha do tema não é alheia à minha condição de frade franciscano. A disponibilidade para a missão *ad gentes* está contemplada no capítulo XII da Regra Bulada da Ordem Franciscana<sup>1</sup>. Justifica-se, portanto, a realização de estudos que deem a conhecer o trabalho missionário de mulheres e homens franciscanos que, ao jeito de São Francisco de Assis, se aventuraram a anunciar o Evangelho por terras de Ultramar. A este propósito, é importante mencionar que no presente ano se celebra o VIII centenário do encontro de São Francisco com o sultão do Egipto, Malik-el-Kamil (1219-2019).

A dissertação encontra-se estruturada em três capítulos. No capítulo I procuro apresentar o contexto político e religioso em que viveu D. Teófilo de Andrade. Os diversos eventos históricos que abordarei neste capítulo, abrangendo o período do Liberalismo, da I República e do Estado Novo, levaram-me a recorrer, com frequência talvez excessiva, a referências em notas de rodapé. Procurei, ainda assim, que estas oferecessem informação verdadeiramente útil e pertinente para o tema em análise.

O que pareceu ser o «genocídio do religioso em Portugal», afinal, revelou-se uma oportunidade para a Igreja em se libertar das amarras do poder e em ganhar consciência do que era estar do lado dos sofredores, dos perseguidos, dos injustiçados, enfim, de saber

---

<sup>1</sup> «Os irmãos que, por divina inspiração, quiserem ir para entre os mouros e outros infiéis, peçam licença aos seus Ministros Provinciais. Mas os Ministros só deixem partir os que lhes parecerem capazes de se poderem enviar». Marques Novo, *Fontes Franciscanas: escritos, biografias, documentos* (Braga: Ed. Franciscana, 1994), 162.

lutar pelos seus direitos, de saber lutar pela liberdade de expressão e autonomia de ação. Revivifica nas missões longínquas de Além-Mar. Pragmaticamente, soube como fazer para convergir, sempre que necessário, a sua missão de evangelização com os interesses próprios do regime político vigente. Os embaixadores de Cristo, ansiados pelos Papas, irão fundar missões, aldeias, construir Igrejas, erguer países. Abraçaram este desígnio homens simples, saídos das comodidades das metrópoles, arriscando a vida na prossecução de um bem maior: a salvação das almas. Um desses homens foi Teófilo de Andrade.

Farei referência à Conferência de Berlim e ao *Ultimatum*, enquanto acontecimentos que condicionaram a política externa de Portugal e nos ajudam a compreender melhor a política colonial defendida pelos diversos regimes políticos, e em especial o nacionalismo exacerbado e saudosista do Estado Novo.

Para a pacificação das relações entre a Igreja e o Poder Político muito contribuirá a ascensão de António Salazar ao poder. O Estado Novo e a Santa Sé assinarão dois documentos fulcrais para a questão missionária. A Concordata e o Acordo Missionário constituem o ponto zero da chamada «arrancada missionária» e são a causa, muito provável, da nomeação episcopal de D. Teófilo.

No capítulo II traçarei o percurso biográfico de D. Teófilo, assinalando os principais acontecimentos da sua vida. Veremos que ele viveu na e com a Igreja do seu tempo. Sentiu na primeira pessoa as consequências do ambiente anticlerical que subsistirá em Portugal até, pelo menos, ao ano de 1917. D. Teófilo, estudante em Montariol, terá oportunidade de conviver com os cinco frades que em 1898 embarcam para Moçambique (Beira). Os seus estudos em Roma e a sua participação no Concílio Plenário Português de 1926 (marco decisivo de afirmação da Igreja em Portugal), foram momentos importantes que ajudarão a explicar a sua nomeação episcopal, ainda que não a desejasse.

Ao longo da investigação sobre a nomeação episcopal de D. Teófilo não foi possível ter acesso ao processo da Santa Sé. Efetivamente, os arquivos relativos ao Pontificado de Pio XII, por determinação do Papa Francisco, só serão disponibilizados ao público em março de 2020. Ainda assim, tive a felicidade, por especial cortesia dos Serviços de Documentação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de obter uma cópia do processo de «Provimento da diocese de Nampula – Moçambique, nº 33,2». Como é sabido, a Concordata obrigava a Santa Sé a consultar o Governo sobre a nomeação de bispos residenciais.



Finalmente, no capítulo III, começo por analisar algumas questões introdutórias, que ajudarão a compreender melhor as opções de D. Teófilo. Os nossos missionários foram mais evangelizadores, civilizadores ou nacionalizadores? Que modelos de missão existiam? Haveria um modo próprio franciscano de fazer missão? As exortações dos Papas eram observadas pelos missionários no terreno? Edificava-se para receber mais subsídios? Qual a importância das missões protestantes e muçulmanas?

Em seguida, analiso o trabalho pastoral e missionário de D. Teófilo de Andrade entre novembro de 1941 e outubro de 1951. Para tal, socorri-me de diversa documentação, a saber: i) correspondência trocada com as autoridades civis, organizada pelo seu secretário, o P. Constantino Ferreira da Silva (documentos não publicados, em pró-manuscrito); ii) cartas pertencentes ao espólio do bispo, que se encontram no Arquivo da Província Portuguesa da Ordem Franciscana (APPOF); iii) o Boletim Eclesiástico da Diocese de Nampula, publicação anual organizada e dirigida por D. Teófilo de Andrade, (anos de 1941 a 1945 e 1950 a 1951). No que respeita a este Boletim, não foi possível aceder aos números publicados entre anos de 1946 e 1949 (constituindo, por isso, uma grande limitação para a presente investigação), não obstante todas as diligências por mim realizadas.

Por fim, parece-me importante inserir em anexos uma informação mais ilustrativa composta por uma foto de D. Teófilo de Andrade, dois mapas manuscritos contendo informação sobre a Diocese de Nampula e uma cópia do processo do Ministério dos Negócios Estrangeiros.



# CAPÍTULO I

## Enquadramento histórico

Antes de me referir especificamente à vida e obra missionária de D. Teófilo de Andrade cabe fazer, no presente capítulo, uma breve, mas importante, referência ao contexto político, social e principalmente religioso em que o nosso bispo nasceu, viveu e morreu (1881-1954), não me podendo, portanto, deter, por opções metodológicas, nos detalhes riquíssimos que caracterizam a história política e social em Portugal desde as revoluções liberais, passando pela I República, até aos primeiros anos do Estado Novo.

### 1. Do liberalismo à I República

Passado o período conturbado das revoltas liberais (1820, 1834-1836 e 1848)<sup>2</sup>, o ambiente de hostilidade inicial<sup>3</sup> para com a Igreja foi-se atenuando. A partir de 1841, vai

---

<sup>2</sup> Em matéria religiosa, a Constituição de 1822 consagra, no seu art.º 6, a religião católica apostólica como religião do reino, permitindo-se, no entanto, aos estrangeiros o exercício particular dos respetivos cultos, competindo ao rei nomear bispos e prover benefícios eclesiásticos (art.º 75, § 2), e a continuação da política regalista com a aplicação do beneplácito régio. Cf. Miguel de Oliveira, *História Eclesiástica de Portugal* (Mem Martins: Europa-América, 1994), 233.

<sup>3</sup> O decreto de 28 de maio de 1834 é disso exemplo. Referendado pelo ministro da Justiça, Joaquim António de Aguiar, este decreto que extinguiu todos os «conventos, mosteiros, colégios, hospícios e quaisquer casas de religiosos e de todas as ordens regulares, seja qual for a sua denominação, instituto ou regra» (subsistirão os lazaristas e os dominicanos irlandeses do Corpo Santo, em Lisboa, por terem acolhido os liberais), não obstante, ter sido rejeitado pelo Conselho de Estado será, ainda assim, promulgado por imposição de D. Pedro. A sua publicação é o culminar de um processo de uma acentuada decadência das Ordens Religiosas que se vinha verificando desde os finais do séc. XVIII. A razão da extinção das ordens prendia-se, por um lado, com a necessidade de acalmar a agitação do extremismo liberal (o liberalismo combate as ordens religiosas: i) por considerar por exemplo que os votos perpétuos eram por natureza contrários à liberdade humana; ii) por estarem sujeitas aos superiores de Roma; iii) por contribuírem para a redução da população; iv) por serem um estorvo ao crescimento económico e por manterem a estagnação da propriedade. (Cf. António Sousa Araújo, «A crise da ordem franciscana em Portugal com o Absolutismo (séc. XVIII) e a sua supressão com o liberalismo (1834), confirmada pela República (1910),» in *Os 800 anos da Ordem Franciscana (1209-2009): os franciscanos em Portugal e no mundo português: actas* (Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2011): 150). Outras medidas foram tomadas para enfraquecer o peso da Igreja em Portugal, a saber: encerram-se os seminários; proíbe-se a admissão de noviças (o decreto de 5 de Agosto de 1933 de Mouzinho da Silveira proibia a entrada de noviços, tanto em conventos de religiosos, como de religiosas); são proibidas as ordenações de sacerdotes, mais tarde serão permitidas, mas sempre com aval prévio do governo; são extintos os dízimos. Entretanto, centenas de religiosos passam a viver em condições de grande precariedade. As pensões prometidas pelo governo serão pagas apenas a 2835 religiosos egressos. A nova ordem política burguesa procurou governamentalizar a atividade eclesiástica. O liberalismo entendia as relações entre o Estado e a Igreja à luz das teses regalistas, defendendo a existência de uma religião oficial, enfim, de uma Igreja Nacional, à semelhança dos regimes absolutistas. Havia, assim, que integrar o clero secular na missão moralizadora do Estado junto das populações, surgindo, assim o clero constitucional nomeado pelo governo. Cf. Vitor Neto, «O Estado e a Igreja,» in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. 5 (Lisboa: Estampa, 1998), 229. Ver também Cf. Manuel Clemente, «A

prevalecendo um cenário de alguma normalização da questão religiosa<sup>4</sup>. A Monarquia Constitucional procurou, em nome da paz social, manter relações com a Igreja em Portugal e também com a Santa Sé<sup>5</sup>. A cúria romana aceitará, implicitamente, as alterações eclesiásticas realizadas durante a revolução liberal, nomeadamente a supressão de 203 paróquias e a redução do número de bispados<sup>6</sup>.

A chegada das irmãs da Caridade, francesas, em 1857, representou o primeiro passo para a reintrodução progressiva das congregações religiosas em Portugal, desenvolvendo o seu trabalho necessariamente no ensino e assistência<sup>7</sup>. A partir de 1858 foram relançadas algumas missões populares. Os regressados jesuítas, na sua maioria padres italianos, inauguram em 1860 o noviciado no antigo convento do Barro (Torres Vedras) e os franciscanos regressam ao Convento de Varatojo em 1861<sup>8</sup>. Ainda assim, os sucessivos governos liberais, sob a inspiração do regalismo, procuravam integrar a Igreja no sistema constitucional. O poder civil seguia uma política de governamentalização da Igreja,

---

vitalidade religiosa do catolicismo português: do Liberalismo à República,» in *História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira de Azevedo, vol. 3 (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002), 110-111.

<sup>4</sup> O processo de progressiva «restauração católica» (reação anticlerical) é favorecido pela proclamação dogmática sobre a Imaculada Conceição por Pio IX (1854) e a condenação dos «erros modernos» no *Syllabus* (1864), e ainda pela proclamação da infalibilidade papal (1870). Cf. António Matos Ferreira, «Liberalismo,» in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira de Azevedo, vol. P-V (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000), 81.

<sup>5</sup> Cf. Oliveira, *História Eclesiástica de Portugal*, 229. A concordata de 22 de outubro de 1848 permitia que todas as dioceses tivessem o seu seminário. As relações diplomáticas foram restabelecidas oficialmente em junho de 1941. Em 21 de fevereiro de 1857 foi assinada uma primeira concordata entre Pio IX e D. Pedro V, ficando reconhecido o «exercício do padroado da coroa portuguesa», ainda que sob um território bem mais reduzido. A 23 de Junho de 1886 foi assinada nova concordata entre o Papa Leão XIII e D. Luís.

<sup>6</sup> Cf. Neto, «O Estado e a Igreja,» 230. Face às dificuldades que os sucessivos governos iam provocando no que diz respeito à gestão dos seminários e à necessidade de uma adequada formação dos futuros clérigos e prelados, o Papa Leão XIII patrocina a fundação, em Roma (1898), do Pontifício Colégio Português. A situação do clero lusitano era humilhante. Observava-se uma falta de formação e um escasso controlo dos bispos sobre o seu clero. O número de estudantes portugueses nas universidades em Roma era quase nulo. A fundação do Colégio Português em Roma era condição material indispensável para aumentar o número de clérigos lusitanos fora de Portugal. São criadas também bolsas de estudo para os seminaristas portugueses. A 11 de novembro de 1901 o Papa Leão XIII recebe Ramalho Ortigão que transmite ao Papa a preocupação pela fraca qualidade intelectual e moral dos padres em Portugal (iam no mesmo sentido os relatórios que o núncio apostólico ia enviando para Roma). Ora, o Papa apresentará a Ortigão a fundação do Colégio como resposta ao problema. Cf. Luís Salgado de Matos, «Os bispos portugueses: da Concordata ao 25 de Abril – alguns aspetos,» *Análise Social* vol. 29, n.º 125/126, (1994): 333.

<sup>7</sup> O «sucesso» da reintrodução das ordens religiosas no país pode também ser explicado pelo facto de a maior parte dos estabelecimentos congregacionistas estarem concentrados sobretudo nos centros urbanos e, nessa medida, beneficiarem da proteção da fidalguia e de gente abastada. Cf. Rui Ramos, «A segunda fundação (1890-1926),» in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. 6 (Lisboa: Estampa, 1998), 266.

<sup>8</sup> Em 1891 é restaurada, canonicamente, a Província Portuguesa dos Santos Mártires de Marrocos. Cf. Oliveira, *História Eclesiástica de Portugal*, 247.

servindo-se do seu aparelho para tarefas administrativas e como instrumento de coesão social<sup>9</sup>. Tal política contava com a oposição ativa e desobediente de vários bispos e do clero ultramontano. É que, não obstante existir uma dependência económica e política da hierarquia eclesiástica em relação ao poder político, a Igreja nunca aderirá de modo pleno ao regime constitucional<sup>10</sup>. A resistência da maior parte dos bispos às constantes medidas governamentais de controlo da ação da hierarquia eclesiástica contribuiu, na prática, para uma paulatina recuperação da influência da Igreja na sociedade, na política, no ensino e na assistência pública.

Entretanto, a partir do reinado de D. Luís (1861-1889) começam a ser difundidas ideias laicistas<sup>11</sup> em conferências e artigos da imprensa periódica. Surgem na cena política e partidária portuguesa movimentos socialistas, republicanos e a maçonaria, que não deixavam adivinhar um futuro promissor para o sistema político nem para a religião. Agora, o propósito em relação à Igreja Católica era outro bem mais extremo: expulsar, destruir, extinguir e nacionalizar. «Laica, anticlerical e anticongreganista»<sup>12</sup>, defendia-se um modelo de sociedade secularista e despida de toda a confessionalidade religiosa<sup>13</sup>. As conferências do Casino Lisbonense (maio-junho de 1871) são o melhor exemplo das ideias revolucionárias em voga. A religião e o regime político vigente estão na mira da crítica de personalidades como Antero de Quental, Salomão Sáraga, entre outros. Perante tão avassalador ataque, o governo vê-se obrigado a proibir a continuidade das conferências, considerando que estas ofendiam seriamente a religião e faziam perigar as leis do reino e o código fundamental da monarquia<sup>14</sup>.

---

<sup>9</sup> Cf. Neto, «O Estado e a Igreja,» 353.

<sup>10</sup> Cf. Neto, «O Estado e a Igreja,» 234.

<sup>11</sup> No entender do Dr. Paulo Abreu o laicismo representa um passo em frente relativamente ao liberalismo. A liberdade de consciência degenera em luta aberta contra a Igreja. Havia que expulsar a Igreja da vida pública e instaurar uma sociedade laica. Cf. Paulo Abreu, «A doutrina social da Igreja em D. Augusto Eduardo Nunes,» *Lusitania Sacra* 2.<sup>a</sup> Serie, 3 (1991): 288.

<sup>12</sup> O anticongreganismo tornou-se uma das variáveis do anticlericalismo. A contestação das formas de vida religiosa degenerou num questionamento do papel da Igreja na sociedade. Uma das dimensões mais contundentes do anticongreganismo manifestou-se no antijesuítismo, na medida em que os jesuítas eram vistos como exemplo máximo da contra-revolução, do antiliberalismo e do ultramontanismo. A Companhia de Jesus era acusada de um plano de manipulação das consciências, nomeadamente da mulher e do poder político com vista a alargar a sua influência clerical. Cf. António Matos Ferreira, «Congreganismo,» in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira de Azevedo, vol. A-C (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000), 489.

<sup>13</sup> Cf. José Eduardo Franco. «A controvérsia modernista entre Franciscanos e Jesuítas nas vésperas da revolução republicana,» *Itinerarium* Ano LVII, n.º 200-201 (maio-dez. 2011): 209.

<sup>14</sup> Antero de Quental, principal mentor das conferências, apresenta como «causa da decadência peninsular: o catolicismo do Concílio de Trento, o absolutismo político (...)», concluindo com a célebre frase: se «o Cristianismo foi a revolução do mundo antigo, a Revolução não é mais do que o Cristianismo do mundo moderno». Cf. Joaquim de Carvalho, «Regime político dos pequenos

### 1.1. A Conferência de Berlim

Se, por um lado, a monarquia se via ameaçada internamente pelas movimentações republicanas, por outro lado, a relação com as potências estrangeiras, como Inglaterra, França e Alemanha, não deixava Portugal menos preocupado no que dizia respeito aos seus territórios além-mar<sup>15</sup>. África estava na mira dos países industrializados pela sua riqueza em matéria prima, e pelas oportunidades que oferecia de escoamento da forte produção industrial. Em face deste cenário, Otto Von Bismark organiza a Conferência de Berlim com a finalidade de contrabalançar a política expansionista de Inglaterra. A 26 de fevereiro de 1885, o Acto Geral definiria um «novo direito público colonial»<sup>16</sup>. Ficava expressa a necessidade da existência de uma autoridade suficiente que fizesse respeitar os direitos adquiridos e a liberdade de comércio e de trânsito. Interessava, portanto, a posse efetiva dos territórios e já não o direito histórico tradicional que pudesse existir sobre os territórios em causa<sup>17</sup>. Os governos reconhecem a importância das missões religiosas como instrumentos de civilização e comprometem-se a apoiar os missionários, independentemente das suas nacionalidades. Em termos de política colonizadora, esta decisão teve determinante influência na vida dos portugueses<sup>18</sup>. Estipulou-se que toda a nação europeia que tomasse posse de uma zona da costa africana ou nela estabelecesse um protetorado teria de notificar esse facto aos restantes signatários, para que as suas pretensões fossem ratificadas. Além disso era necessário provar que dispunha de «autoridade» suficiente para fazer respeitar a liberdade de comércio e de trânsito<sup>19</sup>. Os resultados desta assembleia cavaram em Portugal um fundo «sulco de compreensível

---

partidos,» in *História de Portugal*, dir. Damião Peres, vol. 7 (Barcelos: Portucalense, 1935), 399-400.

<sup>15</sup> Países como Inglaterra ou a França, usavam as missões como expediente no sentido de preparar terreno para a introdução de políticas colonizadoras. Pio XI e Leão XII apercebendo-se do aproveitamento político das missões, procuram defender a independência dos missionários, devendo estes agir em nome da Igreja Católica e não como delegados de uma nação ou de interesses políticos.

<sup>16</sup> Cf. Lopes de Almeida, «Domínio português na África,» in *História de Portugal*, dir. Damião Peres, vol. 7 (Barcelos: Portucalense, 1935), 595.

<sup>17</sup> Cf. Almeida, «Domínio português na África,» 596.

<sup>18</sup> Os missionários, sem distinção de nacionalidade nem de culto, incluindo os muçulmanos, gozavam do mesmo tratamento e dos mesmos direitos que os nacionais. Aliás, o islamismo, como também o protestantismo, conhecia franca progressão pelo norte e centro de Moçambique, especialmente na zona do Niassa, área abrangida anos mais tarde pela diocese de Nampula. Estas missões podiam instalar-se nas nossas colónias sem qualquer tipo de formalidade nem conhecimento prévio das autoridades portuguesas. Para contrariar estas disposições, o decreto nº 5239, de 8 de março de 1919, estipulou que todas as missões deviam ter um diretor português europeu, deviam ensinar em língua indígena ou português, e os seus estatutos deviam ser previamente submetidos à aprovação do governo. Cf. Eduardo dos Santos, *O Estado Português e o Ultramar Missionário* (Lisboa: Agência-Geral de Ultramar, 1964), 61-63, 68.

<sup>19</sup> Cf. Maria Manuela Lucas, «Organização do império,» in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. 5 (Lisboa: Estampa, 1998), 262.

amargura». Portugal vê-se, pois, na contingência de ocupar os territórios da África Central que não haviam sido partilhados, procurando ligar as nossas possessões de ambas as costas<sup>20</sup>.

### 1.2. O *ultimatum* inglês

Quando nos anos oitenta os povos europeus procuram conquistar espaço em África, o valor político e simbólicos dos territórios africanos controlados por Portugal aumentou consideravelmente. O quimérico sonho português de unir Angola e Moçambique («mapa cor de rosa»), suscitou uma reação frontal de algumas potências europeias, sobretudo e abertamente, por parte da Inglaterra. A pretexto de um alegado ataque das tropas portuguesas a estabelecimentos britânicos situados junto do Niassa e do Chire (Moçambique), veementemente negado pelo governo português, a 11 de janeiro de 1890 o governo britânico envia um *ultimatum* a Portugal, exigindo a retirada da força militar portuguesa do Chire e dos países dos Macololos e Machonas<sup>21</sup>. O governo português acabará por ceder às exigências britânicas, o que provocará em Portugal uma onda geral de indignação. Este episódio contribuirá decididamente para a impopularidade do rei e consequente queda da monarquia. A agitação patriótica gerada<sup>22</sup> contra o *ultimatum* será aproveitada pelo partido republicano, na sua demanda revolucionária.

A compreensão do esforço missionário português, que conhecerá decisivo impulso nos anos quarenta do séc. XX, passa necessariamente por entender as consequências que um ato político da importância do *ultimatum* teve para o povo português. Estaremos

---

<sup>20</sup> Entre 1877 e 1880 realizam-se as primeiras grandes viagens de exploração científica lideradas por Serpa Pinto, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, destinadas a reconhecer a bacia do Zaire, o Zambeze e os grandes lagos, procurando, assim, assegurar a soberania portuguesa por aquelas paragens. Em 1887 António Maria Cardoso chega ao Niassa, onde os chefes indígenas lhe ofereceram vassalagem, e avança pela região de Blantire até ao Chire, e daí passa pelo Zambeze até Quélimate. Cf. Almeida, «Domínio português na África,» 586.

<sup>21</sup> Numa expedição ao Niassa para estudar a viabilidade da construção de um caminho de ferro que facilitasse a comunicação do lago com o mar, Serpa Pinto vê-se obrigado a lutar contra as tribos de macololos (que desfraldavam bandeiras inglesas – os estabelecimentos britânicos missionários ou comerciais já estavam bem consolidados naquela região). Num dos memorandos dirigidos a Portugal, o governo inglês afirmava não reconhecer a soberania portuguesa nos territórios onde não tivéssemos uma ocupação efetiva ou força suficiente para manter a ordem e fazer respeitar os direitos dos estrangeiros. A resolução do conflito será objeto de um tratado assinado em 28 de maio de 1891, mas só, efetivamente, com o Tratado de Windsor (14 de outubro de 1899) se iniciará uma nova política de entendimento com a Inglaterra, fruto do apoio português aos ingleses na guerra destes com os Boers da África do Sul. Cf. Marques Guedes, «Os últimos tempos da monarquia: 1890 a 1910,» in *História de Portugal*, dir. Damião Peres, vol. 7 (Barcelos: Portucalense, 1935), 413-414. Ver Também Almeida, «Domínio português na África,» 597.

<sup>22</sup> Deste episódio ficará como maior símbolo musical e poético o hino de *A Portuguesa* de Alfredo Keil (música) e de Henrique Lopes de Mendonça (letra).



perante uma humilhação que condicionará o agir do homem português<sup>23</sup>. A ideologia de vanguarda propagada pelo movimento republicano não conseguiu esconder o mesmo país «cauda da Europa» de sempre. Por sua vez, o Estado Novo de Salazar, sob a forma totalitária representa uma curiosa mistura de arcaísmo e vanguardismo<sup>24</sup>.

O ultimato britânico gera na consciência nacional a certeza de que os territórios ultramarinos eram «parcelas sagradas» que se devia proteger a todo o custo, em nome de uma «vocação ultramarina portuguesa», exacerbando um nacionalismo que o ultimato britânico de forma tão humilhante ferira<sup>25</sup>.

### 1.3. As missões

A extinção das ordens religiosas em 1834 e a consequente expulsão dos Jesuítas deixara as nossas missões, além-mar, em muito má situação<sup>26</sup>. Estas vão pouco a pouco desaparecendo ou sendo substituídas pelas missões das potências estrangeiras<sup>27</sup>. No

---

<sup>23</sup> Eduardo Lourenço elaborou um interessante estudo sobre o destino português aprisionado num labirinto de saudade. O *ultimatum* desvela a existência diminuída de um país que vê em África uma solução para cobrir a nudez caseira com uma nova pele que não será apenas imperial, mas imperialista. «Poucos períodos da nossa história foram tão “patrióticos” como aquele que a República inaugurou. O “patriotismo” fora a sua arma ideológica antes do triunfo, seria a sua justificação permanente após 1910, como se pela segunda vez (a primeira fora em 1820) os portugueses tivessem uma pátria [...] aquela mesma definida pela *Portuguesa*.» (Cf. Eduardo Lourenço, *Labirinto da saudade: psicanálise mítica do destino Português* (Lisboa: Dom Quixote, 1988), 25, 26). No entender de Eduardo Lourenço «o fim do séc. XIX, por reação ao criticismo devastador e impotente da década de 70 [...] verá eclodir a mais nefasta flor de amor pátrio, do misticismo nacionalista. O nacionalismo político desta época pretendia unir os indivíduos em volta de uma espécie de religião sem Deus. Todos agregados a uma vontade coletiva que prestaria devoção pelo bem da comunidade.» (Cf. Ramos, «A segunda fundação (1890-1926),» 496-497). «O saudosismo será, mais tarde, a tradução poético-ideológica desse nacionalismo místico, tradução genial que representa a mais profunda e sublime metamorfose da nossa realidade vivida e concebida como irreal.» Lourenço, *Labirinto da saudade...*, 25.

<sup>24</sup> Cf. Lourenço, *Labirinto da saudade...*, 26. A este propósito Oliveira Salazar afirmará perante a Assembleia Nacional, aquando da discussão do Acordo Missionário, que «regressamos, com a força e pujança de um Estado renascido, a uma das grandes fontes da vida nacional e, sem deixarmos de ser do nosso tempo por todo o progresso material e por todas as conquistas da civilização, somos nos altos domínios da espiritualidade os mesmos de há oito séculos.» Igreja Católica, *Concordata e acordo missionário...*, 95

<sup>25</sup> Cf. Lucas, «Organização do império,» 266.

<sup>26</sup> A situação no Oriente não era a melhor: aumentava o conflito entre o clero português e os missionários da Propaganda Fide. A Santa Sé pretendia que Portugal aceitasse a redução da sua área de jurisdição religiosa no Oriente, uma vez que Portugal já não possuía capacidade missionária para a prossecução efetiva da missionação. A concordata de 1857 acabará por se revelar, de difícil aplicação, especialmente quanto à questão do Padroado da Índia. Em 23 de junho de 1886 será assinada nova concordata que reduzia e definia com precisão a área geográfica do Padroado. Cf. Gonçalves, «A dimensão missionária...,» 353-355.

<sup>27</sup> Em 1880 é criada a Comissão de Estudo da Reforma da Missão Ultramarina, a qual num relatório classificava a situação das missões como vergonhosa e insustentável quanto ao pessoal, instrução, dotação e recursos. Na verdade, face à escassez de missionários portugueses, os territórios eram ocupados por estrangeiros. O relator Luciano Cordeiro destacava a pouca preparação do missionário, pois não bastava ser padre, atuando apenas na esfera religiosa, era necessário que o missionário ideal fosse um agente civilizador com elevada preparação científica e técnica. (Cf. Gonçalves, «A



entanto, face à necessidade de garantir a posse dos territórios ultramarinos, o Estado Português, já não estando interessado em contribuir para o «dilatarse a fé em Cristo», vê-se na contingência de se servir da obra missionária como elemento de nacionalização<sup>28</sup>, ou como instrumento do exercício da função colonizadora<sup>29</sup>. Entretanto, o pessoal missionário ia aumentando, graças aos religiosos estrangeiros e a alguns nacionais. O Colégio de Cernache do Bonjardim<sup>30</sup>, criado em 1855, funcionará com grandes dificuldades, mas com alguma regularidade, até 1910. Relativamente aos institutos religiosos missionários é de salientar a Congregação dos Padres do Espírito Santo com forte presença em Angola, os padres Jesuítas, pioneiros da renovação missionária em Moçambique, e os Franciscanos, que se estabelecem na Beira em 1898, tendo a colaboração das Franciscanas Missionárias de Maria<sup>31</sup>.

---

dimensão missionária...» 356). Ainda a este propósito, num artigo de autor anónimo publicado na *Voz de Santo António*, o autor dá notícia de artigos que iam saindo na imprensa da época, em que se procurava estabelecer os critérios para se ser bom missionário. O periódico *Universal* caracterizava o missionário como uma pessoa pacífica e passiva em «obediência cega e absoluta das determinações dos representantes da soberania nacional.» Ora, o autor compara essa obediência ao que sucedia com grande parte do clero do Continente que não era mais do que «instrumento cego e passivo nas mãos dos mandões e influentes de alta cotação na política partidária.» Por sua vez, no *Popular*, Mariano Carvalho propõe a existência apenas de missões criadas no ultramar. A questão era objeto de discussão na Câmara dos Deputados. Os mais liberais eram favoráveis à criação de ordens religiosas portuguesas única e exclusivamente para o ultramar. As missões eram entendidas como um importante factor de «moralização e civilização dos indígenas» (esta concepção será recuperada por António Salazar nos anos 30 do séc. XX). O ministro da Marinha, concordando com a necessidade do envio de missionários portugueses para as colónias, tinha, no entanto, dúvidas quanto à necessidade de estes serem frades, pois considerava que se «entregavam unicamente à oração nas suas casas.» O *Correio Nacional* responde às reservas do ministro, chamando a atenção para o valor da liberdade, tão apanágio dos liberais. De facto, a liberdade de associação religiosa é tanto ou mais sagrada que outra qualquer. Os frades encontram precisamente na oração o segredo da sua dedicação, eles prestam relevantíssimos serviços no ensino, na pregação, nas missões, na investigação científica e literária, na cultura, no trabalho manual, nas obras de caridade, não fazendo mais do que seguir a divisa «orare et laborare». O autor do artigo lamentava sermos muito rápidos a acolher «doutrinas avariadas» e lentos em imitar o que lá vem de bom. «As missões religiosas para o ultramar,» *Voz de Santo António* 4.º ano, n.º 13, 2ª série (janeiro 1898): 414-415.

<sup>28</sup> Propagação da fé ou alargamento do Império? É verdade que Portugal dilatou a fé muito para além do Império, em terras onde Portugal nunca chegou a exercer o domínio político ou económico. Os missionários eram pragmáticos, pois não esqueciam a dimensão política das suas atividades: nessa medida, procuravam lembrar às autoridades civis a importância das dotações para a defesa da soberania nos territórios ultramarinos. Cf. Gonçalves, «A dimensão missionária...», 368.

<sup>29</sup> Neste sentido surgem uma série de diplomas protegendo abertamente a atividade missionária: decreto de 21/4/1892; 31/12/1893; 7/12/1893 e 9/3/1895. Cf. Eurico Dias Nogueira, «O Estado e as missões católicas no Ultramar Português,» *Portugal em África: revista de cultura missionária* vol. 15, n.º 88, (1958): 209.

<sup>30</sup> Entre 1856 e 1911 saíram deste colégio para o Ultramar cerca de 317 sacerdotes, entre os quais alguns bispos como D. António Barroso. Cf. Gonçalves, «A dimensão missionária...», 361.

<sup>31</sup> Cf. Oliveira, *História Eclesiástica de Portugal*, 243.

#### 1.4. A «Polémica modernista»

Um facto, aparentemente com pouco significado, marcará o debate histórico-eclesiológico nas vésperas da I República. No último quartel do século XIX, a ideia de organizar politicamente os católicos em partido foi ganhando força. Em 1907, o Partido Nacionalista transforma-se num partido religioso (ou composto por católicos), o que provocará um forte debate no seio dos católicos sobre a participação destes na política. Estava em causa a «questão do voto católico»<sup>32</sup>.

A «polémica modernista» surge nas páginas de quatro publicações periódicas. De um lado *A Voz de Santo António (Voz)*<sup>33</sup> editada pelos Franciscanos de Montariol<sup>34</sup>, e do outro lado o *Novo Mensageiro do Coração de Jesus* editada pelos Jesuítas do Barro (Torres Vedras), a *A Restauração* e a *Revista Católica*<sup>35</sup>. Os jesuítas sustentavam a corrente que defendia a votação obrigatória dos católicos no Partido Nacionalista, como sendo aquele que melhor representava os interesses da Igreja Católica. Ora, no nº 14 de fevereiro (1908) a *Voz*, centrada na ideia do «pecado novo», afirma: «[...] não queremos que a religião se confunda nem com a monarquia nem com a democracia nem com nada», de facto «querer obrigar [...] a abraçar um determinado ideal político porque justamente se inclui no programa a defesa do ideal religioso, isso é confusão.» Na verdade, a religião é perene nos seus princípios, ao passo que a política e seus programas estão sujeitos às circunstância e condições da vida do país. A questão religiosa só deveria ser critério, se um determinado partido tivesse no seu programa a intenção expressa de destruir a religião. Finalizando o artigo o autor adverte que «não há uma política católica nem um partido católico, mas pode haver partidários e políticos católicos de valor»<sup>36</sup>. Os

<sup>32</sup> Cf. Franco. «A controvérsia modernista...», 211.

<sup>33</sup> Sobre a questão da «Voz de Santo António» D. Teófilo de Andrade dedica uma página nos seus Apontamentos Autobiográficos. Cf. Teófilo de Andrade, *Apontamentos autobiográficos e outros intercorrentes* (Braga: Pró-manuscrito, 1953), 15.

<sup>34</sup> Os frades franciscanos de Montariol (Braga) eram conhecidos por serem homens cultos, modernistas e reformadores no ensino da teologia e da pregação. Em Montariol encontramos humanistas, cientistas, filósofos e teólogos. Alguns autores consideram a *Voz* como o principal órgão doutrinário do catolicismo social.

<sup>35</sup> A revista *A Restauração* inicia a polémica ao insurgir-se contra a posição defendida pela *Voz*, acusando-a de ser uma defensora do modernismo. Por seu lado a revista dos Jesuítas esclarece, na pessoa do seu editor, que apenas se referiu a «preferência a favor de partidos político-religiosos». Esta polémica, na verdade, punha em confronto diferentes sensibilidades no seio do catolicismo português e não apenas entre a *Voz* e o *Novo Mensageiro*. Aliás a questão criou uma clivagem, dentro da própria Província Portuguesa da Ordem Franciscana, entre os frades do convento de Montariol e os frades do convento de Varatojo. Cf. Ana Maria Jorge, Elisabete Nunes, «A questão da Voz de Santo António: alguns elementos para o seu estudo (1908-1910),» *Reflexão Cristã* ano XIV, 68 (1990): 33, 39.

<sup>36</sup> Cf. «Cronica Ligeira,» *Voz de Santo António* nº 14 (fev. 1908): contracapa, [http://icm.ft.lisboa.ucp.pt/resources/Documentos/CEHR/Rec/VozSant/PT\\_UCP-CEHR\\_VSA\\_1908\\_Fev.pdf](http://icm.ft.lisboa.ucp.pt/resources/Documentos/CEHR/Rec/VozSant/PT_UCP-CEHR_VSA_1908_Fev.pdf)

anticlericais não perderam tempo para atacar os jesuítas, apoiando os franciscanos<sup>37</sup>. Aliás o pensamento político defendido pela *Voz*<sup>38</sup> tinha importantes apoiantes nos sectores laicais do catolicismo, como era o caso de Abúndio da Silva, que simpatizavam com as ideias da denominada democracia cristã<sup>39</sup>. Entretanto, os jesuítas apresentam queixa da Ordem dos Frades Menores a Roma, sob a acusação de serem defensores das ideias modernistas<sup>40</sup>, e o cardeal secretário de Estado, Merry del Val, manda suspender a revista, cujo último número sairá em abril de 2010<sup>41</sup>.

É importante notar que em novembro de 1910, o P. Agostinho Mota escreve um editorial no Boletim Mensal<sup>42</sup> (revista dos franciscanos de Montariol que, em 1908 desdobrar-se-á e de algum modo substituirá a *Voz*) onde reconhece perentoriamente que «*a pátria hoje é a Republica Portuguesa, e todos temos de ser praticamente, ao menos, tão republicanos como ha um mez eramos monarchicos.*» Na boa tradição de filhos de S. Francisco, era dever de católicos e de irmãos terceiros acatar e observar: «*temos de obedecer ás leis que dimanam da sua autoridade, ser-lhes fieis, reverencia-las e auxiliá-las com orações, tributos e auxilio pessoal até derramar a nosso sangue se fôr preciso.*» «*A Igreja reconhece todas as formas de governo, pois de per si nada tem contra os imutáveis princípios do dogma e da moral, nem contradizem á doutrina do Evangelho,*

---

<sup>37</sup> Apesar de se viver um ambiente anticongreganista, os franciscanos, entre os consagrados, gozavam de simpatia por parte dos críticos do congreganismo.

<sup>38</sup> Na opinião de Manuel Pereira Gonçalves, os franciscanos de Montariol souberam ler os sinais dos tempos, antecipando através dos números da *Voz* uma abertura da Igreja às ideias modernas algumas das quais, não obstante, só serão acolhidas no Concílio Vaticano II. Cf. Manuel Pereira Gonçalves. «A “Voz de Santo António”: génese e extinção,» *Itinerarium* Ano LVII, n.º 200-201 (maio-dez. 2011): 261. Ver também Cf. Fátima Moura Ferreira, «A Igreja Bracarense na I Republicana,» in *Braga: roteiros republicanos*, J. Viriato Capela e A. Barreto Nunes (Matosinhos: QuidNovi, 2010), 75.

<sup>39</sup> Cf. José Eduardo Franco. «A controvérsia modernista...» 213, 214, 216.

<sup>40</sup> «Tramava-se até, segundo se disse, a suspensão da Província Franciscana em Portugal». Andrade, *Apontamentos autobiográficos...*, 15. A ideia de uma suposta rivalidade entre as duas ordens é algo redutora. Pela análise dos textos do Novo Mensageiro não é possível afirmar que esta publicação possa ter estado diretamente relacionada com a denúncia da *Voz* à Cúria Romana. Cf. José Carvalho, *Católicos nas vésperas da I República: os jesuítas e a sociedade portuguesa: o novo mensageiro do Coração de Jesus (1881-1910)* (Porto: Civilização Editora, 2008), 103.

<sup>41</sup> Esta carta dirigida ao arcebispo de Braga foi enviada por correio nacional, evitando, assim, os procedimentos diplomáticos e a sujeição da mesma ao regime do beneplácito, o que provocou a «fúria» do governo. Cf. João Seabra, *O Estado e a Igreja em Portugal no início do século XX: a lei da separação de 1911* (Lisboa: Principia, 2009), 49.

<sup>42</sup> Esta revista foi a única publicação congreganista que continuou a ser editada e distribuída em Portugal durante este período.

que manda dar a Cesar o que é de Cesar e a Deus o que é de Deus.»<sup>43</sup> Mais à frente, o editorialista faz expressa referência à doutrina do «ralliement»<sup>44</sup>.

## 2. A I República

Os violentos ataques que a Igreja irá sofrer com a proclamação da República, a 5 de outubro de 1910, decorrem de uma propaganda anticlerical intensa, desenvolvida pelos sectores republicanos radicalizados, que se vinha verificando nos últimos anos, denunciando a religião e a Igreja como sustentáculos do regime e como fator de atraso, ignorância e obscurantismo<sup>45</sup>. A Companhia de Jesus, mercê das suas metodologias, era não só umas das causadoras do ambiente anticlerical, mas simultaneamente uma das principais visadas<sup>46</sup>. «A Lanterna», opúsculo semanal de inquérito à vida religiosa e eclesiástica portuguesa, e as «Cartas Políticas» de João Chagas exercerão uma profunda influência na opinião pública<sup>47</sup>. «A propaganda anticlerical era, de facto, o cerne e a razão do movimento republicano de 1910»<sup>48</sup>. As manifestações na rua, reclamando a reposição das leis de Pombal e de Aguiar, são frequentes<sup>49</sup>. Logo nos primeiros dias da implantação

<sup>43</sup> Agostinho Motta, «Indeclinável dever,» *Boletim Mensal* Ano III, n.º 8 (nov. 1910): 226-227.

<sup>44</sup> O Papa Leão XIII em 1892 advertiu os católicos franceses, através da Encíclica *Au Milieu des Sollicitudes*, que os católicos, em nome do bem comum do seu país, deviam obediência aos poderes constituídos, o que não significava que tivessem de aceitar as leis desse regime que fossem hostis ao catolicismo.

<sup>45</sup> Cf. Ferreira, «Liberalismo,» 434.

<sup>46</sup> «Tomados como protótipo de clericalismo [os jesuítas] tornaram-se alvo máximo da carbonária ou da maçonaria, que, dá a sensação de haverem sido expressamente “criadas e mentalizadas” para os “enfrentar”.» Cf. António de Sousa Araújo, «A República, fonte de alívio para a família franciscana? O valor do salvo conduto,» *Itinerarium* Ano LVII, n.º 200-201 (maio-dez. 2011): 343. A divulgação do código de instruções da Companhia de Jesus, *Monita Secreta*, que supostamente estabeleceria os métodos a serem adotados para aumentar o poder e a influência da Companhia, alimentou a campanha anti-jesuítica. Editoras liberais, republicanas e maçónicas apoiarão uma campanha contundente contra os Jesuítas. Os Jesuítas são apresentados como uma máquina de guerra, uma perigosa organização ultramontana destituída de qualquer sentimento nacional e sem qualquer interesse no serviço da nação. Defendia-se uma igreja mais «pura» que pudesse combater os corrompidos sacerdotes da Companhia de Jesus. Cf. Carvalho, *Católicos nas vésperas...*, 55, 57.

<sup>47</sup> A propaganda republicana servia-se de comissões, jornais, panfletos, peregrinações laicas a túmulos de figuras simbólicas do combate anticatólico, manifestações de repúdio contra a realização de congressos dedicados a figuras da Igreja, como o Congresso Antoniano de 1895. Cf. Franco. «A controvérsia modernista...,» 211.

<sup>48</sup> Cf. Ramos, «A segunda fundação...,» 354. Um dos melhores exemplos da propaganda será a criação de mitos como o da conspiração jesuíta divulgada pela imprensa republicana acerca de uma rede secreta de conventos, colégios, asilos, hospitais onde estava a ser adestrada uma nova humanidade «na submissão, no servilismo, na abdicação da vontade e da razão individuais perante os dogmas eclesiásticos, adorando imagens e obedecendo a superiores italianos ou espanhóis». Ramos, «A segunda fundação...,» 353.

<sup>49</sup> Cf. Guedes, «Os últimos tempos da monarquia...,» 451. No dia 8 de outubro é assinado o decreto que repunha em vigor a lei pombalina de 3/9/1759 e a lei de 1767, relativas à expulsão dos jesuítas, o decreto de 28 de maio de 1834. É revogado o decreto de 18 de abril de 1901 de Hintze Ribeiro, que tinha autorizado a constituição de ordens religiosas para o exercício do ensino ou de beneficência, ou para a propaganda da fé e civilização no ultramar. Cf. Ângelo Ribeiro,

da República temos notícias de assaltos a conventos (Quelhas e das Trinas, Campolide). No convento de Arroios serão assassinados dois padres Lazaristas (Alfredo Fragues e Barros Gomes)<sup>50</sup>. Entre novembro de 1910 e abril de 1911 são publicados diversos decretos<sup>51</sup>. É suprimido o ensino da doutrina cristã nas escolas primárias. São anuladas as matrículas do 1.º ano na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra. São abolidos os dias santificados. É aprovada lei do divórcio, como meio de dissolução do matrimónio. Os militares são proibidos de participar em atos de carácter religioso. São proibidos os batismos, casamentos e funerais católicos sem prévio registo civil. São abolidos os feriados religiosos com exceção do Natal, transformado em «dia da família», são abolidos os juramentos religiosos nos tribunais, etc. Os religiosos portugueses são proibidos de viver em fraternidades ou em comunidades religiosas, mas autorizados a viver em residências com três sacerdotes cada.

O episcopado português reage a estas medidas através da Pastoral Colectiva dirigida ao clero e aos fiéis em 24 de dezembro de 1910<sup>52</sup>. Muitos padres são detidos para interrogatório, por resistirem à proibição do governo da leitura da pastoral nas missas, e entre eles o próprio bispo do Porto, D. António Barroso<sup>53</sup>.

A 20 de abril de 1911, Afonso Costa publica a famosa Lei da Separação do Estado e das Igrejas<sup>54</sup>. Esta lei confisca as propriedades da Igreja, ficando estas na dependência

---

«Consolidação do novo regime,» in *História de Portugal*, dir. Damião Peres, vol. 7 (Barcelos: Portucalense, 1935), 471-472.

<sup>50</sup> No convento do Quelhas são presos seis padres jesuítas. No convento do Barro são presos e transportados para o forte de Caxias vários padres jesuítas, face ao rumor de que ali tinha sido fuzilado um apoiante da república. O franciscano cardeal Neto é detido para ser ouvido pelo ministro da Justiça. Cinco dias após a revolução contavam-se 126 padres presos em Caxias, onde o ministro se dirigia pessoalmente para interrogá-los. Cf. Ribeiro, «Consolidação do novo regime,» 471-472.

<sup>51</sup> Decretos de 22, 23, 26 e 27 de outubro; 3, 14 de novembro e 25 de dezembro.

<sup>52</sup> Insurgindo-se contra a violência e perseguições aos prelados e aos padres, os bispos exortavam os católicos a respeitarem a autoridade social e os poderes instituídos em tudo o que não fosse contrário à sua consciência e de lutar por todos os meios legais e pacíficos pela defesa da religião e da Igreja etc. Neste documento podemos encontrar espelhadas as ideias defendidas pela *Voz de S. António*. Frei João da Santíssima Trindade, antigo aluno do Colégio da Propaganda, fundador da *Voz* e ex-provincial dos franciscanos, afirma que «a identidade de doutrina entre a pastoral e a que a *Voz* sempre tinha proclamado que se dizia em público e em toda a parte: «aquela Pastoral foi escrita pelos redactores da *Voz de S. António*! Querem maior vitória para estes redactores [...] a pastoral foi aplaudida [...] até em Roma!» É de referir ainda que o autor desta pastoral, o Arcebispo de Évora D. Augusto Eduardo Nunes, antigo lente de Teologia, era muito próximo dos franciscanos de Montariol. Cf. João da Santíssima Trindade e Sousa, *Algumas notas biográficas [extracto] a respeito do P. Frei João da Santíssima Trindade e Sousa* (Lisboa: Pró-manuscrito, 1963), 88.

<sup>53</sup> Afonso Costa, por decreto, destitui o prelado das suas funções de bispo e declarou vaga a sua diocese, atribuindo-lhe ainda assim uma pensão vitalícia pelos serviços prestados no ultramar e pelas suas virtudes pessoais. Cf. Oliveira, *História Eclesiástica de Portugal*, 236. Ver também Cf. Ribeiro, «Consolidação do novo regime,» 477.

<sup>54</sup> Com esta lei não se pretendia a simples neutralização religiosa, para facilitar a vida daqueles que iam deixando de acreditar no Deus cristão. Entre outubro de 1910 e abril de 1911, o governo aboliu

financeira do Estado. Este passava a pagar uma pensão aos clérigos<sup>55</sup>. São criadas as “comissões cultuais” com a finalidade da gestão dos negócios temporais (e atividades espirituais) da Igreja<sup>56</sup>. É proibido o culto público excetuando aquele que fosse autorizado pelas autoridades. Os padres são proibidos de usar nas ruas as suas vestes talares. Apesar da separação entre a político e o religioso, a lei de Afonso Costa manterá o beneplácito, na boa tradição regalista, ao proibir a publicação de bulas, pastorais ou outras determinações da Santa Sé sem autorização do poder político<sup>57</sup>.

Novamente os bispos reagem com uma pastoral coletiva, rejeitando as comissões cultuais e as pensões concedidas pelo governo. Se a separação entre a Igreja e o Estado significou um corte severo nos recursos financeiros daquela e uma verdadeira limitação da sua ação, providencialmente, significou também uma oportunidade para a Igreja lutar contra as concepções republicanas, agora que se via livre das teias do poder<sup>58</sup>.

---

todas as referências à religião católica na vida pública. Com a lei da separação, o Estado não só deixava de reconhecer a religião católica como religião oficial do País, como deixava de reconhecer a existência em Portugal de uma igreja católica hierarquicamente dependente de Roma. (Ramos, «A segunda fundação (1890-1926),» 355). A propósito da Lei da Separação é oportuno trazer à colação a opinião de João Seabra. Pare este autor, é habitual encontrar nos manuais de história duas versões muito comuns a propósito da separação do Estado da Igreja. Por um lado, a versão que vê na separação de 1911 uma conquista da liberdade e da democracia e, por outro lado, a «hagiografia salazarista», que apresentava a I República como um regime globalmente antinacional e anticatólico e o Estado Novo como aquele que devolveu a Igreja a liberdade. Ora, os verdadeiros precursores da separação entre a Igreja e o Estado não foram Afonso Costa e o movimento republicano, mas sim os bispos e a Igreja de Portugal, pela sua posição de independência e não-sujeição ao Estado. Não se deve reconhecer a direta intencionalidade anticatólica como critério de interpretação da Lei da Separação. A Igreja nem se empenhou na restauração da monarquia, nem atacou a República (defendeu-se, sim, como podia, dos ataques dos republicanos). Sendo certo que a Lei da Separação pôs termo ao estado confessional e à religião de Estado, instaurando um regime de religião legalmente restringido, a verdade é que a liberdade religiosa em Portugal não começou com a aquela lei, mas contra esta. A igreja lutará contra a subordinação da administração das paróquias às cultuais, ou rejeitará maciçamente as pensões eclesiásticas. A Igreja reclamará por uma verdadeira liberdade e não pela manutenção dos seus antigos privilégios. Cf. Seabra, *O Estado e a Igreja em Portugal...*, 17, 19, 279, 280.

<sup>55</sup> Sabe-se que a grande maioria dos padres renunciou ao direito a receber pensões do Estado.

<sup>56</sup> O ensino religioso nos seminários e instituto análogos fica sob a dependência e a fiscalização das cultuais (art.º 184 da Lei da Separação). Mais tarde, o decreto n.º 3856, de 22 de fevereiro de 1918 de Moura Pinto reconhecerá que as «cultuais tornaram-se focos de perturbação e corpos estranhos dentro do agregado católico, composto na sua maioria de pessoas indiferentes se não hostis à crença.» O legislador chega mesmo a chamá-las de aberrações. Cf. Santos, *O Estado Português...*, 58.

<sup>57</sup> O decreto n.º 3856, de 22 de fevereiro de 1918 de Sidónio Pais, acentuando o regime de separação, decretou definitivamente a abolição do beneplácito. Cf. António de Sousa Araújo, «Beneplácito régio,» in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira de Azevedo, vol. A-C (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000), 211.

<sup>58</sup> Cf. Ramos, «A segunda fundação (1890-1926),» 489.



Relativamente à questão missionária, o decreto n.º 233 de 22 de novembro de 1913 cria as chamadas «missões civilizadoras» ou «missões laicas»<sup>59</sup>. Entendia-se que estas seriam mais eficazes na ação civilizadora dos indígenas. As missões protestantes permanecerão em território português protegidas pelos Actos Gerais da Conferência de Berlim 1884/1885 e de Bruxelas (1889)<sup>60</sup>. As missões só podiam ser constituídas por portugueses, não podendo exceder os três sacerdotes. O apoio do Estado dependia da aprovação prévia por parte do governador da província dos programas de ensino e da ação civilizadora que pretendessem desenvolver<sup>61</sup>. A partir de 1919 a legislação missionária será revista graças aos testemunhos dos missionários regressados de Moçambique (entre eles estava o franciscano Rafael da Assunção, futuro bispo de Moçambique), que desenvolvem uma forte campanha na imprensa diária a favor das missões. A verdade é que o ministro das Colónias, Rodrigues Gaspar, será sensível aos argumentos do P. Rafael

---

<sup>59</sup> O jurista alemão Grentrup chamará a estas missões «uma planta exótica [...] uma especialidade de Portugal.» Cf. Nogueira, «O Estado e as missões católicas...», 211. As missões laicas eram constituídas exclusivamente por leigos (um professor e três auxiliares que exercessem uma profissão adequada às necessidades locais), que eram preparados pelo Instituto das Missões Coloniais (criado pelo decreto n.º 3352 de 1917) sediado no antigo colégio de Cernache do Bonjardim. Estas missões podiam ser criadas pelo Governo ou pelo Governador da respetiva província sob aprovação do Conselho de Governo. Em 10 de Maio de 1919, o decreto n.º 5778 estabelece as primeiras doze missões laicas saídas deste Instituto. (Cf. Gonçalves, «A dimensão missionária...», 370-371). A intenção do Governo em substituir as missões católicas esbarrou com um forte proselitismo católico num ambiente de fervoroso patriotismo. Se a questão na metrópole era religiosa, nas colónias a questão era religiosa, mas também política. Os missionários seculares, não aguentando por muito tempo a escassez de meios e a falta de recursos económicos, fazem uma exposição ao Governador-Geral Joaquim José Machado que, pela portaria n.º 1077 de 13 de agosto de 1913, suspende a aplicação das principais normas do decreto n.º 233. A portaria reconhece que não havia condições para uma imediata suspensão das missões religiosas e a sua substituição pelas missões civilizadoras. Cf. Santos, *O Estado Português...*, 54-55.

<sup>60</sup> Cf. Santos, *O Estado Português...*, 46.

<sup>61</sup> Os primeiros anos da República mostraram que os políticos podiam perseguir a Igreja na Europa, mas teriam de a «suportar» além-mar. Efetivamente, o Governador-Geral de Moçambique (General Joaquim J. Machado) percebe imediatamente que estas medidas contribuíam ainda mais para o empobrecimento e decadência das missões (os apoios financeiros eram insuficientes e o espírito anticlerical que se vivia na metrópole não permitia a organização eficaz de novas campanhas missionárias), e por portaria n.º 1077 de 13 de Agosto de 1914 suspende as principais disposições do decreto de 1913, concedendo às missões os subsídios habituais, especialmente às missões religiosas, que reconhecia como fundamentais no processo colonizador. Rodrigues Gaspar em 1919 por decreto n.º 6322 (21/12/1919), reconhece as missões católicas como elemento de ação civilizadora, concede liberdade de ação religiosa e liberdade de organização interna das missões, estabelece as condições remuneratórias dos missionários incluindo as aposentações. Este decreto já não fará referência direta às missões laicas, ainda que estivesse prevista a existência das missões religiosas e laicas. Reabre o Seminário para formação dos missionários seculares, surgindo assim o Instituto Missionário que mais tarde dará lugar à Sociedade Portuguesa das Missões Católicas Ultramarinas (S.P.M.C.U.). Cf. Gonçalves, «A dimensão missionária...», 371. Ver também Cf. Nogueira, «O Estado e as missões católicas...», 212-213.

da Assunção e, em 1919 e 1922, assinará legislação prevendo a incorporação das missões católicas no regime jurídico português<sup>62</sup>.

O Estado Novo encarará as missões de modo muito pragmático: estas deveriam ser polos de sustentação dos interesses do Império Colonial Português e da formação moral, intelectual e material dos indígenas. A 13 de Outubro de 1926, o ministro João Belo publica pelo decreto n.º 12485, o Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas de África e Timor<sup>63</sup>, que contribuirá para o aperfeiçoamento da legislação missionária. Fica reconhecida a personalidade jurídica das missões, mantendo a separação do Estado e das Igrejas, mas isentando-as de quaisquer contribuições. São também definidos os vencimentos e pensões dos bispos e missionários<sup>64</sup>.

## 2.1. Desanuviamiento anti-clerical

A revolta de 5 de dezembro de 1917, chefiada por Sidónio Pais, marcará um novo ciclo nas relações entre o Estado e a Igreja<sup>65</sup>. O decreto nº 3856, de 22 de fevereiro de 1918, inaugura a passagem de uma atitude de hostilidade face à Igreja Católica Romana, por parte do Estado Republicano, para uma certa neutralidade<sup>66</sup>. Com o Sidonismo aboliu-se o beneplácito, permitiu-se o ensino religioso nas escolas particulares e a reabertura dos

---

<sup>62</sup> Cf. Gonçalves, «A dimensão missionária...», 371. Note-se que os deputados não católicos votarão a favor de uma lei que previa o aumento de 120 contos no subsídio para as casas de formação dos missionários, e enaltecem as vantagens das missões religiosas em relação às missões laicas. Cf. Gonçalves, «A dimensão missionária...», 372.

<sup>63</sup> Colabora na redação do diploma, D. Rafael Maria da Assunção, bispo de Moçambique. Logo no preâmbulo é manifestada preocupação pelo modo como as missões protestantes se expandiam. Muito eficazes em termos religiosos, mas politicamente contraproducentes, pois serviam, de acordo com as palavras do texto, «desígnios desfavoráveis aos nossos direitos, prepararam factos graves contra eles, ao pé de Niassa e de Barotze.» Portanto, era urgente travar a ação desnacionalizadora. Este decreto estará na base do Acordo Missionário de 1940. Cf. Santos, *O Estado Português...*, 85-87.

<sup>64</sup> Cf. Gonçalves, «A dimensão missionária...», 372-373.

<sup>65</sup> Devemos compreender que a Igreja e os seus bispos nunca deixaram de ter o apoio das senhoras da classe média-alta e de figuras de proa da sociedade, para não falar da importante resistência dos habitantes das zonas rurais do norte do país. Na década de 20, o número de ordenações manteve-se estável e a imprensa católica foi mantendo o número de publicações (41). (Cf. Ramos, «A segunda fundação (1890-1926)», 489). Ia aparecendo um significativo número de intelectuais católicos: Leonardo Coimbra, Manuel Gonçalves Cerejeira (professor da Universidade de Coimbra e futuro cardeal), Francisco Sousa Gomes (que fundara em 1903 o Centro Académico de Democracia Cristã – CDAC). Do CDAC sairá um cardeal-patriarca, vários bispos, além de Salazar e pessoal que fará parte do Governo). Francisco Sousa Gomes organizará as peregrinações a Fátima através dos Servitas de Nossa Senhora de Fátima e convidará Manuel Nunes Formigão, então professor do Seminário de Santarém, a colaborar na divulgação das aparições e do milagre. Cf. Ramos, «A segunda fundação (1890-1926)», 492. O catolicismo social apresentava-se muito ativo desde os finais do séc. XIX: surgem os círculos católicos de operários e empregadas domésticas.

<sup>66</sup> No preâmbulo deste decreto é afirmado que constitui «intolerância vã ou absurdo pretender que deles [princípios de ordem espiritual, moral e de disciplina hierárquica que regulam a vida dos crentes] abduquem pela simples vontade de um homem ou por imposição de leis.» Cf. Santos, *O Estado Português...*, 56.



seminários, sem o apoio ou intervenção do Estado. Em 9 de julho de 1918, são restabelecidas as relações diplomáticas com a Santa Sé. O catolicismo na década de 1920 irá passar por uma inesperada revitalização<sup>67</sup>. A este processo não terá sido estranho o acontecimento de Fátima. Fátima «foi uma ocasião para uma reformulação nacional do catolicismo»<sup>68</sup>. O Portugal de 1922 e 1923 era bem diferente do Portugal de Afonso Costa. A nova política de tolerância dos republicanos escondia o desejo de uma forma de culto nacional que pudesse servir para unir Portugal. Uma espécie de culto patriótico sem a influência da Santa Sé. Os fenómenos de Fátima eram entendidos pelos republicanos como expressões próprias de um povo inculto que necessitava das velhas crenças e superstições para viver. Enfim, os republicanos dispunham-se a tolerar e aceitar o cristianismo popular como uma forma de educação e disciplina<sup>69</sup>. A Igreja por sua vez comprometia-se na linha do pensamento defendido da *Voz* a não apoiar qualquer partido e assim procurava contribuir para a paz social tão ansiada.

### 3. O Estado Novo

A revolução ou golpe de 28 de maio de 1926 colocará no Governo uma ditadura militar, pondo fim à I República Portuguesa. Com a aprovação da Constituição de 1933, a ditadura passará a chamar-se de Estado Novo, tendo como líder incontestado António Oliveira Salazar. Fica na memória uma I República marcada por um ambiente de forte instabilidade política, com a sucessão de vários governos, instabilidade financeira e sindical que se agravará com o fim da Grande Guerra.

---

<sup>67</sup> Personalidade importantes, como Jacques Maritan, converter-se-ão ao catolicismo. Em Portugal, Gomes Leal, Guerra Junqueiro (comalguns episódios de aproximação), Antero de Figueiredo ou o escritor anarquista Manuel Ribeiro. O fenómeno das conversões será amplamente divulgado pela Igreja como forma de manter na sociedade bem viva a força da mensagem de Cristo. A década de 1920 será também a época de ouro dos congressos católicos. Não esquecendo também as figuras carismáticas do catolicismo português que foram o Pe. Crowley e especialmente o Pe. Cruz (pela fama de santidade de que já gozava em vida), que só por si suscitava nos republicanos um anticlericalismo primário com a sua imagem de padre devoto e jesuítico. Cf. Ramos, «A segunda fundação (1890-1926),» 488. Ver também Cf. Paulo F. de Oliveira Fontes, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia,» in *História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira de Azevedo, vol. 3 (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002), 144.

<sup>68</sup> Ramos, «A segunda fundação (1890-1926),» 493. Manuel Formigão aproveitará para apresentar a Virgem como «padroeira da nação». Fátima pela sua situação geográfica, era o santuário nacional por excelência, situado no antigo feudo de Nun'Álvares, vencedor da Batalha de Aljubarrota. Uma vez unidas Aljubarrota e Fátima (em 1920 a República institui a festa do patriotismo no dia 14 de agosto, dia de Aljubarrota), estaria preparado o caminho para a união da religião e da pátria.

<sup>69</sup> Cf. Ramos, «A segunda fundação (1890-1926),» 540.

A chegada da ditadura militar ao poder resultará numa melhoria significativa das relações do Estado com a Igreja<sup>70</sup>. É reconhecida a personalidade jurídica das corporações encarregadas do culto (com a Igreja ainda de fora), a liberdade de ensino nas escolas particulares e é aprovado o Estatuto das Missões Católicas (decreto nº 12.485 de 13/10/1926)<sup>71</sup>.

### **3.1. O Concílio Plenário Português de 1926<sup>72</sup>**

Um mês após a publicação do Estatuto das Missões Católicas, a Igreja Portuguesa reúne-se em concílio pela primeira vez em toda a sua história, que se realizará entre 24 de novembro e 3 de dezembro de 1926. Foi a primeira grande afirmação da Igreja depois da publicação da lei da Separação. Os prelados portugueses, sempre atentos e preocupados com os grandes problemas da sociedade e da Igreja em Portugal, nunca deixaram de constituir um importante sinal de confiança para o povo de Deus, fosse através da publicação da pastoral coletiva ou da realização de sínodos diocesanos (Braga, Coimbra). A grande preocupação do Concílio Plenário Português (CPP) foi a de valorizar a autoridade do bispo e da diocese como fatores concorrentes para a união dos católicos, procurando contrariar as intenções de funcionalização da religião e do clero<sup>73</sup>.

O CPP foi convocado e presidido, na qualidade de legado pontifício, pelo cardeal patriarca de Lisboa, D. António Mendes Belo. Teve por grande objetivo adaptar a Igreja Portuguesa ao Codex Iuris Canonici de 1917 e reafirmar a união do episcopado para enfrentar as perseguições de que vindo a ser alvo. No espírito dos padres conciliares estava bem presente o desejo de uma «reconquista cristã da sociedade<sup>74</sup>. O CPP teve a presença de quase todos os bispos portugueses, e terá também a participação do nosso P. Teófilo de Andrade, ao tempo provincial dos franciscanos, participando na qualidade de teólogo e consultor e, ainda, como oficial do Concílio, na qualidade de notário<sup>75</sup>. Os

---

<sup>70</sup> António Salazar afirmará: «tem havido através da história incidentes e lutas entre reis e os bispos, os governos e o clero, o Estado e a Cúria, nunca entre a Nação e a Igreja.» Igreja Católica, *Concordata e acordo missionário...*, 8.

<sup>71</sup> Manuel Braga da Cruz, *O Estado Novo e a Igreja Católica* (Lisboa: Bizâncio, 1998), 14.

<sup>72</sup> O Concílio Plenário Português é o corolário das pastorais coletivas que foram sendo publicadas pelos bispos a partir de 1910. Deve-se destacar o «apelo de Santarém» enquanto elemento importante na mobilização do movimento católico para a defesa dos interesses da religião e da Igreja. Cf. Fontes, «O catolicismo português...», 142.

<sup>73</sup> Cf. Fontes, «O catolicismo português...», 169.

<sup>74</sup> Cf. Fontes, «O catolicismo português...», 129.

<sup>75</sup> Com ele estarão também o cônego António Bento Martins Júnior (futuro arcebispo de Braga) e o Pe. Moisés Pinho (futuro bispo de Angola e Congo e arcebispo de Luanda).

decretos aprovados pela Congregação do Concílio, em 27 de março de 1929, foram promulgados na Pastoral Colectiva de 23 de julho de 1930.

Na Pastoral Colectiva e Episcopal escrita quatro anos depois do CPP, os prelados portugueses, considerando a Igreja um «organismo vivo, dotado de faculdades de adaptação»<sup>76</sup>, afirmam que esta tem o dever, em períodos de crise, de agitação e de incertezas, de acudir às necessidades importantes e marcar orientações. O ataque às instituições seculares, o fecho de escolas e de asilos, a profanação dos templos, o sequestro do património, a expulsão de religiosos ou o perigo da propagação do protestantismo justificavam só por si a convocação do CPP<sup>77</sup>. Os prelados manifestam preocupação pela indisciplina que se observava em alguns sectores dos fiéis<sup>78</sup>. Enfim, lamentava-se o laicismo oficial de Estado português como se Portugal fosse constituído exclusivamente por ateus<sup>79</sup>.

Nos decretos relativos às missões, o CPP começa por recordar as cartas apostólicas *Maximun illud*, do Papa Bento XV (30 de novembro de 1919), e a *Rerum Ecclesiae* do Papa Pio XI (28 de fevereiro de 1926), enquanto documentos orientadores no que diz respeito à ação missionária *ad gentes*. No n.º 417 da CPP, os bispos portugueses advertem que todos os clérigos, bem como os leigos são obrigados pela lei da caridade a «procurar a salvação dos infiéis». Em conformidade com as exortações dos vários Papas, é dado todo o apoio aos adolescentes, clérigos e sacerdotes, que se sintam chamados a ser missionários (n.º 419). Para o efeito, os bispos devem criar Pias Associações Missionárias, e obras da Propagação da Fé, que fomentem no coração dos fiéis o fervor pela missão e pelo apostolado (n.º 420 ao n.º 422). No n.º 423, o Concílio deixa uma homenagem e louvor aos missionários que, nas províncias ultramarinas e nas dioceses do Padroado Português, trabalham zelosamente na pregação do Evangelho.

---

<sup>76</sup> Concílio Plenário Português, *Pastoral colectiva, decretos* (Lisboa: União Gráfica, 1939), 12.

<sup>77</sup> Concílio Plenário Português, *Pastoral...*, 15-17.

<sup>78</sup> Argumentam os padres conciliares que Deus chama à Igreja os fiéis, não para discutir ou para legislarem, mas para obedecerem. O CPP determinou a existência de um único texto do catecismo para todas as dioceses, de um só e mesmo programa de estudos nos seminários, e a harmonização dos textos usados no culto. Chama a atenção para o dever dos fiéis de concorrerem para a sustentação do culto e dos seus ministros, nomeadamente no auxílio à reorganização dos seminários, enquanto verdadeiros centros de revitalização do catolicismo. Havia a necessidade de todos se unirem em torno da Igreja oprimida. Cf. Concílio Plenário Português, *Pastoral...*, 17, 27, 155.

<sup>79</sup> Em 1930 as autoridades reconheciam a importância da Igreja, no entanto, faltava o reconhecimento da personalidade jurídica da Igreja e outros aspetos da vida sacramental como o tornar livre o batismo ou que o casamento católico fosse reconhecido pela lei civil. Cf. Concílio Plenário Português, *Pastoral...*, 42.

Portanto, o CPP parece constituir um importante instrumento de revitalização religiosa do catolicismo português, de reorganização da vida interna da Igreja Católica nos mais variados sectores, e de mobilização dos católicos (através, por exemplo, das Ordens Terceiras e da Ação Católica), num contexto de institucionalização do regime do Estado Novo<sup>80</sup>.

### **3.2. António Salazar, a Concordata e o Acordo Missionário**

Temos de considerar este ponto como uma questão central no nosso estudo. A assinatura da Concordata e do Acordo Missionário cria a necessidade de um urgente e célere envio de novos bispos<sup>81</sup> e demais pessoal eclesiástico para as novas dioceses no espaço colonial. É neste contexto que surge a nomeação do P. Teófilo de Andrade para bispo de Nampula.

Os diferentes regimes políticos em Portugal tinham bem presente, nas suas estratégias políticas, a importância das colónias. A Concordata<sup>82</sup> surge num contexto bem

---

<sup>80</sup> Cf. Fontes, «O catolicismo português...», 173.

<sup>81</sup> No estudo de Luís Salgado de Matos, «Os bispos portugueses: da Concordata ao 25 de Abril – alguns aspectos», 41% dos prelados nomeados tinham sido párocos, e a idade média de acesso ao episcopado era de 45 anos. As dioceses compreendidas no Acordo Missionário e no Padroado do Oriente deram lugar à nomeação de 49 bispos. A tradição de bispos religiosos está bem patente na aplicação do Acordo Missionário. Luís de Matos observa que 22 dos 102 bispos nomeados pertencem a ordens ou congregações religiosas. Metade destes recebiam formação no estrangeiro (as proibições das ordens religiosas e congregações podem explicar estes números). O grande critério para nomeação episcopal parece ter sido o exercício de funções de direção nas respetivas instituições. Metade deles foi provincial, superior regional, prior ou visitador de províncias estrangeiras. A Santa Sé respeitará antigas tradições missionárias que ligava certas ordens a determinados territórios. Assim, bispos franciscanos vão para a Guiné (D. Ernesto Costa) e Moçambique (D. Teófilo de Andrade). Em 1943 Francisco Vieira Machado, ministro das colónias dirige uma carta a Salazar matizando a importância da ação missionária das ordens religiosas, e que só se justificaria a existência do clero regular nos grandes centros urbanos (Lourenço Marques, Beira, Luanda). Cf. Matos, «Os bispos portugueses...», 335-347.

<sup>82</sup> É possível falar, na opinião de Bruno Reis, de uma coincidência entre o processo de negociação da Concordata e a própria ascensão de António Oliveira Salazar e a consolidação do regime do Estado Novo. Os primeiros contactos acontecem no Verão de 1929. [José Carvalho, acerca da Concordata, informa que as primeiras notícias sobre a necessidade de uma concordata surgem em artigos de cariz apologético publicados na revista *Brotéria* a partir de 1926 (vol. 3)]. As missões religiosas eram entendidas ao mesmo tempo como escolas, oficinas, hospitais e templos. Elas eram centros catequéticos mas também espaço de instrução patriótica. O P. António Durão, um dos autores do projeto de Concordata de 1934 é o autor de muitos dos artigos publicados na *Brotéria*. Outro aspeto interessante que prova a relevância desta revista aparece no vol. 15 de 1932 onde é sugerida a necessidade de realizar uma Exposição do Império Ultramarino Português, que, efetivamente se realizará em 1940. Foi uma oportunidade de exaltação da ação evangelizadora e colonizadora da nação portuguesa: «povo descobridor, povo colonizador e povo missionário» afirmará Salazar. A *Brotéria* era, portanto, a voz oficial das reivindicações católicas. (Cf. José Carvalho, *A Concordata e o Acordo Missionário de Salazar* (s.n.: Via Occidentalis, 2008), 61, 112, 120, 124). A partir de 1932 Salazar já é o chefe do governo, e em 1933 é o líder incontestado do novo regime. Em 1928 Salazar defendia a separação entre a Igreja e o Estado como estratégia para fazer parte do governo saído da revolta militar de maio de 1926, que continuava a defender o laicismo. Salazar não queria parecer nem demasiado clerical nem demasiado monárquico. Defenderá, portanto, o regime de

diferente da I República, no entanto, a importância das colónias era agora afincadamente uma questão de «política imperial nacionalista e centralizadora». A partir da publicação do Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas (EOMCP), de outubro de 1926, assiste-se a uma normalização ou estabilização das relações entre o Estado e a Igreja e, portanto, a uma natural assunção da importância das missões no quadro de um vasto desígnio nacional civilizador<sup>83</sup>. No decreto n.º 8351 de 26 de agosto de 1922 e no decreto n.º 12 485 de 13 de outubro de 1926 (EOMCP) é definido com clareza o papel do missionário na sua relação com o Estado, a sua formação, o tempo de serviço, as remunerações, as dotações, mas com a promessa de o Estado nunca se imiscuir na subordinação hierárquica e disciplina interna<sup>84</sup>. Não predomina o clericalismo (caracterizado pela intervenção abusiva da Igreja na ordem do temporal), nem o estatismo, com o Estado civil a intervir em questões religiosas<sup>85</sup>. O decreto-lei n.º 31 207

---

separação saído da lei de 1911 e, ainda, que a posse da grande parte dos bens confiscados à Igreja continuasse em mãos Estatais. Relativamente à Concordata, em 1932 e 1934 são apresentados dois projetos (Trindade Coelho e António Durão respetivamente), no entanto, as negociações vão sofrendo adiamentos muito por causa da necessidade de consolidação do regime e o reforço da credibilidade internacional do país. Para Salazar, a Concordata devia estar ao serviço dos interesses da nação. Por exemplo, o chefe do governo estava contra a criação da Universidade Católica. A exclusividade do Estado na formação permitia o controlo das elites, potenciais focos de contestação juvenil. Salazar também procura limitar a influência da Acção Católica, que devia ater-se a fins espirituais ou de beneficência, pois temia que a militância social degenerasse em qualquer atividade política ou sindical. No caso dos capelães militares e dos bispos castrenses, o governo podia-os vetar livremente para obstar ao perigo de se comprometer a moral combativa dos soldados. (Cf. Bruno Cardoso Reis, «A concordata de Salazar? Uma análise a partir das notas preparatórias de março de 1937,» *Lusitania Sacra* 2.ª Serie, 12 (2000): 186-209). Em 1939 a Santa Sé levanta reservas em relação a alguns pontos do acordo, entre estes o estatuto das missões e as dioceses ultramarinas. O Vaticano ameaça romper as negociações e António Salazar responde que «não se pode ir mais além e seja o que Deus quiser». Salazar chega a preparar um ultimato, entretanto retido a pedido do cardeal Cerejeira e do nuncio. Finalmente, no dia 7 de maio de 1940, são assinados os textos da Concordata e do Acordo Missionário, em Roma, pelo cardeal Luís Maglione, secretário de Estado, assistidos pelos monsenhores Tardini e Montini (futuro Papa Paulo VI) e pela missão Portuguesa formada por Eduardo Marques, Mário de Figueiredo e Vasco de Quevedo, representante português junto da Santa Sé. A Concordata e o Acordo Missionário era a expressão da «vocação apostólica e missionária de um povo descobridor, colonizador e missionário». Na opinião do chefe do Governo a Concordata e o Acordo Missionário reintegravam Portugal na «directriz tradicional dos seus destinos» e nos altos domínios da espiritualidade do povo português. Cf. Franco Nogueira, *História de Portugal: 1933-1974*, II Suplemento. (Porto: Civilização, 1971), 184-185.

<sup>83</sup> Para o discurso oficial, não só não havia colónias como, nos territórios do Ultramar Português, ocorria uma missão civilizadora, assente na cristianização, dissociada do paradigma colonizador de outras potências europeias. Seria essa «original simbiose entre lusitanidade e cristianismo» a fundamentar a defesa de Portugal anos mais tarde perante a ONU, à medida que ia avançando o conflito colonial. Cf. Nuno Estevão Ferreira, «O catolicismo português e a guerra colonial: legitimação e contestação,» in *Actas dos Encontros de Outono: A Igreja e o Estado em Portugal: da 1ª República ao limiar do século XXI* (Vila Nova de Famalicão: CMVNF, Museu Bernardino Machado, ed. Ausência, 2004), 176.

<sup>84</sup> Cf. Oliveira, *História Eclesiástica de Portugal*, 268

<sup>85</sup> Cf. Manuel Gonçalves Cerejeira, «Concordata e acordo missionário,» *Lumen: Revista de Cultura para o Clero* vol. 4 (1940): 323.

(5 de abril de 1941), que promulga o novo EOMCP, estabelecia no seu art.º 2 que as missões católicas eram consideradas instituições de utilidade imperial e sentido eminentemente civilizador<sup>86</sup>. As missões surgem como um referencial importante nas atitudes de bom relacionamento capaz de evitar os perigos do clericalismo e do anticlericalismo. A 13 de outubro de 1940, o Papa Pio XII dirige ao episcopado português a Encíclica *Saeculo Exeunte Octavo* em que recomenda, entre outros assuntos, a formação de clero indígena<sup>87</sup>, convidando as Ordens e Congregações Católicas religiosas a dedicarem-se ardorosamente ao apostolado<sup>88</sup>.

Na década de trinta, o Estado Português confrontava-se com a falta de missionários católicos portugueses, sendo obrigado, por isso, a manter nas colónias os missionários católicos estrangeiros. Do estrangeiro vinham críticas sobre o uso de velhas formas de exploração de trabalho nas colónias portuguesas, e a Santa Sé defendia a transnacionalização do projeto evangelizador cristão dos povos. O Estado Novo defendia uma ação missionária nacionalizadora ao serviço do chamado Império Português. Se parte dos missionários sabiam conjugar evangelizar com nacionalizar, outros, porém, estavam mais preocupados em conformar a sua ação com as singularidades locais ou mesmo agir em oposição aos interesses nacionais<sup>89</sup>. Leis como o Acto Colonial de 21 de janeiro de 1930 serão instrumentos legais ao serviço de António Salazar para a implementação das suas políticas civilizadoras e nacionalistas. A Constituição Política de 1933 reconhecerá a liberdade e inviolabilidade de crenças e práticas religiosas, e a liberdade de ensino (art. 8, n.s 3 e 5), mas consagrará a separação entre o Estado e a Igreja<sup>90</sup> e que a Concordata

---

<sup>86</sup> Cf. Oliveira, *História Eclesiástica de Portugal*, 268. Note-se que o art.º 68 obrigava que o ensino indígena fosse ministrado de acordo com as orientações doutrinárias da Constituição, que deveria ser essencialmente nacionalista.

<sup>87</sup> Não era de agora a preocupação dos Papas com as missões. O Papa Bento XV redigirá uma encíclica contra os nacionalismos, incentivará a criação de seminários nos países onde as missões se desenvolviam, para acabar com a visão eurocêntrica das missões, e a superioridade da igreja ocidental. A criação e o desenvolvimento de um clero autóctone demonstrava que não havia povos superiores ou inferiores. Era necessário educar os europeus para não “venderem” a ideia de uma Igreja europeia/ocidental como sendo superior. As missões católicas portuguesas estavam mais preocupadas com a expansão portuguesa. Os indígenas deviam ser portugalizados de acordo com os planos oficiais de civilização da colonização. O resultado foi um saldo muito elevado de analfabetos e o abandono dos nativos à sua sorte depois de cristianizados. Cf. Giselda Brito Silva, «Nacionalizar ou evangelizar? Alguns dilemas das práticas missionárias na constituição do império Português em Angola (1930-40),» *Lusitania Sacra* 2.ª Serie, 35 (jan-jun 2017): 175 (165-181).

<sup>88</sup> Cf. Oliveira, *História Eclesiástica de Portugal*, 268-269.

<sup>89</sup> Os missionários foram-se adaptando aos contextos locais, e serão responsáveis pela formação dos quadros para o serviço religioso e para a emancipação política (veja-se o caso de Samora Machel, assim como algumas lideranças makondes do norte de Moçambique, que fizeram parte da Frelimo). Cf. Silva, «Nacionalizar ou evangelizar?...,» 166-168, 179.

<sup>90</sup> António Salazar nunca terá estado interessado na construção de um estado católico, mas apenas numa política concordatária. Aliás ele procura afastar qualquer papel decisivo dos católicos (Centro



reforçará<sup>91</sup>. A concordata é também um sinal de maturidade no campo do Direito Internacional, pois através de um tratado ficava garantido que a religião católica deixaria de estar exposta aos caprichos de qualquer Governo ou Assembleia legislativa<sup>92</sup>.

É pertinente recuperar algumas palavras do Cardeal Manuel Cerejeira a propósito da Concordata e do Acordo Missionário. Sobre a Concordata afirma que esta conserva do regime regalista o «reconhecimento da missão educadora da Igreja, a garantia dos seus direitos e liberdades, a concórdia dos dois poderes para o bem comum.»<sup>93</sup> «Da revolução das ideias conserva a independência das respectivas esferas de influência, o respeito pela liberdade de consciência de cada um, a igualdade de todos os portugueses perante a lei<sup>94</sup>.»

O Acordo Missionário, nas palavras do Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira, representa «um acto magnífico de fé e confiança no esforço missionário de Portugal<sup>95</sup>».

### 3.2.1. A Concordata

Faremos agora uma breve análise do texto da Concordata e do Acordo Missionário, ressaltando do primeiro apenas os aspetos mais diretamente relacionados com o nosso estudo.

---

Católico Português) na sua ascensão ao poder. Com Salazar nem o catolicismo foi declarado religião do Estado (nacional-catolicismo), nem o chefe de estado era obrigatoriamente católico, nem as outras religiões eram proibidas. (Cf. Luís Reis Torgal, «Igreja e Estado no regime de Salazar: entre a «separação», a «concordata» e a polémica,» in *Actas dos Encontros de Outono: A Igreja e o Estado em Portugal: da 1ª República ao limiar do século XXI* (Vila Nova de Famalicão: CMVNF, Museu Bernardino Machado, ed. Ausência, 2004), 104-107). A política religiosa do Estado Novo não foi nem regalista nem jacobina, mas sim de separação concordatária. O Estado para Salazar apresentava-se, por isso, como um Estado Laico, que, todavia, não abandonava por vezes o discurso católico. A expressão «Catolaicismo» sintetiza muito bem a relação da Igreja e do poder político. O confessionalismo do Estado foi afastado, reconhecendo-se apenas um certo confessionalismo da Nação, e o protecionismo público à Igreja sob a forma de subsídios ou subvenções, que apenas se aplicou à ação missionária. Cf. Cruz, *O Estado Novo e a Igreja Católica*, 15, 18. Como afirmará Salazar anos mais tarde: «mantendo o principio de separação como o mais consentâneo com a divisão dos espíritos e a tendência dos tempos, ele dá à Igreja a possibilidade de se reconstruir e mesmo de vir a recuperar por tempos o seu ascendente na formação da alma portuguesa.» A Concordata foi uma oportunidade política de aproveitamento do fenómeno religioso como elemento estabilizador da sociedade e reintegrador da Nação na linha histórica da sua comunidade moral. Cf. Cruz, *O Estado Novo e a Igreja Católica*, 91.

<sup>91</sup> A este propósito Salazar afirmará, na Assembleia Nacional: «o Estado vai abster-se de fazer política com a Igreja, na certeza de que a Igreja se abstém de fazer política com o Estado.» Cf. Estevão, «O catolicismo português...», 175. Ver também Cf. Igreja Católica, *Concordata e acordo...*, 93.

<sup>92</sup> Cf. Nogueira, «O Estado e as missões católicas...», 214.

<sup>93</sup> Manuel Gonçalves Cerejeira, «Concordata e acordo missionário,» *Lumen: Revista de Cultura para o Clero*, vol. 4 (1940), 323.

<sup>94</sup> Cerejeira, «Concordata e acordo missionário,» 323.

<sup>95</sup> Cerejeira, «Concordata e acordo missionário,» 327.

Com a assinatura da Concordata, a Igreja verá reconhecidas grande parte das suas reivindicações institucionais: i) propriedade dos bens, isenção de impostos e contribuições (art.º 8); ii) liberdade no exercício do culto; isenção dos sacerdotes de qualquer tipo de fiscalização, nomeação ou mobilização (art.º 9-17); iii) concessão de direitos especiais no exercício da assistência religiosa nos hospitais, refúgios, colégios, asilos, prisões etc. e nas forças armadas (art.º 15, 17, 18); iv) particular proteção das missões (art.º 26-28). Mas, no que respeita à criação da Universidade Católica, o art.º 20 reserva para si a manutenção da subordinação da Igreja ao Estado, ao advertir: «as autoridades eclesiásticas competentes cuidarão que, no ensino das disciplinas especiais, como no da História, se tenha em conta o legítimo sentimento patriótico português»<sup>96</sup>. Relativamente ao Ultramar português, o art.º 26 e art.º 27 determinam que a divisão eclesiástica das colónias fosse feita em dioceses e circunscrições missionárias autónomas, que seriam subsidiadas pelo Estado. A vida religiosa e o apostolado missionário ficaram na dependência do respetivo bispo residencial. As corporações missionárias foram obrigadas a ter casas de formação e de repouso para o pessoal missionário em Portugal continental ou ilhas adjacentes. Os Ordinários das dioceses podiam chamar missionários estrangeiros (os quais deviam declarar que se submetiam às leis e aos tribunais portugueses), caso o número de missionários portugueses fosse insuficiente (art.º 28)<sup>97</sup>.

### **3.2.2. O Acordo Missionário<sup>98</sup>**

Com o Acordo Missionário, a Santa Sé e o Governo, ficaram firmadas, mais pormenorizadamente, as relações entre a Igreja e o Estado no que diz respeito à vida religiosa no Ultramar Português. O Acordo Missionário reconhece: i) personalidade jurídica das entidades eclesiásticas, às quais garante a posse dos seus bens, podendo deles livremente administrar e dispor; ii) garante a liberdade de ação e independência interna das missões. Estas podiam expandir-se livremente, fundar escolas para indígenas e europeus, colégios, seminários e hospitais; iii) consagra a separação da Igreja e do Estado, ainda que exista uma íntima colaboração de ambos; iv) confia às missões boa parte da atividade escolar; v) concede apoio financeiro às missões, desde que não ponha em perigo o espírito evangélico do pessoal missionário (os relatórios anuais dos prelados sobre a atividade missionárias bastam para justificar, perante as entidades competentes, o

---

<sup>96</sup> Cf. Torgal, «Igreja e Estado...», 109-110.

<sup>97</sup> Cf. Igreja Católica, *Concordata e acordo...*, 24-28.

<sup>98</sup> Cf. Igreja Católica, *Concordata e acordo...*, 33-39.



emprego dos subsídios recebidos do Governo – art.º 19)<sup>99</sup>; vi) fomenta o recrutamento do pessoal missionário, inclusive o clero nativo, concedendo para tal auxílios económicos às respectivas casas de formação.

O Acordo Missionário estabelece a necessidade de haver acordo prévio com o Estado em matéria<sup>100</sup>: i) de criação de dioceses; ii) de nomeação de bispos residentes; iii) da convocação de missionários estrangeiros e da nomeação destes para cargos de superiores das missões.

Finalmente, com Acordo Missionário «são [...] criadas três dioceses em Angola, com sede em Luanda, Nova Lisboa e Silva Pôrto; três em Moçambique, com sede em Lourenço Marques, Beira e Nampula [...]» (art.º 6)<sup>101</sup>.

### 3.2.2. O Estatuto Missionário

A publicação em abril de 1941 do Estatuto Missionário reforça os objetivos nacionalizadores das colónias. Este diploma legal regulamenta bastantes pontos da Concordata e sobretudo do Acordo Missionário. As missões católicas passam a ser consideradas instituições de utilidade imperial. O Governo apostava no investimento e apoio financeiro às missões católicas, precisamente como forma de garantir a aplicação dos princípios nacionalistas<sup>102</sup>. O Dec.-Lei n.º 31. 207 de 5 de abril de 1941, no seu art.º 2 estabelece que «as missões católicas são consideradas instituições de utilidade imperial e sentido iminentemente civilizadora.» Às missões era conferida a liberdade de fundar e dirigir escolas para o ensino dos indígenas e europeus, seminários, ambulâncias e hospitais (art.º 3). Aos bispos que não fossem metropolitas eram concedidos honorários

---

<sup>99</sup> O governo compromete-se a subsidiar as corporações missionárias independentemente dos subsídios que recebessem da Santa Sé, para os quais seria tido em conta o n.º de alunos, as obras missionárias (por ex. seminários), para além de conceder gratuitamente os terrenos para a implantação da missão (art.º 9 e 10). Entendia-se que as missões deviam ser simultaneamente templos e escolas, oficinas e hospital, dando, deste modo, à missão um carácter de estabelecimento educativo e entendendo o missionário como um médico de almas, um médico do corpo, um agricultor, um mecânico e professor. Enfim, um o conceito cristão de colónia, por oposição ao conceito pagão da utilidade prática. Mas nada disto seria possível sem o subsídio do governo. Cf. Bento Branco, «Fundamento político das missões,» *Pax et Bonum* ano 23, 69 (1951): 83-84.

<sup>100</sup> Cf. Nogueira, «O Estado e as missões católicas...», 218.

<sup>101</sup> O papa Pio XII publica a 4 de setembro de 1940 a bula *Sollemnibus Conventionibus* (executada a 12 de janeiro seguinte por decreto do Núncio Apostólico, Mons. Pedro Ciriaci), em virtude da qual ficou estabelecida a divisão eclesiástica do Ultramar na província de Moçambique. Desapareceu a Prelazia Nullius, sufragânea de Goa, e constituiu-se a Arquidiocese de Lourenço Marques (compreendendo os distritos de Lourenço Marques e Inhambane), a diocese da Beira (compreendendo os distritos da Beira, Tete e Quelimane) e a diocese de Nampula (abrangendo os distritos de Moçambique e Porto Amélia). Cf. Oliveira, *História Eclesiástica de Portugal*, 264-266. Ver também Cf. Igreja Católica, *Concordata e acordo...*, 35.

<sup>102</sup> Cf. Silva, «Nacionalizar ou evangelizar?...», 168, 177.

iguais ao vencimento de chefe de serviço mais bem remunerado, bem como, tinham direito a pensão de aposentação quando voltassem para Portugal (art.º 19 e art.º 22). O art.º 47 estabelecia o regime de atribuição de subsídios às dioceses e às circunscrições missionárias a serem inscritos nos orçamentos coloniais. As verbas eram atribuídas (em duodécimos) tendo em atenção o número de missionários, obras (por ex. seminários) por cada diocese. Ao prelado competia administrar com zelo as verbas concedidas (art.º 50). Os terrenos para a implantação das missões eram cedidos gratuitamente pelo Estado. Mas em Moçambique e Angola a área atribuída não podia exceder os 2000 hectares contínuos (art.º 52). O art.º 77 determinava que os prelados das dioceses deveriam enviar nos primeiros noventa dias de cada ano ao governador da colónia, onde tinham jurisdição eclesiástica, um relatório dos trabalhos missionários realizados durante o ano anterior (devendo incluir a indicação do pessoal empregado em cada missão, descriminando o número de estrangeiros e nacionais, movimentos do pessoal, despesa global com vencimentos ou gratificações pessoais). Os relatórios dos bispos constituíam justificação suficiente sobre a aplicação dos subsídios recebidos da Administração Colonial<sup>103</sup>.

À semelhança da I República, o Estado Novo entendia as missões católicas pelo «seu fim nacional e civilizador»; mas reconhecia, agora, o papel da Igreja na persecução deste fim, concedendo, nessa medida, às dioceses e corporações missionárias dotações muito significativas.

#### 4. Síntese

Ao longo deste I capítulo tivemos a oportunidade de acompanhar alguns dos acontecimentos que, do meu ponto de vista, marcaram um dos períodos da história de Portugal mais conturbados no que diz respeito às relações entre o Estado e a Igreja. Fizemos referência ao anticlericalismo do liberalismo e a uma monarquia constitucional que desejava a criação de uma Igreja Oficial, na boa tradição regalista. Notámos o impacto que a Conferência de Berlim e a questão do *Ultimatum* provocaram na consciência portuguesa. A vocação missionária chegaria a ser entendida como tábuas de salvação para uma nação confrontada com a sua real situação de país periférico e incapaz de se gerir a si próprio. Assistimos a um intenso combate na imprensa entre os jesuítas e os franciscanos de Montariol acerca da questão do voto católico, abrindo espaço para discussão interna no seio dos católicos. Ofendidos e humilhados sentir-se-ão os católicos

---

<sup>103</sup> Cf. Portugal, Governo, «Estatuto Missionário,» *Lumen: Revista de Cultura para o Clero*, vol. 5 (1941): 464-475.

portugueses nos primeiros anos da instauração da I República, com uma lei que não só separava, mas que desejava expurgar o catolicismo romano do território e do coração dos portugueses. Mas a Igreja será defendida pelos seus: homens e mulheres concretos(as) e fiéis a um Cristo que havia lutado contra os «ismos» da política. A crise de 1910 conferirá à Igreja a faculdade de autocritica. Ela, providencialmente, aprenderá a reclamar pela sua autonomia e pelos seus direitos como qualquer cidadão. Direitos esses que serão reclamados no Concílio Plenário Português, momento único na vida da Igreja Católica Portuguesa. Os padres conciliares, entre os quais se encontrava o futuro D. Teófilo de Andrade, unem os seus esforços para continuar a ser uma Igreja, ainda e sempre, referencial na sociedade portuguesa. Do ambiente universitário emergem personalidades que virão a estar à frente de um novo regime. O Estado e a Igreja *concordam e acordam*. O Estado Novo e a Igreja Católica Portuguesa viverão juridicamente em «regime de separação de bens», mas sempre que necessário saberão unir-se na defesa dos grandes ideários nacionais. D. Teófilo vê-se convocado a participar no ideal missionário. O esforço missionário é uma oportunidade de afirmação da Igreja como arauta do Cristianismo romano junto dos povos indígenas, mas também é entendido pelo Estado como um meio para a consolidação de uma política colonial que procurava resgatar o país de um desígnio outrora saudosamente grande.

Estamos, pois, em condições de focar a nossa atenção na vida de D. Teófilo de Andrade. Uma vida necessariamente situada no contexto político, social e religioso que acabamos de descrever. Veremos, pois, o que o franciscano, Teófilo de Andrade, desejou, o que executou e o que deixou para a História.



## CAPÍTULO II

### Percurso biográfico de D. Teófilo de Andrade

#### 1. Pessoa

Teófilo de Andrade, de seu nome civil José Pereira de Andrade<sup>104</sup>, filho de António Pereira de Andrade e de Rita Gonçalves, nasce no lugar da Sobreira, freguesia de S. Salvador de Cabreiro, concelho dos Arcos de Valdevez, arquidiocese de Braga, a 14 de janeiro de 1881. Aos seis anos frequenta a escola primária na vila dos Arcos de Valdevez. A sua tia Rosa prepara-o para a primeira comunhão<sup>105</sup>, e parece ter tido papel importante no seu desejo de ser sacerdote.

#### 2. Formação inicial

Esse desejo que se converter-se-á em decisão firme ao escutar a pregação do P. José do Barral (missionário popular), diretor espiritual da sua mãe. Entretanto, com a ajuda do capelão da Igreja do Carmo (Braga), é admitido no dia 22 de janeiro de 1892 no Colégio Seráfico de Montariol, com 11 anos<sup>106</sup>. A sua entrada em Montariol dá-se dois anos depois da compra e abertura da casa, em agosto de 1890<sup>107</sup>. Dos oitenta e um alunos que frequentaram o colégio entre 1892 e 1897, chegarão dezoito ao noviciado. As novas ideias transmitidas pelos frades formados em Roma e o dinamismo teológico e cultural criado com o lançamento de revistas como a *Voz*, o *Almanaque de Sto. António* e o *Boletim Mensal*, contribuirão para que o Colégio de Montariol se torne uma referência na formação teológica e missionária<sup>108</sup>.

---

<sup>104</sup> O nome religioso de «Teófilo» (significando «amigo de Deus»), foi adotado quando tomou o hábito dos Frades Menores no Convento de Varatojo aos 16 anos de idade.

<sup>105</sup> A formação religiosa das crianças era da responsabilidade particular da família.

<sup>106</sup> D. Teófilo, na sua autobiografia, refere que entrou pelo fundo da quinta onde existia uma pequena Capela Pública pertencente ao Convento de Montariol. Cf. Teófilo de Andrade, *Apontamentos autobiográficos e outros intercorrentes* (Braga: Pró-manuscrito, 1953), 7-8.

<sup>107</sup> Em 29 de julho de 1891, o Fr. Domingo Sanches faz o pedido de restauração da Província de Portugal da Ordem Franciscana à Cúria Geral em Roma. O pedido será deferido a 18 de outubro de 1891 através do decreto *Inter Regulares Observantiae Provincias*. Em 1891 a Ordem tinha entre 18 e 20 sacerdotes, 25 coristas, 5 irmãos leigos, 7 noviços clérigos, 30 seráficos, 16 donatos (candidatos a irmãos leigos). Cf. Bartolomeu Ribeiro, *Da primavera ao outono: crónica do curso teológico de 1896-1900 da seráfica província de Portugal* (Braga: Tip. Boletim Mensal, 1925), 40, 42.

<sup>108</sup> Cf. António de Sousa Araújo, «Das missões paroquiais, à Imprensa e às missões ad gentes,» *Itinerarium* Ano XLIV, n.º 160 (jan-abril 1998): 97-98.

José Pereira de Andrade é admitido ao noviciado em 27 de junho de 1897<sup>109</sup> no Convento do Varatojo (Torres Vedras), onde recebe o hábito franciscano. O ano de 1897 constitui um marco na persecução do desígnio missionário nacional dos frades portugueses. O Capítulo da Província de maio elege, como Ministro Provincial, o P. João da Santíssima Trindade. Tinha frequentado a Universidade Missionária da Propaganda Fide, onde se licenciou em Filosofia e Teologia. O ambiente de fervor missionário que experimentou, ao longo dos seis anos de curso, acabará por marcá-lo de alguma forma<sup>110</sup>. Por isso, não será de estranhar que no Definitório, realizado em setembro, propusesse o estudo da fundação duma missão nas Colónias Africanas Portuguesas<sup>111</sup>. Com esta iniciativa, alargava-se o âmbito da ação franciscana no país<sup>112</sup>. Abria-se a possibilidade da aceitação, por parte do Estado, da Ordem Franciscana em Portugal. Entretanto, o Convento de Montariol era a casa que melhor garantia oferecia para a nova demanda de formação missionária. Novos objetivos e necessidades pastorais conferiam a esta escola um espaço ideal para a formação e mobilização de frades para um tão oportuno como ousado projeto<sup>113</sup>.

---

<sup>109</sup> A este propósito, D. Teófilo refere: «duvidando da minha resistência física para suportar as austeridades da vida seráfica, o Ministro Provincial, P. Fr. Maximiano Xavier da Silva adiou por dois anos a minha entrada no noviciado.» Ele fará o noviciado em companhia dos noviços do ano de 1896, pois não havia mais alunos em condições para tomarem hábito em 1897. Cf. Andrade, *Apontamentos autobiográficos...*, 8.

<sup>110</sup> João da Santíssima Trindade afirma a este propósito: «havia porém alguma coisa a que eu não era indiferente, me atraía, me obrigava a reparar nela, a pensar. Era a passagem dos missionários franciscanos que partiam para as missões de todas as partes do mundo [...]. Comovia-me a satisfação que eles sentiam, o entusiasmo com que falavam, e a coragem com que iam afrontar os perigos e até a morte, no martírio.» Cf. Sousa, *Algumas notas biográficas*, 121.

<sup>111</sup> Cf. Fernando Félix Lopes, *Missões franciscanas em Moçambique: 1898-1970* (Braga: Tip. Franciscana, 1972), 63. Madre Maria da Paixão, fundadora das Franciscanas Missionárias de Maria, numa visita que faz ao Convento de Montariol, pede a Fr. João da Santíssima Trindade a colaboração dos franciscanos no esforço missionário por terras de África. Por sua vez o Secretário Geral, futuro Ministro da Marinha e Ultramar, Francisco Dias Costa, manifesta-se favorável à ida dos franciscanos. Ele facilitará o processo, e até terá afirmado ao provincial: «eu também sou franciscano!» Cf. Braga Paixão, *Franciscanos portugueses em África* (Braga: Boletim Mensal das Missões Franciscanas, 1948), 14-19.

<sup>112</sup> João da Santíssima Trindade intuiu um futuro muito auspicioso para as missões *ad gentes*. Quarente anos mais tarde escreve: «[...] hoje que só se fala de missões portuguesas, e são todos a caminhar para elas, e a nossa Província é uma Província de missões, sinto grande consolação – sem sombra de vaidade – de que a quase meio século de distância eu já visse as coisas como elas deviam ser, e chegarem a ser, felizmente.» Cf. Sousa, *Algumas notas biográficas*, 122.

<sup>113</sup> Cf. António de Sousa Araújo, «Centenário das missões franciscanas em Moçambique (1898-1998),» *Itinerarium* Ano XLIV, n.º 161 (maio-agosto 1998): 298. Dos seis missionários franciscanos que embarcarão a 3 de junho de 1898 com destino à missão da Beira, estão cinco frades do Convento de Montariol, a saber: Fr. António de Santa Maria; Fr. Rafael Maria da Assunção (mais tarde bispo de Moçambique); Fr. José da Assunção Rolim; Fr. Serafim Felisberto e Fr. Salvador Franqueira, e o sexto, Fr. Daniel de Almeida. Partiram de Lisboa a 3 de junho de 1898 e chegaram à cidade da Beira a 17 de julho. D. Rafael Maria da Assunção, falando da sua vocação missionária, escreve que no Colégio Seráfico e do Coristado de S. Bernardino era habitual a leitura à mesa dos anais da

### 3. Formação académica e ordenação presbiteral

Fr. Teófilo de Andrade faz a sua profissão temporária um ano depois, em 2 de outubro de 1898. Neste mesmo dia viaja a pé para o Convento de S. Bernardino<sup>114</sup>, em Atouguia da Baleia (Peniche), onde irá continuar os seus estudos. Neste convento frequenta o primeiro ano do curso de filosofia<sup>115</sup>, sendo em 1900 transferido para o Convento de S. Boaventura de Montariol<sup>116</sup> para continuar o 2.º ano, sob a direção do P. Agostinho Mota, recém-chegado de Roma.

Vivia-se em ambiente anticongreganista e semi-clandestino. Manifestações organizadas por populares em frente de casas de religiosos, e campanhas de políticos liberais, tanto monárquicos como do partido republicano, foram criando um cenário muito adverso para as congregações religiosas. O governo de Hintze Ribeiro, tendo de atender às reclamações, propõe ao rei D. Carlos o exame da situação de cada um dos institutos religiosos presentes no país. A Província Portuguesa da Ordem Franciscana suspende o Colégio Seráfico, bem como as comunidades de estudantes, enquanto se procurava legalizar a situação da Ordem em Portugal. Quanto aos estudantes, uns serão acolhidos provisoriamente por benfeitores e amigos em território nacional, outros, sairão para Espanha ou Roma, para continuar os estudos.

Fr. Teófilo e mais alguns companheiros chegam a Roma em princípios de maio<sup>117</sup>. Em Roma concluirá a filosofia e, cumulativamente, o primeiro ano de Teologia<sup>118</sup>. A 4 de Outubro de 1902 faz a profissão solene às mãos do Vigário Geral da Ordem, o P. David Fleming.

---

Propaganda Fide. Estes textos iam-no formando no espírito missionário. Neste sentido, não nos é difícil supor que o Fr. Teófilo fosse sendo influenciado também pelas mesmas leituras. Cf. Rafael Maria da Assunção, «A minha vocação missionária», *Pax et Bonum* ano 19, 60 (1948): 17.

<sup>114</sup> Era habitual, naquele tempo, os frades fazerem a pé o percurso de Varatojo a S. Bernardino e vice-versa, considerando-se ser tradição própria dos religiosos mendicantes. Em S. Bernardino, o nosso futuro bispo relata um episódio que quase lhe tiraria a vida. Numa ida a banhos com os seus companheiros, são apanhados pela forte correnteza do mar, e «só por milagre de Nossa Senhora da Natividade (era dia 8 de setembro) se conseguem salvar». Cf. Andrade, *Apontamentos autobiográficos...*, 9.

<sup>115</sup> Lecionado pelo P. Francisco Cruz, requisitado de Roma onde ensinou na Universidade da Ordem Franciscana (Antoniano). Cf. António de Sousa Araújo, «Dom Teófilo de Andrade: nota bibliográfica», in *Memorial do Cemitério de Monte d'Arcos de Braga: arte tumular e seus eméritos*, Alexandra Castro (Braga: Câmara Municipal, 2016), 217.

<sup>116</sup> No Convento de Montariol funcionava o curso de Teologia.

<sup>117</sup> Frei Teófilo era acompanhado por mais dois colegas do curso de filosofia. Cf. Andrade, *Apontamentos autobiográficos...*, 11.

<sup>118</sup> Ainda que D. Teófilo o não refira, era sabido que os estudantes franciscanos que estudavam na Propaganda Fide, ficavam alojados no Colégio de Santo António (Antoniano).

Entretanto, em Portugal, não se podendo falar em Franciscanos da Província dos Santos Mártires de Marrocos, a Ordem passa a ser reconhecida oficialmente como «Instituto Missionário Português» e «Instituto Missionário das Missões Ultramarinas»<sup>119</sup>. Graças a este expediente jurídico e ao ambiente de maior tolerância religiosa que se vivia em Portugal, será possível aos estudantes retornarem ao País, entre os quais o nosso Fr. Teófilo. No Convento de S. Bernardino concluirá o curso de Teologia, e a 8 de abril de 1905 é ordenado sacerdote pelo Cardeal Patriarca Neto, na Capela do Paço Patriarcal, em Lisboa<sup>120</sup>.

Em outubro de 1905 o recém-ordenado P. Teófilo de Andrade é chamado a Roma para fazer o curso de Dogmática no Colégio de Sto. António (Antonianum), juntamente com o seu confrade frei José Pedro Eloquência<sup>121</sup>. Para esta decisão terá sido determinante o parecer do P. António de Santa Maria<sup>122</sup>, ex-Definidor Geral, entre 1902 e 1906, e ainda presidente do Antonianum, precisamente no ano em que Frei Teófilo frequentou o 1.º ano de Teologia (1902). Os dois portugueses tentarão escusar-se, mas em vão, ao «honroso convite», invocando problemas de saúde<sup>123</sup>. Não obstante o bom desempenho do cargo de Mestre de Cerimónias do Antonianum (1906-1907), os constantes problemas de saúde obrigavam o P. Teófilo a repousar durante os períodos de férias passados em Itália (no convento de Palazola ou em Artena). Acabará, por isso, por pedir para regressar a

---

<sup>119</sup> A dispersão de 1901 foi uma simples proibição da vida religiosa em comunidade. O decreto-real de 10 de março de 1901 mandava averiguar a existência das comunidades religiosas proibidas pela lei de 1834 e fechá-las em conformidade (no caso dos Franciscanos foram poupadas a residência de Lisboa e o convento de Brancanes, em Setúbal). Entretanto, com o expediente legal da «utilidade pública» foi possível reabrir em janeiro de 1902 o Colégio Seráfico de Montariol, em 1903 o Coristado de S. Bernardino e em 1904 o Coristado de Montariol e o Noviciado de Varatojo. De facto, o decreto de 18 de abril permitia em território nacional a constituição de associações que se dedicassem ao ensino, caridade e beneficência, religião e missões ultramarinas, desde que os seus estatutos fossem aprovados pela autoridade civil, e respeitassem a autoridade eclesiástica ordinária. Em outubro de 1901 são aprovados os estatutos da Associação Missionária Portuguesa (designação dos franciscanos). Cf. Bartolomeu Ribeiro, *Guia de Portugal franciscano continental e insular* (Leixões: Residência de Leixões, 1946), 111. Ver também Cf. Ribeiro, *Da primavera ao outono...*, 44. E ainda a nova edição organizada por Vítor Teixeira - *Guia de Portugal Franciscano Continental e Insular* (Braga: Ed. Franciscana, 2018), 88.

<sup>120</sup> O P. Teófilo celebrará a primeira missa na capela privativa do Colégio, no dia 12 de abril, só para a família franciscana. A missa nova/solene (15 de abril de 1905), não será acompanhada da habitual cerimónia do beija-mão nem de qualquer publicidade da mesma, dado o ambiente adverso às ordens religiosas que se vivia na altura. Cf. Andrade, *Apontamentos autobiográficos...*, 12.

<sup>121</sup> Foram escolhidos pelo Delegado Geral, P. José Kaufman.

<sup>122</sup> O P. António de Santa Maria foi professor de Teófilo de Andrade entre 1892 e 1897 em Montariol. Sobre a vida deste franciscano português veja-se a tese de Sérgio Miguel da Mota Pinheiro defendida em março do corrente ano na Faculdade de Teologia, Centro Regional de Braga, com o título: *Obra litúrgica de Frei António de Santa Maria, OFM: a reforma das últimas edições do Breviário (1920-1922) e do Missal (1924) Bracarense*.

<sup>123</sup> É certo, que D. Teófilo diz na sua autobiografia ter tido muitos problemas de saúde durante a sua permanência em Roma.



Portugal, segundo as suas palavras: «com ou sem carta de Leitor» (que lhe daria autorização para ensinar). É, então, dispensado das provas e obtém o diploma de Leitor em Sagrada Teologia, datado de 24 de agosto de 1907<sup>124</sup>.

Chega a Lisboa a 7 de dezembro de 1907. Nesta cidade permanecerá durante um ano, numa residência que os franciscanos tinham na Travessa da Amoreira. Aproveita para recuperar a saúde, e enquanto aguardava a encomenda dos seus livros de Roma, terá a seu cargo algumas capelanias: Ordem Terceira, Irmãs Missionárias da Maria, Hospitaleiras, etc.<sup>125</sup>.

#### **4. Professor, formador**

No Capítulo Provincial de setembro de 1909, o P. Teófilo recebe os primeiros cargos na Província: o de Discreto<sup>126</sup> do Convento de São Boaventura de Montariol e o de Mestre de Coristas e Leitor de Dogmática<sup>127</sup>. Terminado o ano letivo de 1910, passa as férias grandes no Convento de S. Bernardino, onde pretendia, mais uma vez, recuperar da sua débil saúde. Durante a sua estadia neste convento ocorre a proclamação da República<sup>128</sup>. No seu pró-manuscrito «Os padres de S. Bernardino» relata os acontecimentos vividos por si e pelos seus confrades (Fr. Domingos Sanches e P. Jacinto Sardinha), coristas, alunos, etc.<sup>129</sup>. Quando chega a temida tropa, no momento em que o P. Teófilo presidia a uma Ação de Graças, os frades são interpelados por uma autoproclamada «Comissão Republicana do Bombarral», que mais não era do que um ajuntamento de civis oriundos das Caldas e do Bombarral, acompanhados por quatro

---

<sup>124</sup> A dispensa de provas era concedida a quem, demonstrada reconhecida competência, se encontrava limitado por problemas de saúde. Cf. Andrade, *Apontamentos autobiográficos...*, 13-14.

<sup>125</sup> Facto desolador para D. Teófilo é a perda da bagagem que mandara vir de Roma, constituída por livros e manuscritos do tempo em que fora estudante, em virtude de naufrágio do barco. Material que serviria, com certeza, para o apoio das suas aulas. Cf. Andrade, *Apontamentos autobiográficos...*, 14.

<sup>126</sup> Discreto ou conselheiro ou assistente do guardião, a quem deviam animar ou moderar no correto governo do convento. Cf. Araújo, *Antoninhos da Conceição...*, 235.

<sup>127</sup> D. Teófilo faz referência, nos seus apontamentos, à questão da *Voz de Santo António* a que aludimos no I capítulo. A sua nomeação para Montariol coloca-o no epicentro de toda a polémica, onde terá oportunidade de testemunhar todas as consequências do caso.

<sup>128</sup> Os franciscanos abandonam os seus conventos (excetuando os casos do Convento de S. Bernardino e de Brancanes em Setúbal; a dispersão realizou-se sem violência comparativamente com o que aconteceu com os jesuítas), e arrendam prédios nas proximidades dos conventos, onde só podiam viver até três sacerdotes e irmãos leigos disfarçados de criados a fim de não contarem para o número máximo legal de três religiosos. Cf. Ribeiro, *Da primavera ao outono...*, 45.

<sup>129</sup> Nos primeiros dias da revolução, o Santíssimo Sacramento, era recolhido numa casa de uma benfeitora (D. Maria José Gorjão Henriques), onde os frades pernoitavam, e de dia retornava ao Convento. Este, era guardado por voluntários armados. O medo da chegada das tropas levou um ou outro frade a fugir para o estrangeiro, como será o caso do P. Aloísio, que só voltará a Portugal dois anos depois.

soldados de infantaria e por um sargento de artilharia. O P. Teófilo imediatamente procura serenar os ânimos, pedindo aos revoltosos que não molestassem ninguém. Serão feitos 25 prisioneiros, que seguirão a pé até às Caldas da Rainha: «foram dez horas de viagem acidentada, insultuosa e incerta», testemunha o P. Teófilo. Entretanto, são apresentados ao impecável Joaquim Correia, Administrador das Caldas, que revela cuidado e «atitude benévola» com os detidos<sup>130</sup>, esclarecendo desde logo que os frades se encontravam detidos, mas não presos, e, como tal, deviam ser «acautelados de qualquer enxovalho ou possível violência.<sup>131</sup>» Feito o interrogatório, Joaquim Correia pede instruções ao Governo Civil. A ausência de resposta em tempo útil<sup>132</sup> e a recusa dos soldados em assinar os depoimentos dos detidos, pois tinham consciência de que a detenção fora realizada sem mandato judicial<sup>133</sup>, não deixa outra alternativa ao administrador senão libertá-los<sup>134</sup>. Ainda assim, passarão uma noite bem desconfortável. O P. Teófilo regressa a Braga de comboio, mas ficando ao corrente das ações militares em Montariol, segue de imediato para Ponte da Barca, onde ficará sete meses a viver em casa de D. Ana Pimenta de Castro Lacerda<sup>135</sup>.

## 5. Pároco

Entre 1910 e 1913, o P. Teófilo desempenhará as funções de pároco. Em S. Paio de Jolda (Arcos de Valdevez) em 1911, substituindo o pároco. Em Beiral de Lima (Ponte de Lima), coadjuvará o pároco, e em Lavradas<sup>136</sup> (Ponte da Barca), será pároco até 1912. É enviado em 1914 para o Colégio Seráfico de Santo António de Tuy (Espanha), como

---

<sup>130</sup> Joaquim Manuel Correia advertira os militares antes da sua chegada a S. Bernardino «que procedessem com cordura e urbanidade, sendo sempre humanos para com eles.» Para o efeito entrega uma carta dirigida ao Administrador de Peniche para que providenciasse a presença de alguém de Peniche em São Bernardino para evitar abusos e violências. Cf. Henrique Pinto Rema, «Os Franciscanos e a República em Portugal: testemunhos,» *Itinerarium* Ano LVII, n.º 200-201 (maio-dez. 2011): 455.

<sup>131</sup> Cf. Teófilo de Andrade, *Os Padres de S. Bernardino* (Braga: Pró-manuscrito, 1930), 18.

<sup>132</sup> A resposta terá chegado quando os frades já se encontravam na estação de comboios. Apesar de o Governo determinar a continuação da detenção, o administrador considerará não haver «a menor conveniência» na continuação da mesma. Cf. Rema. «Os Franciscanos e a República...», 466.

<sup>133</sup> Joaquim Manuel Correia, no seu relato, admitia «que não se procedeu com legalidade [...], porque tanto os padres como o resto da população do convento foram expulsos sem mandato da autoridade, sendo levados para esta vila, em vez de os levarem para Peniche.» Rema. «Os Franciscanos e a República...», 453.

<sup>134</sup> O Administrador chega a pedir desculpa por não ter dinheiro para pagar as viagens de regresso dos frades.

<sup>135</sup> Andrade, *Os Padres de S. Bernardino*, 3-30.

<sup>136</sup> Nesta paróquia substitui o reitor P. Francisco Paredes que andava por terras da Galiza nas incursões monárquicas, comandadas por Paiva Couceiro. Cf. Andrade, *Apontamentos autobiográficos...*, 17.

professor de português e vice-prefeito, depois de ter sido suspensa a sua partida para o colégio de Mossoró (Brasil), por encerramento deste.

Em julho de 1915, o Definitório nomeia o P. Teófilo definidor do governo da Província<sup>137</sup>. Entre 1916 e 1919 volta a exercer as funções de pároco, desta feita em Poiares da Régua<sup>138</sup>, a pedido do Arcebispo de Braga, D. Manuel Vieira de Matos<sup>139</sup>. Em abril de 1919 parte para o Colégio Seráfico de Sto. António em Tuy, onde desempenhará as funções de Reitor do Colégio e de Leitor de História Eclesiástica<sup>140</sup>. Será responsável pelas obras de ampliação da nova casa. O seu trabalho e competência não passava despercebido aos seus confrades, pelo que, com alguma naturalidade, em 1921 é eleito Ministro Provincial<sup>141</sup>, no VIII capítulo da Ordem (desde a restauração da Província Portuguesa). Cumprirá dois mandatos, sendo reeleito em 1924, no IX capítulo, por mais um triénio.

## **6. Ministro Provincial: 1.º e 2.º Provincialados**

Durante o sexénio de 1921 a 1927, o Provincialado de Teófilo de Andrade será particularmente rico em obras e eventos. Destacamos, sumariamente, alguns acontecimentos:

### **1. Criação da União Missionária Franciscana<sup>142</sup>;**

---

<sup>137</sup> Membro do Definitório ou Governo colegial da Província. Também denominados de conselheiros do Provincial. Como este, eram eleitos por três anos. Cf. Araújo, *Antoninhos da Conceição...*, 235.

<sup>138</sup> Nesta freguesia o P. Teófilo, coadjuvado por Fr. Tomás, Fr. Pacífico, Fr. Manuel de S. José e o P. Jerónimo Amador, reorganizou com sucesso uma antiga orquestra e organizou a cônica paróquia. Todas as economias eram canalizadas para pagar as despesas do Colégio Seráfico e o noviciado em terras de Espanha. Cf. Andrade, *Apontamentos autobiográficos...*, 18.

<sup>139</sup> Poiares da Régua era a terra natal de D. Manuel Vieira de Matos.

<sup>140</sup> Em texto cedido por António Araújo, que aguarda publicação («O colégio de Santo António de Tuy (1917-1943) e outros centros de refúgio de franciscanos portugueses na Galiza.» *Itinerarium* Ano LXIV, n.º 220 (jul-dez 2019)), é possível conhecer os nomes de alguns estudantes (professores e ordenados sacerdotes), que foram alunos de D. Teófilo. Destaco alguns: Abel Correia Pinto, António Joaquim Dias Dinis, Manuel Taveira da Silva, Fernando Félix Lopes, Ilídio de Sousa Ribeiro, João Diogo Crespo, José Ribeiro de Magalhães, Afonso de Barros Poiares, Ernesto Gomes Ferreira, José de Lencastre e José Maria Violante.

<sup>141</sup> Dito também Ministro ou Padre Provincial. Superior de um conjunto autónomo de Conventos (Província). Para ocupar o cargo, devia contar um número de anos de idade de hábito e ter sido, anteriormente, Definidor ou Custódio, ou três vezes guardião nas principais casas da Província. Araújo, *Antoninhos da Conceição...*, 286.

<sup>142</sup> O P. Teófilo encarrega o P. José Alves Pereira de organizar e difundir esta obra. Havia a necessidade urgente de reorganizar as missões em terras de Moçambique, passados os períodos conturbados da República.

2. Organização da «Obra das Madrinhas» e respetivos benfeitores, para ajuda financeira da família franciscana exilada no estrangeiro e dos alunos do Colégio Seráfico<sup>143</sup>;
3. Obras de ampliação do colégio de Tuy<sup>144</sup>;
4. Aquisição por compra do primeiro automóvel da Província para a casa de Tuy e Vilariño<sup>145</sup>;
5. Criação da primeira tipografia e encadernação da Província<sup>146</sup>;
6. Obtenção do resgate do Convento de Montariol<sup>147</sup>;
7. Participação no Concílio Plenário Português (novembro 1926)<sup>148</sup>;

<sup>143</sup> Era dado o nome de Seráfico ao estudante do curso do ensino secundário, e o nome de corista ao estudante de Filosofia e de Teologia. O corista (religioso clérigo estudante) estava sujeito a um Mestre, até dizer, missa ou estava incumbido do ofício do coro, com ou sem canto. Cf. António de Sousa Araújo, *Antoninhos da Conceição: dicionário de capuchos franciscanos* (Braga; Ed. Franciscana, 1996), 234.

<sup>144</sup> Comprou-se uma quinta adjacente ao Colégio. No convento de Santo António de Tuy funcionou o colégio com 5 anos preparatórios, o coristado de filosofia e a teologia. Transferidos o colégio para Montariol e a teologia para o Varatojo, ficou ainda a funcionar a filosofia e o noviciado. O colégio de Tuy será definitivamente encerrado depois de comprada a casa da Luz (Convento da Imaculada Conceição). O convento de Tuy será adquirido pelo governo de Franco para serviços de assistência social. Cf. Andrade, *Apontamentos autobiográficos...*, 20-21.

<sup>145</sup> Era uma camioneta Ford, paga por um benfeitor, que serviria para as constantes deslocações de pessoal e bens entre o Convento de Vilariño de la Ramallosa (onde funcionava o noviciado) e o Convento de Tuy. Cf. Andrade, *Apontamentos autobiográficos...*, 21.

<sup>146</sup> A compra da primeira máquina tipográfica e de encadernação na Alemanha dará autonomia nas publicações da Província – *Voz, Almanaque de Sto. António, Boletim Mensal da Ordem Terceira*, etc. –, até então impressas noutras tipografias. Esta decisão permitirá uma redução nos custos e dará à Ordem uma maior capacidade de ação evangelizadora. Cf. Andrade, *Apontamentos autobiográficos...*, 21-22.

<sup>147</sup> O Supremo Tribunal de Justiça devolverá a casa e a quinta ao seu legítimo proprietário, o bracarense P. José Maria Gomes. Entretanto, serão iniciadas obras de recuperação e de conversão do Convento de Montariol em casa de formação missionária para 150 pessoas, entre alunos e restante pessoal docente e de apoio. Cf. Araújo, «Dom Teófilo de Andrade...», 221.

<sup>148</sup> O P. Teófilo faz eco do excepcional acontecimento para a Igreja em Portugal, mandando de Tuy, a 13 de janeiro de 1927, uma carta aos seus Padres, que reproduzimos:

«Por ocasião do Concílio Plenário, há pouco realizado, julgaram conveniente os Ex.mos Prelados fazer aos Superiores Regulares as suas observações. Delas deduzi:

- que os Prelados desejam e apreciam a nossa colaboração;
- que os esforços de todos convergissem para a mesma acção comum;
- que todos obedecessem ao mesmo compasso;
- que cada Superior regular respondesse pelos Padres;
- que daquela Assembleia saísse novo impulso, novos propósitos de trabalhar para o engrandecimento da causa que ali nos reuniu, pela palavra, pelo exemplo, na pregação e na imprensa;
- que havia alguma coisa a corrigir;
- que decerto se haviam tomado medidas com resultado;
- que o procedimento dos Regulares influiria eficazmente no modo de pensar e obrar do restante clero. Daí, grande fruto ou grande prejuízo.

Houve quem fizesse notar em alguns Regulares o desleixo na observância de certas leis e prescrições superiores, exageros na toilette, liberdade de crítica falando e escrevendo, menos piedade. Em todos os atos do Concílio predominou o espírito de zelo e de piedade, e o esforço de todos para a melhor união e disciplina no campo católico. Isto nos foi pedido com particular interesse. Daí a minha insistência e que cada um seja exemplo vivo de sujeição, de disciplina, de zelo e de piedade

8. Participação no Capítulo-Geral de Assis (maio de 1927);

9. Comemorações do VII Centenário da Morte de São Francisco de Assis<sup>149</sup>.

Terminado o 2º provincialado, o P. Teófilo é nomeado Custódio<sup>150</sup> da Província e Reitor da Capela e Residência dos Anjos, no Porto<sup>151</sup>. Em 1928 vê-se envolvido nos constrangimentos do «Caso de Ovar»<sup>152</sup>.

## 7. O caso de Ovar

Durante o período em que foi reitor do Colégio de Sto. António de Tuy (1919), estabelece amizade com Joaquim Soares Pinto, advogado e notário, natural de Ovar que, gravemente doente, decide doar umas ações depositadas em Londres a favor do Colégio das Missões Franciscanas de Moçambique<sup>153</sup>. Após a sua morte, a inveja, os interesses maçónicos e a propaganda antirreligiosa abatem-se sobre o P. Teófilo e os franciscanos, que apenas desejavam dar execução à derradeira vontade do falecido benfeitor. O facto será sordidamente explorado pela imprensa republicana e maçónica. Em setembro, o P.

---

franciscana; e de modo especial recomendo a que se abstenham todos, dentro e fora, de apreciações menos favoráveis à obra dos Prelados ou à imprensa que os mesmos consideram e aprovam.» Henrique Pinto Rema, *Crónica da Província dos Santos Mártires de Marrocos*, vol. III (Lisboa: Manuscrito, 2005), 313-314.

<sup>149</sup> O *Boletim Mensal* dá-nos ampla notícia dos diversos eventos, a saber: i) peregrinação a Roma da Família Franciscana, tendo sido recebida em audiência pelo Papa Pio XI, que presidiu à eucaristia; peregrinação aos Santuários Franciscanos de Itália; ii) visita canónica a todas as fraternidades da Ordem Terceira em Portugal; iii) realização das semanas franciscanas (em Braga marcará a conferência de Leonardo Coimbra sobre o tema: *A Visão Franciscana da Vida*); iv) tríduos; v) realização de sessões solenes literárias e musicais em Coimbra, Lisboa (Sociedade de Geografia com a presença do Chefe de Estado, General Carmona ou na Sede da Liga Naval sob a presidência do Ministro das Colónias, João Belo). Cf. *Boletim Mensal* XX Ano, n.º 9-10 (setembro-outubro, 1927): 282-287. O P. Teófilo de Andrade envia a cada um dos Prelados Portugueses uma circular informando sobre organização de uma Semana Franciscana em cada diocese, que devia terminar com a celebração de um pontifical. Todos os Bispos diocesanos dirigiram pastorais aos seus fiéis e promoveram nas suas catedrais solene pontifical. Esta proposta terá deixado boa impressão juntos dos bispos portugueses, e pode, de alguma forma, ter pesado no processo de escolha dos candidatos para o episcopado em 1940. Cf. António de Sousa Araújo, «Os centenários franciscanos: à luz da correspondência de Severo Portela com o franciscano P. Frei Joaquim Capela – 1927-1935,» *Itinerarium* Ano LIV, n.º 190 (jan-abril 2008): 95-145.

<sup>150</sup> Era o vice-provincial, ou o prelado detentor do segundo cargo mais importante da província, depois do Provincial. Cf. Araújo, *Antoninhos da Conceição...*, 234.

<sup>151</sup> Face à degradação do edifício, em condição «absolutamente anti-higiénica», obtém do novo provincial, P. Cipriano do Vale, autorização para comprar terreno e a casa da Cooperativa de Cedofeita. Cf. Andrade, *Apontamentos autobiográficos...*, 25.

<sup>152</sup> Cf. Teófilo de Andrade, *O caso de Ovar: questão-crime* (Varatojo: APPOF, Armário II, 4, n.º 90, 1931), 1-82. Ver também Cf. Araújo, «Dom Teófilo de Andrade...», 222-225.

<sup>153</sup> Em certo momento, Joaquim Soares Pinto, pede ao P. Teófilo que se providenciasse a ida de algumas irmãs franciscanas hospitalleiras para a Misericórdia de Ovar. Entretanto, poucos dias antes de morrer, mas ainda na posse das suas faculdades, Soares Pinto incumbiu o P. Teófilo como executor testamentário relativamente a parentes e empregadas, ficando a Misericórdia de Ovar a principal beneficiária da herança. Cf. Araújo, «Dom Teófilo de Andrade...», 222. Ver também António de Sousa Araújo, «Teófilo de Andrade,» in *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, dir. António Alberto Banha de Andrade, vol. 1 (Lisboa: Ed. Resistência, 1980), 239.

Teófilo é interrogado pela Polícia de Investigação Criminal do Porto. Detido na residência de Nossa Senhora dos Anjos (Porto), onde desde 1927 desempenhava as funções de superior da casa, é levado para a cadeia de Ovar, a 12 de setembro de 1928, e transferido, por razões de segurança, para a cadeia da Relação do Porto a 9 de outubro de 1928. É libertado, mediante o pagamento de dois mil contos de fiança, a 8 de novembro do mesmo ano<sup>154</sup>. Foram, escreve o P. Teófilo, «57 dias de prova e expiação que Deus me deu. O discípulo não é mais que o Mestre!»<sup>155</sup> O nosso padre é despronunciado em Ovar e o processo-crime é arquivado em 24 de maio de 1929. Entretanto, em Londres é aberta a questão cível quanto à reclamação do depósito aos representantes da casa Stoncham & Sons<sup>156</sup>. O P. Teófilo perde na primeira instância. No entanto, ganhará o recurso na segunda instância (julgado por três juizes), em 9 de maio de 1930. O Supremo Tribunal decidiu que todo o depósito questionado fosse entregue a Alves Pereira, procurador das Missões Franciscanas, e condenou os testamenteiros a pagar todas as despesas processuais<sup>157</sup>.

Passada a «tempestade jurídica», em outubro de 1930, o P. Teófilo é nomeado mestre de Coristas e vigário do Convento de Varatojo<sup>158</sup>. Em março de 1932 é colocado em Coimbra por motivos de saúde, e em 1933 é nomeado pela segunda vez superior da Residência dos Anjos (Porto), onde será também assistente da Juventude Antoniana e do Patronato de Sta. Zita<sup>159</sup>. Em setembro de 1936 vê renovado o cargo de superior no Porto,

---

<sup>154</sup> Os prazos para a prisão preventiva serão ultrapassados dando lugar ao expediente da libertação sob fiança.

<sup>155</sup> Andrade, *O caso de Ovar...*, 79 (Em livro encadernado de 30x20 cm, de 76 mais 13 pp. dactilografadas, no Arquivo da Província Portuguesa da Ordem Franciscana, Armário II, 4, nº 90).

<sup>156</sup> «Os amigos dos pobres e da Misericórdia de Ovar [testamenteiros] não se pouparam a sacrifícios; incomodaram toda a gente, lançaram mão de todos os meios para salvar da «rapinagem» dos frades a parte dos bens que o Dr. Soares Pinto destinara às Missões franciscanas.» Andrade, *O caso de Ovar...*, 1.

<sup>157</sup> Em correspondência de 6 de outubro, Severo Portela (franciscanófilo e escritor), escreve ao Fr. Joaquim Portela: «há uma psicologia política no caso de Ovar [...] pensou-se que esse archote inflamaria a multidão e, vai a vê-se, creitou as mãos de quem o estrançou.» Araújo, «Os centenários franciscanos...», 130. Ver também, Andrade, *O caso de Ovar...*, 24.

<sup>158</sup> Um problema de natureza disciplinar no Seminário de Varatojo leva o seu reitor e o P. Teófilo a decidir pela expulsão de um estudante. No entanto, a maioria do Definitório é contra, levando o P. Teófilo e o reitor a pedirem a exoneração das suas funções, o que será aceite. Rema, *Crónica da Província...* vol. III, 395-396.

<sup>159</sup> A Juventude Antoniana foi fundada em Portugal, no ano de 1896, pelo Fr. João da Trindade e Sousa, na Igreja dos Terceiros, em Braga. Tinha como finalidade infundir nos associados um «espírito recto, activo e intrépido para a profissão pública e privada da religião católica e prática das virtudes cristãs.» Esta associação teve um especial crescimento em 1928, sob a assistência do P. Teófilo, na altura reitor da Residência e diretor da Juventude. Por sua vez, a Obra de Santa Zita era uma Associação de Proteção e Formação para Criadas de Servir fundada na capela de Nossa Senhora dos Anjos (Porto), em janeiro de 1929, pelo P. Teófilo. O fim desta associação era o de formar e proteger as criadas de servir. As criadas/associadas pagavam uma quota mensal mínima de um



e é escolhido pelos seus confrades, no XIII Capítulo da Província, como definidor para o governo da mesma.

### **8. Ministro Provincial: o 3.º Provincialado**

Em setembro de 1939, o P. Teófilo é nomeado ministro provincial pela terceira vez, no IX Capítulo da Província<sup>160</sup>. Neste terceiro provincialado destaca-se a transferência definitiva das casas de estudantes da Galiza para Portugal. O noviciado passa a funcionar no Convento de Varatojo, o curso de filosofia é transferido para o Convento de Montariol, e o curso de teologia ministrado no Varatojo estabelece-se no Seminário da Luz, em Lisboa. O P. Teófilo de Andrade será responsável pela compra da Quinta da Alameda (constando do Palácio e Parque da Luz). Os frades passavam por dificuldades em Espanha devido ao bloqueio económico imposto ao regime de Franco. Havia, portanto, a necessidade de encontrar um local que pudesse acolher os estudos teológicos e a criação de um «seminário das missões franciscanas», em face da urgência da comparticipação do Governo nos estudos e da retoma da formação missionária franciscana, para acudir às missões na Guiné e em Moçambique. Começava-se mesmo a pensar na criação de uma Universidade Católica. Mas o processo de escolha da casa da Luz não será fácil<sup>161</sup>. Numerosas serão as objeções da parte daqueles que viam na compra

---

escudo, tendo direito de recolher ao Patronato em caso de ficarem desempregadas por justo motivo até nova colocação. Em 1929 foi possível abrigar, por alguns dias, 80 criadas, e empregar cerca de 100. Entre dezembro de 1930 e julho de 1934 a Obra de Santa Zita hospedou gratuitamente 395 criadas e empregou 3500 criadas. O Patronato de S. Zita será transferido para a Casa de Saúde da Boavista em julho de 1934. Cf. Andrade, *Apontamentos autobiográficos...*, 41-44.

<sup>160</sup> Referindo-se ao seu programa de governo, elegia os seguintes aspetos: a Regra, as Constituições Gerais e as Ordenações Peculiares da Província, o horário da casa, a voz da obediência e a consciência de cada um. Em recados aos sacerdotes, a 15 de Dezembro de 1939, o P. Teófilo abria mais o leque de opções a uma digna comemoração do 50º aniversário da Restauração da Província, perguntando: «Não seria possível se comesasse, desde já, a trabalhar na publicação de folhas de propaganda, pequenos opúsculos, folhetos, monografias de santos e homens notáveis, em qualquer ramo da atividade da nossa Ordem e Província?» Entretanto, sugere: a publicação de uma série de estudos críticos de escritores franciscanos portugueses; continuar o *Boletim Mensal* nos moldes actuais; dedicar um número do *Boletim Mensal*, no ano corrente, a comemorar a contribuição franciscana na formação do Império Português (publicariam, nesse número, artigos sobre a actividade missionária franciscana no Brasil, África e Oriente); preparar a futura Crónica da Província pela organização do precioso arquivo documental; iniciar a publicação de algumas obras características do espírito franciscano, tais como traduções de escritos de São Boaventura e de sermões de São Bernardino de Sena; organizar em Lisboa uma biblioteca dos escritores franciscanos portugueses e preparar, para futura possível publicação, a bibliografia franciscana portuguesa; publicar o jornal *Missões Franciscanas* quatro vezes por ano. Rema, *Crónica da Província...* vol. III, 472, 475-476.

<sup>161</sup> Serão ponderadas diversas opções: Quinta do Ramalhão em Sintra; casa apalaçada em Sete Rios – Lisboa, agora embaixada do Brasil; Hotel Ribeiro em S. Pedro do Sul; Convento de Refojos em Ponte de Lima; Quinta de Barroselas em Viana do Castelo, ou ainda o Convento de S. Bernardino. Cf. António de Sousa Araújo, «História do Seminário da Luz: achegas para o seu estudo,» *Itinerarium* Ano XLI, n.º 151 (jan-abril 1995): 63. Ver também António de Sousa Araújo, «A Quinta

da casa e da quinta um atentado à pobreza franciscana. O Provincial, inicialmente bem impressionado com os espaços, não deixa de manifestar algumas perplexidades. Confessa na sua autobiografia que «nem casa, nem parque tinham aparência franciscana... nem nossas economias aguentariam com as despesas da compra.» É certo porém, que o espaço até evocava princípios fundacionais da Ordem franciscana, a saber: i) tensão entre o ermo e a cidade, isto é, a opção pelo que viria a classificar como as periferias urbanas; ii) o contacto direto com a beleza da criação de Deus; iii) a proximidade da Senhora da Luz (a Porciúncula do novo Convento)<sup>162</sup>.

Providencialmente, o proprietário, Eduardo May de Oliveira, desejando que a quinta fosse destinada ao serviço religioso, acabou por facilitar «ao máximo o preço e pagamento» (baixando o preço de 1500 contos para 1200 contos). O P. Teófilo de Andrade, depois de ouvido o parecer positivo do Nuncio Apostólico, convoca o definitório, e na última votação deliberativa, a 19 de dezembro de 1939, usa do seu voto qualificado para desempatar o resultado a favor da compra da casa da Luz. Realizada a compra, o Palácio e Parque da Luz passará a designar-se Convento da Imaculada Conceição, para onde será transferido o curso de teologia<sup>163</sup>.

Entretanto, vão circulando notícias sobre a finalização do processo de negociação da Concordata entre o Estado Português e a Santa Sé. O P. Teófilo, sabendo do facto, escreve ao Nuncio pedindo-lhe que fosse contemplada no rol de reclamações ao Estado Português a devolução dos conventos usurpados à Ordem por ocasião da I República<sup>164</sup>.

---

da Alameda e o Seminário da Luz, um investimento ao abrigo da Concordata (1940),» in *Quadros da História de Lisboa: a freguesia de Carnide* (Lisboa: Academia Portuguesa da História, Junta de Freguesia de Carnide, 2014), 23-60.

<sup>162</sup> Cf. Isidro Pereira Lamelas, «O Seminário da Luz: convento de Nossa Senhora da Conceição,» in *O Seminário da Luz nos 50 anos da sua Igreja*, coord. João Alves da Cunha (Braga: Ed. Franciscana, 2018), 41.

<sup>163</sup> Muitos serão os trabalhos realizados nas estruturas da quinta: vedação da parte norte da quinta (300 metros); construção de uma piscina (20 por 20 metros) para natação e irrigação da propriedade; compra de equipamentos para salas, quartos, cozinha, etc.; instalação da eletricidade e de telefones; plantação de numerosas árvores de fruto; compra de animais (bois de serviço e três vacas leiteiras) e alfaías agrícolas. Será feito um projeto para uma igreja, coristado, oficinas e uma nova casa para os estudos superiores e repouso para o pessoal missionário, que terá a comparticipação do Estado (600 contos) autorizada pelo Ministro das Obras Públicas, Eng.º Duarte Pacheco. No entanto, a nomeação do P. Teófilo para a diocese de Nampula não permitirá a execução do plano. Cf. Andrade, *Apontamentos autobiográficos...*, 27-29. Ver também Cf. António de Sousa Araújo, «História do Seminário da Luz: achegas para o seu estudo,» *Itinerarium* Ano XLI, n.º 151 (jan-abril 1995): 62-64. E ainda Cf. Lamelas, «O Seminário da Luz...,» 42, 43.

<sup>164</sup> Entre os conventos, prioriza os seguintes: 1) o Convento de São Bernardino, Atouguia da Baleia; 2) o Convento de Brancanes, Setúbal; 3) o Colégio da Portela, Leiria; 4) a casa nº 31 da Rua da Graça, em Lisboa; 5) o Seminário de Varatojo, Torres Vedras, então já ao uso dos Franciscanos para formação de missionários, mas propriedade do Estado. Cf. Teófilo de Andrade, *Carta ao Nuncio Apostólico* (APPOF, Armário II, 4, nº 89, 1939). Ver também Araújo, «Dom Teófilo de Andrade...,» 226.



## 9. Nomeação episcopal como Bispo de Nampula-Moçambique

A 3 de maio de 1941, o P. Teófilo de Andrade é chamado à Nunciatura Apostólica pelo Núncio, Monsenhor Pietro Ciriaci, sob o pretexto de propor dois nomes para o novo Episcopado de Nampula. Qual não foi o seu espanto quando lhe é comunicado que tinha sido escolhido pelo Santo Padre para bispo residencial de Nampula. A sua reação inicial é negativa, apresentando como argumentos a sua idade (sessenta anos) e a frágil saúde<sup>165</sup>. Estas razões não convencem o Núncio que replica com a importância desta missão pastoral a favor da Igreja, a qual deve exigir o sacrifício pessoal e total colaboração da Província Portuguesa da Ordem Franciscana. De facto, «serenada a conversa, e pesada a responsabilidade que me impunha em tal emergência, respondi: por mim não aceito; mas se o Santo Padre manda, eu vou... até onde preciso for, mesmo que saiba que nada vou fazer...»<sup>166</sup>.

Não se pode dizer que a nomeação episcopal do P. Teófilo fosse uma surpresa total. Como vimos no capítulo anterior<sup>167</sup>, era relativamente normal, por um lado, que membros de Ordens ou Institutos Religiosos que tivessem desempenhado as funções de pároco, de provincial, ou que tivessem recebido formação em Roma, constassem da lista de candidatos para a nomeação episcopal. Por outro lado, deve ser tido, igualmente, em consideração: a sua participação no Concílio Plenário Português em 1926; a boa impressão que causou no Clero Português as Comemorações do VII Centenário da Morte de São Francisco de Assis em 1928<sup>168</sup>.

---

<sup>165</sup> Encontramos as mesmas palavras no discurso da sua sagração episcopal, ao afirmar que «tenciona partir alegre, aos 60 anos de idade, delicado de saúde, para a sua nova missão.» Teófilo de Andrade, *Boletim Mensal* Ano XXXIV, n.º 7 (jul. 1941): 188. A propósito da homenagem feita a D. Teófilo, aquando da sua visita à Capela dos Anjos (Porto), o nosso prelado, em breve discurso, confessa «com uma pontinha de ironia o seu espanto ao ver-se nomeado Bispo missionário sem jamais ter pisado terra africana [...]» e afirma partir «alegre, apesar de sexagenário». Manuel Valença, «A favor das missões franciscanas,» *Boletim Mensal* Ano XXXIV, n.º 10 (out. 1941): 265.

<sup>166</sup> Andrade, *Apontamentos autobiográficos...*, 29. A nomeação do primeiro bispo de Nampula foi radio difundida Urbi et Orbi no fim do Consistório de 12 de maio de 1941.

<sup>167</sup> Ver nota 82.

<sup>168</sup> A propósito da nomeação episcopal de D. Teófilo, é pertinente fazer referência ao art.º 7 do Acordo Missionário (p. 344, vol. 4) que obrigava a Santa Sé, antes da nomeação do bispo residencial, a comunicar o nome da pessoa escolhida ao Governo Português, a fim de saber se contra ela havia objeções de carácter político geral. Por especial cortesia dos Serviços de Documentação do Ministério dos Negócios Estrangeiros foi-me possível obter uma cópia do processo «Provimento da diocese de Nampula – Moçambique, nº 33,2», que se encontra nos anexos da presente tese. Deste documento faz parte o telegrama enviado pelo embaixador português junto da Santa Sé, António Faria de Carneiro Pacheco, que tinha chefiado as negociações da Concordata, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). Nele encontramos um lapso no apelido do prelado - Trindade. O processo contém a comunicação de 5 de maio do Núncio dirigida a António Salazar, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, solicitando parecer urgente sobre a escolha do prelado. António Salazar

Entretanto, a sagração episcopal realiza-se na Sé Catedral de Lisboa a 29 de junho de 1941 (festa de S. Pedro e S. Paulo), sendo sagrante o Cardeal Patriarca D. Manuel Cerejeira e consagrantes D. Rafael Maria da Assunção, bispo de Limira, e D. Manuel Maria Ferreira da Silva, bispo de Gurza. As armas episcopais idealizadas por D. Teófilo retratam bem o seu ideal de vida e o seu programa pastoral, o que não será de estranhar tendo em consideração as motivações de índole missionária que poderão ter estado na base da sua nomeação episcopal<sup>169</sup>. O empreendedorismo que o nosso prelado havia demonstrado nas funções que desempenhara ao serviço da Ordem Franciscana transparece na primeira mensagem publicada, enquanto Bispo de Nampula. De facto, D. Teófilo de Andrade propõe-se a construir uma Sé Episcopal em Nampula, que «há-de ser construída na Igreja a edificar com o título de Nossa Senhora de Fátima.» Apelando à entrega de donativos para a sua construção, D. Teófilo promete celebrar uma missa permanente por semana em proveito de todos os benfeitores que «[concorressem] para a instalação da nova Diocese», e contribuíssem «para a glória de Deus e honra de Portugal». O prelado reitera a necessidade da contribuição de todos, porque «nem a Senhora de Fátima tem igreja em Nampula, nem o prelado tem casa para si e para o seu pessoal», e acrescenta que «a obra a realizar é cristã e altamente patriótica»<sup>170</sup>.

Ainda antes da sua partida para Moçambique, D. Teófilo, tomará algumas decisões de carácter administrativo-pastoral como é o caso da nomeação em junho do P. Francisco Manuel de Castro para Governador do Bispado de Nampula e da indicação do P. Amadeu Ruas para representante da Diocese junto do Governo da Metrópole.

Em julho toma posse, por procuração, da Diocese de Nampula, e em setembro, D. Teófilo de Andrade, consagra-a, na Cova da Iria, a Nossa Senhora de Fátima. Na Sé

---

responde a 9 de maio considerando que «da parte do governo Português nenhuma objeção há contra a escolha daquele prelado». Entretanto, nesse mesmo dia, a secretaria do MNE envia ao chefe do Gabinete de Ministro das Colónias, Francisco José Vieira Machado, um pedido de parecer sobre a escolha do Santo Padre. Por sua vez, o Diretor Geral do Ministério das Colónias comunica à Secretaria do MNE que enviou à Nunciatura parecer favorável da parte do seu Ministério quanto à nomeação de D. Teófilo.

<sup>169</sup> No escudo bipartido, no campo superior em azul (céu), surgem as armas franciscanas (Santíssima União dos braços de Jesus e S. Francisco), pairando e dardejando sobre eles, a estrela de prata de Nossa Senhora de Fátima, Rainha e Padroeira da nova diocese de Nampula. Vê-se uma estrela de sete pontas em louvor e memória das sete dores e sete alegrias da Virgem. No segundo campo inferior, em ouro (símbolo de Portugal Império), surge uma cruz a cortá-lo todo, significando a gloriosa cruz azul da fundação e epopeia cristã de Portugal. Ao centro da cruz surge uma caravela de quinhentos, navegando em três ondas de prata e azul marinho (mare nostrum), ressaltando a cruz rubra de Cristo (símbolo da dilatação da fé e império). Como divisa, surge a natural saudação franciscana «*pax et bonum*». Lema apropriado para um período cheio de injustiças e de ódios. Cf. *Boletim Mensal* Ano XXXIV, n.º 7 (jul. 1941): 178 (161-192).

<sup>170</sup> Cf. Teófilo de Andrade. *Boletim Mensal* Ano XXXIV, n.º 7 (jul. 1941): 188.

Catedral de Lisboa realiza-se a habitual cerimónia de imposição dos crucifixos aos novos missionários, promovida pelo Ministro das Colónias, Dr. Francisco Vieira Machado, e presidida pelo Cardeal Patriarca Cerejeira<sup>171</sup>. Finalmente, no dia 30 de setembro, pelas 17 horas, parte o paquete *Mouzinho*, levando a bordo o nosso prelado e mais 43 missionários em direção a Angola e a Moçambique: serão 40 dias de viagem<sup>172</sup>. Neste mesmo dia, D. Teófilo, recebe uma mensagem de António Oliveira Salazar, presidente do Conselho de Ministros, agradecendo as informações acerca da vida missionária que o nosso prelado lhe prestara, e termina invocando a bênção de Deus para o seu apostolado<sup>173</sup>. No dia 1 de outubro, já em plena viagem no *Mouzinho*, recebe uma mensagem de felicitações do Ministro das Colónias, Dr. Vieira Machado.

## 10. Síntese

Acabámos de percorrer uma parte significativa da vida de D. Teófilo (até aos seus sessenta anos). Uma vida que muitas vezes se entrecruza com os acontecimentos político-religiosos apresentados no I capítulo.

A história de José começou onde qualquer um de nós começa: num lugar, numa terra. Mas o lugar de Sobreira rapidamente se converterá em outros tantos espaços e lugares que testemunharão a jornada de um homem de espírito sereno, sólido na piedade e de cultura simples. Percorremos a vida de um homem que desde muito novo decidiu consagrar a sua vida a Deus. Aos 11 anos já habitava os espaços do convento de Montariol, por onde se ouvia e vivia o fervor missionário. A agitada política portuguesa obrigará o Fr. Teófilo a concluir em Roma os estudos que havia iniciado em S. Bernardino e em Montariol. A Roma voltará já sacerdote para se tornar Leitor de Sagrada Teologia. Foi pároco durante o período conturbado da I República. Diante das sucessivas promoções, resignadamente as aceitava com custos para a sua frágil saúde.

---

<sup>171</sup> D. Teófilo participará, entretanto, em outras cerimónias, conforme nos relata Fr. Casimiro na sua crónica. Assim, no dia 27 de julho ordena uma dúzia de ordenandos, entre os quais sete sacerdotes. No dia 17 de setembro consagra o altar-mor da Igreja do Hospital da Ordem Terceira, bem como algumas pedras destinadas às missões. Cf. Casimiro da Piedade Oliveira, «Crónica,» *Pax et Bonum* ano 12, 41 (1941): 121.

<sup>172</sup> Cf. Andrade, *Apontamentos autobiográficos...*, 30. Frei Casimiro relata-nos que no Cais da Rocha D. Teófilo, agradecendo a todos o apoio, «lamentou não poder no momento ter a calma suficiente para exprimir em síntese a multiplicidade de coisas que se comprimiam em seu peito.» Cf. Oliveira, «Crónica,» 123-124.

<sup>173</sup> Constantino Ferreira da Silva, *Para a história da Diocese de Nampula: documentos* (Braga: Pró-manuscrito, 1953), 4.

Desempenhará na Província todas as funções possíveis: professor, discreto, pároco, vigário, mestre, definidor, reitor e ministro provincial. D. Teófilo era um homem prático, bom governador, e sobretudo um líder. No que construiu e naquilo por que lutou, revelou uma capacidade de antecipação do futuro. Futuro que, por duas vezes, se revelaria incerto ao experimentar o condicionamento da sua liberdade, mas sem nunca abdicar dos seus princípios. Era conhecida a sua grande humildade, e conta-se que era raro trocar o hábito pelas vestes prelatícias. Agora, como Bispo, parte para o maior desafio e talvez o maior sacrifício da sua vida. No Capítulo III, procuraremos perceber se D. Teófilo conseguirá ser fiel a tudo aquilo que dele se dizia e se via.

## CAPÍTULO III

### A ação missionária de D. Teófilo de Andrade na Diocese de Nampula

#### 1. Algumas questões introdutórias

Antes de analisarmos o trabalho pastoral de D. Teófilo na Diocese de Nampula, pensamos ser pertinente considerar algumas abordagens teóricas relacionados com a ação missionária, que ajudarão a compreender melhor as opções tomadas pelo Prelado.

#### 1.1. Portugalizar, nacionalizar e evangelizar

Cabe aqui lembrar o que ficou dito no Capítulo I acerca da problemática do *Ultimatum*. Em 1890, os republicanos, aproveitam a mobilização nacionalista e antibritânica dos portugueses para afrontar a monarquia constitucional em Portugal, unida por vínculos dinásticos a Inglaterra, e, por isso, incapaz, de defender as colónias. Implanta-se uma nova liturgia cívica laica, que tenta unir o patriotismo com o republicanismo, polarizando importantes segmentos da sociedade urbana, na defesa do anticlericalismo e no combate ao ultramontanismo tradicional. As elites republicanas introduzem um novo modelo de cidadania, criam um novo hino, desenham uma nova bandeira nacional, e procedem a uma revisão dos programas escolares, em nome de uma política de «nacionalização das massas»<sup>174</sup>.

O Estado Novo, por sua vez, (re)introduz a questão do nacionalismo no discurso político e ideológico. A fusão entre nacionalismo e colonialismo, defendida nos finais do século XIX, na I República encontra, no Estado Novo, a melhor síntese, agora elevada a uma espécie de «dogma». O sistema escolar e a ação propagandística manterão um notável esforço para enraizar, na consciência nacional, o ideal do império. O passado de um Portugal glorioso de navegadores, de santos e de cavaleiros encontraria no Estado Novo uma renovada atualização. A assunção do desígnio histórico de país colonizador e civilizador legitimava e fundamentava o direito de posse dos territórios ultramarinos<sup>175</sup>. O Secretariado da Propaganda Nacional inunda a imprensa com artigos exaltadores das

---

<sup>174</sup> Cf. António Costa Pinto, coord., *Portugal Contemporâneo* (Madrid: Sequitur, 2000), 211.

<sup>175</sup> Cf. Fernando Rosas, «O Estado Novo nos anos 30,» in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. 7 (Lisboa: Estampa, 1998), 255.

colónias. A exposição do mundo português de 1940 é, porventura, a expressão simbólica mais cabal do renascimento do império<sup>176</sup>.

Ora, a Igreja Católica Portuguesa, aproveitando um contexto político muito focado na questão colonial, não sente dificuldade em assumir o patriotismo como um ponto importante do processo de evangelização, que podemos denominar *portugalização*. Por *portugalização*, entendia-se, portanto, o trabalho realizado pelos missionários nas colónias, caracterizado pela transmissão da língua e da cultura portuguesa aos nativos, procurando criar neles sentimentos de fé cristã e o amor pela nação, sua protetora<sup>177</sup>.

## 1.2. Missiologia<sup>178</sup>

A Bula *Inscrutabili Divinae*, do Papa Gregório XV, institui em 22 de junho de 1622 a Sagrada Congregação da *Propaganda Fide*, com o objetivo de controlar e centralizar toda a ação evangelizadora da Igreja, nomeadamente a ação missionária. Os padres da *Propaganda* privilegiavam o estabelecimento de estruturas eclesiais locais, observando, naturalmente, os valores europeus, mas sem impor uma plena ocidentalização do clero indígena. Por sua vez, as ordens mendicantes e o clero diocesano seguiam um modelo de missionação de cariz tipicamente colonial, com uma estrutura claramente europeia. O método de acomodação seria o mais genuíno já que se centrava na difusão da mensagem evangélica. Isto é, cristianizavam-se o pensamento e as práticas pagãs dos povos nativos<sup>179</sup>.

Portanto, para a Santa Sé, o fim primário da ação missionária não era a conversão forçosa dos nativos, mas sim, implantar a Igreja - «fazer cristandade» -, dar-lhes bases seguras de vida e de permanência em todos os espaços geográficos<sup>180</sup>.

No que diz respeito a Portugal, a partir de 1940, o processo de missionação ganha um novo impulso. A Concordata e o Acordo Missionário determinam a divisão eclesial do território de Moçambique (uma arquidiocese – Lourenço Marques -, e duas dioceses – Nampula e Beira), e a construção de igrejas, escolas, seminários e colégios. O

---

<sup>176</sup> Cf. Pinto, coord., *Portugal Contemporâneo*, 212-213.

<sup>177</sup> Cf. Alf Helgesson, *Church, state and people in Mozambique: an historical study with special emphasis on Methodist developments in the Inhambane region* (Uppsala: University, 1994), 232.

<sup>178</sup> Por missiologia ou missionologia (para o nosso trabalho não importa muito fazer a distinção) entende-se a ciência que estuda a expansão do cristianismo e a implantação da Igreja Católica no mundo. Cf. António Silva Rego, *Curso de missionologia* (Lisboa: Agência-Geral de Ultramar, 1956), 8.

<sup>179</sup> Cf. José Pedro Paiva, «Pastoral e evangelização: as missões internas,» in *História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira de Azevedo, vol. 2 (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000), 299.

<sup>180</sup> Rego, *Curso de missionologia*, 5.

Estado Novo desejava que os missionários assumissem o papel de agentes de colonização em Moçambique e noutras colónias, e que fossem fiéis aos princípios nacionalistas<sup>181</sup>. A Santa Sé, por sua vez, desejava que os seus missionários se preocupassem em servir a Igreja na difusão do Evangelho. A nova fase missionária, inaugurada pela Concordata, materializa-se numa partilha de tarefas entre a Igreja e o Estado, em áreas como o ensino, as artes e ofícios, a formação agrícola, a formação moral ou ética. Ambas as Entidades aceitam partilhar as mesmas áreas geográficas e administrativas. O Estado precisava dos missionários. Estes, com o apoio do Estado, ajudavam a garantir a integridade territorial. O compromisso, como vimos, ficará selado em dois diplomas legislativos (o Estatuto Missionário e o Acordo Missionário), através dos quais ficam definidos os direitos e deveres da Igreja e do Estado, em matéria de missionação<sup>182</sup>. A arrancada missionária era uma realidade, mesmo que as partes concordatárias, Igreja e Estado Português, tivessem pontos de vista diversos sobre o modelo de missionação. Para o Estado Novo, a missão não era mais do que um posto avançado civilizador, onde o desprendido missionário - pé descalço, saca às costas, de breviário na mão e transportando pão do perdão -, exercia o papel de um apto «soldado batedor» a desbravar terras e ambientes desconhecidos. O Acordo Missionário e o Estatuto Missionário estabeleciam um cenário de grande cooperação da Administração Portuguesa com a Igreja, no que dizia respeito ao apoio financeiro. As verbas destinadas ao ensino passavam a ser administradas diretamente pelos bispos, podendo aumentar na proporção das obras realizadas. O Estado parecia estar disposto a abrir os cordões à bolsa, contanto que as missões se comportassem como verdadeiros instrumentos de civilização e de propaganda nacionalista<sup>183</sup>.

---

<sup>181</sup> De acordo como art.º 2.º §2 «as missões católicas portuguesas são consideradas instituições de utilidade imperial e sentido eminentemente civilizador.» Cf. Portugal, Governo, «Estatuto Missionário,» *Lumen: Revista de Cultura para o Clero*, vol. 5 (1941): 465.

<sup>182</sup> Batalha, *Os franciscanos em Moçambique...*, 4-22.

<sup>183</sup> As missões católicas recebiam, nesse sentido, subsídios e muitos outros privilégios. A construção da catedral de Lourenço Marques terá contado com mão-de-obra barata ou «xibalo», isto é, trabalho obrigatório ou trabalho forçado dos indígenas. Apesar desta prática ter sido abolida em 1901, ainda havia colonos brancos que o praticavam. Cf. Malyn Newitt, *História de Moçambique, B-H* (Mem-Martins: Pub. Europa-América, 2012), 415. Ver também «Xibalo,» in Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. 37 (Lisboa: Ed. Enciclopédia, 1960), 97. É sabido ter havido nas colónias uma exploração da força laboral por parte do Estado Novo. As acusações da prática de trabalho forçado em Moçambique eram frequentes (veja-se a afirmação de D. Teodósio de Gouveia, Cardeal de Lourenço Marques: «somos acusados, por vezes, de fazer escravatura!» D. Teodósio de Gouveia, «O problema missionário português,» *Portugal em África* vol. IX, 51 (1952): 155). O xibalo foi usado em Moçambique para o cultivo do algodão. A Igreja não desconhecia o problema, mas não era mencionado. Havia, no entanto, missionários que, pessoalmente, procuravam opor-se a estes abusos. Cf. Helgesson, *Church, state and people...*, 264.



Convém aqui referir a influência do pensamento de António Enes, governador da Província de Moçambique, e de Mouzinho de Albuquerque, quanto ao modo de encarar o processo de missionação. Num relatório de 1893, António Enes sustentava que o trabalho missionário se devia concentrar na preparação do indígena para o trabalho, e criticava os missionários que se dedicavam, exclusivamente, ao ensino do catecismo. Temia-se que o ensino das letras despertasse no africano uma consciência pela liberdade e o encorajasse a lutar pela sua autodeterminação do poder colonial branco<sup>184</sup>. Ora, o modelo de civilização do indígena para o trabalho, continuará muito presente nos anos 40 do séc. XX.

Entretanto, os franciscanos entendiam a escola, sobretudo a das Artes e Ofícios, como o meio mais eficaz para a evangelização do povo nativo<sup>185</sup>. A partir da década de 20, o projeto «escola do mato» pretendia superar a tradicional concepção de um ensino centralizado na sede da missão. A agricultura era um dos ofícios mais ensinados nas missões franciscanas. Mas, as dificuldades faziam-se sentir, em especial no norte de Moçambique, onde se notava um grande desinteresse da população pela instrução. A grande dispersão das populações, a falta de professores e o escasso apoio das autoridades administrativas não eram alheios à situação<sup>186</sup>. A principal preocupação dos franciscanos era, por outro lado, a de afastar os indígenas de certas práticas ancestrais, sobretudo aquelas que colidiam com as praxes católicas. Procuravam combater o «lobolo»<sup>187</sup> ou a

---

<sup>184</sup> Era preciso preparar o indígena, as crianças e os adultos para o mundo do trabalho dos colonos brancos e para estarem ao serviço dos interesses da Administração Colonial Portuguesa. Mas a aposta na agricultura era a melhor estratégia para garantir uma ocupação efetiva do território. Convém ter presente que a questão do *Ultimatum* e da Conferência de Berlim pressionava os governantes portugueses a ocuparem as terras mais a norte e, sobretudo, mais no interior de Moçambique. A ação missionária dos muçulmanos e dos protestantes era outro factor de pressão. Cf. Denilson Lessa Santos, «Conhecer para catequizar e dominar: colonialismo, visões sobre o outro e missões católicas, Moçambique (1885-1940),» acedido a 6 de junho de 2019, [https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1504544996\\_ARQUIVO\\_Denilson\\_Lessa\\_do\\_s\\_Santos.pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1504544996_ARQUIVO_Denilson_Lessa_do_s_Santos.pdf), 2-3.

<sup>185</sup> A ação missionária dos franciscanos é fundamentalmente de natureza espiritual. Pretendia-se cristianizar e aculturar a população nativa que se encontrava perto das missões, das escolas, dos hospitais, das igrejas. Os franciscanos eram conhecidos pelos «padres que não baptizavam». Procurava-se batizar os adultos ou as crianças que soubessem ler e escrever, isto é, que tivessem as capacidades mínimas para compreender a doutrina cristã. Cf. Batalha, *Os franciscanos em Moçambique...*, 102-104.

<sup>186</sup> Cf. António Domingues de Sousa Costa, «As missões franciscanas: cap. III,» *Pax et Bonum* ano 19, 60 (1948): 88-90.

<sup>187</sup> Uso e costume indígena que consistia num dote convencionado entre o pai ou tutor da futura esposa e o respetivo pretendente. Os pais «lobolavam» as filhas, quando ainda eram crianças, e obrigavam-nas a ir desde logo para a companhia dos seus pretendentes, como autênticas escravas. Eram, por isso, impedidas de frequentar as escolas católicas. O lobolo constituía uma grande preocupação para os missionários. Cf. Luiz Feliciano dos Santos, «O lobolo à face do decreto n.º 35.461,» *Missões Franciscanas* 39 (1946): 1.



venda da mulher, sobretudo quando feita ainda durante a infância, para a procriação, para o trabalho pesado ou ainda para o pagamento de dívidas. A dedicação e o empenho dos missionários contribuiu para uma diminuição deste tipo de práticas. A partir dos anos 40 os franciscanos intensificam a sua ação missionária na formação cristã e civilizadora, preocupados com a dignificação do indígena. Procurava-se incutir neste, é certo, o amor por Portugal, como pátria comum que os integrava e os assimilava. A assunção dos valores coloniais favorecia uma certa diluição das culturas autóctones e contribuía, especialmente, para a abolição das tradições mais tribais<sup>188</sup>.

A criação de escolas de Artes e Ofícios e de internatos masculinos e femininos constituía uma parte fundamental e sólida da ação missionária franciscana. Cada escola era um lugar de cristandade em formação. Nela se firmavam casamentos e se celebravam batizados. O aumento do número de cristãos estava muito dependente da dinâmica destas escolas. Deve acrescentar-se que o art.º 66 do Estatuto Missionário deixava à inteira responsabilidade do pessoal missionário, o ensino especialmente destinado aos indígenas. De facto, a partir de 1940, as escolas missionárias conhecerão um franco desenvolvimento e contribuirão para a expansão da língua portuguesa<sup>189</sup>.

Um outro meio de evangelização muito eficaz passava pelo cuidado na assistência sanitária. Em cada missão havia a sua ambulância. O missionário era o enfermeiro preferido<sup>190</sup>.

A partir da Concordata a ação missionária deixa de ser uma simples questão de proselitismo religioso, e passa a constituir cada vez mais um desígnio patriótico e social. O Estado tudo faria para que as missões religiosas não fossem meras pregadoras do reino de Deus e da fé. Havia, primeiro, que formar o homem e civilizá-lo. Ao indígena ensinava-se a plantar uma horta com inteligência, a ler, a escrever e a contar. Por isso as missões religiosas modernas eram compostas por oficinas (alfaiataria, carpintaria, serralharia, etc.)<sup>191</sup>. A Igreja cooperava com o Estado no ensino da língua portuguesa, mas o ensino do catecismo era feito na própria língua nativa, para o indígena melhor

---

<sup>188</sup> Batalha, *Os franciscanos em Moçambique...*, 51-52.

<sup>189</sup> De acordo com o art.º 16 «nas escolas indígenas missionários é obrigatório o ensino da língua portuguesa, ficando plenamente livre, em harmonia com os princípios da Igreja, o uso da língua indígena no ensino da religião católica.» Cf. Portugal, Governo, «Acordo Missionário,» *Lumen: Revista de Cultura para o Clero*, vol. 4 (1940): 347. No mesmo sentido vai o disposto no art.º 68 do Estatuto Missionário. Cf. Portugal, Governo, «Estatuto Missionário,» *Lumen: Revista de Cultura para o Clero*, vol. 5 (1941): 474.

<sup>190</sup> Cf. Costa, «As missões franciscanas...», 106.

<sup>191</sup> Cf. J. Alves Correia, «As missões religiosas como instrumento de civilização portuguesa,» *Boletim da Agência Geral das Colónias* ano II, 16 (1926): 73-74.

compreender e mais facilmente ser evangelizado<sup>192</sup>. No entanto, a realidade concreta do processo missionário era outra. O número reduzido de missionários, os escassos subsídios estatais, as questões burocráticas e o peso fiscalizador da máquina administrativa, eram apontadas como fortes causas para o reduzido sucesso das missões. É certo que as ordens mendicantes iam tendo relativo sucesso na sua ação missionária, sobretudo pelo exemplo de vida que conseguiam transmitir. A sua pobreza, o seu desapego, o seu espírito de sinceridade e sacrifício impressionavam as populações<sup>193</sup>. Mas, pouco a pouco, foi-se percebendo que havia que mudar o método de evangelização. Havia que ajudar o indígena a crescer. Era preciso considerar o modo de pensar do africano, a sua sabedoria ancestral, enfim a sua cultura. O método de adaptação aplicado à evangelização implicava anunciar a mensagem de Cristo, mas tendo em consideração as capacidades (intelectual, social e política) daqueles que a recebiam<sup>194</sup>. O missionário procurava descer até à mentalidade do nativo e, pacientemente, elevá-lo até à cultura europeia. Já no método por assimilação, o colonizador procurava elevar até si, por todos os meios, os indivíduos colonizados. No Ultramar Português encontramos a aplicação de um modelo de assimilação-adaptação, em que o missionário, por um lado, procurava ser fiel à política tradicional portuguesa e, por outro lado, levava em conta o ambiente humano e físico nativos<sup>195</sup>.

### 1.3. As encíclicas missionárias

A reflexão, por parte da Igreja sobre os métodos e o significado do apostolado em terras de missão estará bem presente no espírito dos novos prelados que são nomeados para ocupar as novas dioceses criadas sob o regime concordatário. Muito contribuíram para esta reflexão as chamadas grandes encíclicas missionárias, a saber: *Maximun Illud* de Bento XV (1919); *Rerum Ecclesiae* de Pio XI (1926); e a *Saeculo Exeunte Octavo* de Pio XII (1940).

---

<sup>192</sup> É de notar que alguns missionários franciscanos procuravam aprender as línguas nativas (tshwa, tonga ou chop). Cf. Helgesson, *Church, state and people...*, 266.

<sup>193</sup> Cf. António da Silva Rego, *Alguns problemas sociológico-missionários da África Negra* (Lisboa: Junta de Investigação Ultramarina, 1960), 32.

<sup>194</sup> No entender de Dias Dinis, missionário franciscano, era preciso criar um «manual do primitivo africano, projetado em seus usos e costumes, com indicações práticas para a tarefa da assimilação do primitivo, para o ajudarmos a evoluir, consciente e eficazmente, a caminho da civilização cristã». Era urgente deixar de pensar as colónias ultramarinas como uma «natural sequência ou prolongamento demográfico, psicológico e étnico da Europa». De facto, as «novas terras e novas gentes supõem métodos novos na adaptação inteligente e benéfica dos processos do civilizado ao civilizando». Cf. A.J. Dias Dinis, ««Obstáculos à acção missionária,» *Boletim Mensal* ano XLIV, 5 (maio 1951): 221-222.

<sup>195</sup> Cf. António da Silva Rego, *Adaptação missionária e assimilação colonizadora no ultramar português* (Lisboa: Agência-Geral de Ultramar, 1958), 11-13.

A carta apostólica *Maximum Illud*<sup>196</sup> (30 novembro de 1919) trata da propagação da fé católica no mundo inteiro. No capítulo dedicado aos bispos, o Papa Bento XV exorta-os a serem a alma da missão. Os bispos, os vigários e prefeitos apostólicos devem estar à frente das missões, nas quais a Igreja deposita a esperança da expansão da fé (n.º 13). De facto, cada bispo deve ser a alma da respetiva missão, edificando os sacerdotes e demais colaboradores com palavras, obras e conselhos, e dando alento a todos os agentes missionários para a trabalho da propagação da fé (n.º 15). O Papa exorta-os a viverem pobremente, a serem santos, a prepararem-se bem intelectual e tecnicamente, a estudarem as línguas indígenas. No capítulo dedicado ao cuidado e formação do clero nativo, o Papa chama a atenção para a necessidade de se dar uma formação sólida ao clero nativo, no sentido de este vir, no futuro, a ocupar-se do governo do seu povo (n.º 30 a 34). Reconhece que a ação missionária será mais eficaz, se for realizada por um sacerdote nativo/indígena. Os missionários são exortados a não excederem os seus esforços na «dilatação e exaltação da sua pátria» (n.º 43). O missionário deve estar consciente de que a sua missão é um serviço de Jesus Cristo, e não função de uma delegação patriótica (n.º 48).

Na encíclica *Rerum Ecclesiae*<sup>197</sup> (28 de fevereiro de 1926) o Papa Pio XI estimula, no n.º 32, os bispos e os sacerdotes a implementarem um programa de oração pelas missões (por ex., o rosário e outras preces). Volta a focar a importância e urgência da formação de um clero nativo, inclinado à natural e necessária construção de seminários (n.º 85). Pede aos missionários que tenham especial atenção à criação de hospitais ou dispensários para os doentes, considerando um método eficaz para a conquista da simpatia dos indígenas (n.º 118 e 125). Importante é, também, a implantação de escolas em cada missão para a educação e formação dos indígenas (n.º 125). Tendo em consideração a dimensão dos territórios cada bispo deverá dividi-lo ou subdividi-lo por várias congregações (n.º 128 a 133).

Estes dois documentos devem ser lidos à luz de uma orientação remota do Papa Gregório XV (séc. XVII), que defendia a existência de um clero autónomo ou nativo. No entanto, tal só será verdadeiramente assumido no séc. XX. A *Propaganda Fide* lutará contra toda e qualquer interferência política, visando especialmente o padroado português e o padroado espanhol.

---

<sup>196</sup> Cf. Bento XV, «Epistola Apostolica Maximum Illud,» in *Acta Apostolicae Sedis*, n.º 13, ano XI, vol. XI (dez. 1919): 440-455.

<sup>197</sup> Cf. Pio XI, «Litterae Encyclicae Rerum Ecclesiae,» in *Acta Apostolicae Sedis*, n.º 3, ano XVIII, vol. XVIII (mar. 1926): 65-83.

Finalmente, na carta encíclica *Saeculo Exeunte Octavo*<sup>198</sup> (13 de junho de 1940), o Papa Pio XII, dirigindo-se ao Patriarca, Arcebispos e Bispos de Portugal, exalta o papel histórico de Portugal e dos portugueses na afirmação da fé católica no mundo. As caravelas com a cruz de Cristo bem impressa nas suas velas, assinalavam o escopo principal dos reis portugueses: a propagação da fé (n.º 5-6). Ora, a assinatura da Concordata e do Acordo Missionário constituía um novo incremento no «[...] espírito missionário [...] em favor de muitas almas que nas vossas colónias ainda esperam quem [lhes] anuncie a palavra de Deus [...]» (n.º 12, 14). Segundo o método de sempre, os portugueses buscam elevar os povos do ultramar ao seu mesmo nível de civilização cristã. O Papa convida os bispos portugueses «para a realização de um dos sonhos mais presentes na Igreja Católica [...]: a formação do clero autóctone», santo e capaz (n.º 30 e 31).

#### **1.4. Breve caracterização da nova diocese de Nampula: território, população, religiosidade**

A diocese de Nampula foi criada pela Bula *Sollemnibus Conventionibus*, do Papa Pio XII, a 4 de setembro de 1940, resultando na divisão da Prelazia de Moçambique. O seu território abrange toda a Província Civil do Niassa (distrito do Niassa - capital Nampula; Cabo Delgado – capital Porto Amélia; e Lago – capital Vila Cabral), com uma área aproximada de 277.890 km<sup>2</sup>. Em 1941, a população era de 1.946.833 habitantes, dos quais 24.238 católicos<sup>199</sup>. O seu clima tropical oscila entre os 25 °C e os 35 °C.

A vasta área do Niassa é fértil e produtiva. A sede de Nampula situa-se no alto de uma colina a 432 metros de altitude. Nesta, o comércio é insignificante, a indústria, nula, e a agricultura, em volta, muito pobre<sup>200</sup>.

Das etnias existentes na área da Diocese de Nampula destacam-se: (i) os Nhanjas, que ocupam todo o noroeste e a maior parte do vale do Zambeze, e o distrito do Niassa; (ii) os Macua, que se estendem por todo o distrito de Nampula, Cabo Delgado e uma pequena faixa do distrito do Niassa; (iii) sub-grupos – Lomués, Chacas, Medos, Acherimos, Podzos, Macondes, etc<sup>201</sup>. Devemos entender que o vasto território de Moçambique era povoado por inúmeras tribos. Cada qual com os seus costumes e línguas,

<sup>198</sup> Cf. Pio XII, «Epistola Encyclica Saeculo Exeunte Octavo,» in *Acta Apostolicae Sedis*, n.º 8, ano XXXII, vol. XXXII (jul. 1940): 249-260.

<sup>199</sup> Cf. Ministério das Colónias, *Diocese de Nampula: Niassa-Moçambique* (Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1949), 5-6.

<sup>200</sup> Cf. Afonso Poiares «Crónicas de África: primeiras impressões do Niassa,» *Missões franciscanas* 40 (1946): 2.

<sup>201</sup> Cf. Oliveira Boléo, *Moçambique: pequena monografia* (Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1961), 40.

vivendo muito independentes uns dos outros, defendiam acerrimamente a sua autonomia e, dificilmente, se subjugavam.

Ora, como vimos, a humilhação do *Ultimatum* e os acordos de Berlim obrigaram Portugal a solidificar, nos finais do séc. XIX, a política de conquista territorial, o que levará a uma reação violenta dos povos locais. António Enes conseguirá pacificar algumas etnias, como é o caso dos *Vátuas*. Em 1920, ainda se desenvolviam operações miliares contra os Macondes. Este povo aguerrido, do Norte de Moçambique, será mais tarde um dos principais suportes na luta pela independência da nação<sup>202</sup>.

Para o indígena ser cristão e saber falar português era visto como uma oportunidade de ascensão na escala social. O nativo percebia que, ao revestir-se de Cristo e dos símbolos da cultura do missionário, podia emancipar-se da sua cultura original. Ainda assim, os obstáculos ao processo de missionação eram grandes. Ao missionário, estava reservado um combate árduo contra o feiticismo, o animismo e o culto dos espíritos dos mortos, socorrendo-se da autoridade para fazer cumprir o Evangelho e as determinações das Autoridades civis<sup>203</sup>. Entretanto, não era menos prejudicial o agnosticismo e indiferentismo religioso que se observava nos colonos brancos. A ambição em enriquecer rapidamente levava-os a subverter as verdades da fé. O efeito do seu comportamento nos indígenas era desmoralizador e corrosivo para a ação missionária e a promoção de uma cidadania pacífica. No entanto, a experiência missionária permitia concluir que o africano compreendia tão bem como o colono branco as verdades da fé<sup>204</sup>. Uma das estratégias da ação missionária passava pela criação de organismos de piedade e devoção, como a Ação Católica, o Apostolado de Oração, as filhas de Maria, a Juventude Antoniana ou as Conferências de S. Vicente de Paulo.

Na Diocese de Nampula, D. Teófilo e mais quatro franciscanos vão ser responsáveis pela organização de um vasto território. Neste, já se encontravam implantadas algumas missões, pertencentes a diversas congregações: Monfortinos,

---

<sup>202</sup> Havia uma grande revolta contra as condições de trabalho e contra o autoritarismo da Administração Colonial. O trabalho forçado – xibalo –, e o «imposto de palhota», estavam na origem de muitas revoltas. O imposto de palhota era um imposto de habitação, pago em géneros ou dinheiro. Constituíam uma prática encapotada de trabalho forçado. Os indígenas eram obrigados a trabalhar para a Companhia do Niassa até conseguirem o montante a pagar. Santos, «Conhecer para catequizar...», 9-10.

<sup>203</sup> A religião primitiva africana estava voltada para as urgências que afetavam a existência do homem, e estava ocupada na busca de respostas sobre esta problemática, daí o seu carácter antropocêntrico, enquanto procura de dar ao homem um mínimo de bem-estar. Cf. Adriano Langa, *Questões cristãs à religião tradicional africana (Moçambique)* (Braga: Ed. Franciscana, 1984), 246.

<sup>204</sup> Cf. Manuel Taveira da Silva, «Alguns aspectos da evangelização em Moçambique: dificuldades e problemas,» *Pax et Bonum* ano 19, 60 (1948): 3-15.

Padres da Consolata, Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias. Mas a insuficiência de missionários era muito grande, o que obriga D. Teófilo, por um lado, a ter de confiar as novas missões a missionários estrangeiros, tornando a ação missionária lenta e pouco eficaz<sup>205</sup>, e, por outro lado, a instalar as missões junto dos principais aglomerados populacionais<sup>206</sup>.

A necessidade do modelo eclesiástico e administrativo implementado por D. Teófilo e os seus confrades permitirá um eficaz controlo sobre as diversas congregações. Talvez seja por isso que, em dez anos de episcopado, D. Teófilo tenha fundado apenas a missão de S. João Baptista do Marrère.

### **1.5. As Missões protestantes e maometanas**

As missões protestantes<sup>207</sup> constituíam uma fonte de preocupação para as autoridades civis e em especial para os missionários católicos<sup>208</sup>. Estes pediam ao Governo a concessão de mais subsídios para a construção de igrejas, como forma de conviver dignamente com o protestantismo. Deve-se reconhecer que as missões protestantes desempenhavam um importante papel na conversão e civilização dos nativos. Os seus missionários sacrificavam-se pelo bem-estar da população, fundando notáveis instituições de assistência<sup>209</sup>. Certos usos e costumes tradicionais, como o caso do lobolo e do casamento, conheciam uma grande humanização. Estamos perante missionários que dispunham de muitos recursos financeiros, estando bem preparados, e demonstrando grande dinamismo catequético e propagandístico. A missão Anglicana de Messumba e a

---

<sup>205</sup> A falta de missionários no terreno leva os franciscanos a pensar, em 1951, na fundação de um seminário franciscano de clero indígena. Este desejo encontrará a oposição do Monsenhor Tardini (Pro-Secretário de Estado) e do Arcebispo de Lourenço Marques, pois consideravam que a criação de uma Escola Apostólica prejudicaria o seminário diocesano, na medida em que legitimava o desejo de outras corporações fazerem o mesmo. Cf. Lopes, *Missões Franciscanas...*, 530.

<sup>206</sup> Batalha, *Os franciscanos em Moçambique...*, 26-27.

<sup>207</sup> Os protestantes predominavam nas proximidades do Lago do Niassa. Ali, se estabelecem por volta de 1900, duas grandes missões Anglicanas centrais (Likoma e M'Sumba). Destaca-se de modo especial a dedicação admirável de P. Cox (43 anos missionário em África). Muitas vezes os missionários protestantes eram confundidos por sacerdotes católicos. Tinham lâmpada acesa no tabernáculo, batistério e confessionário. Durante oito anos estudavam latim, guardavam o celibato, recitavam o breviário romano, usavam batina. Não faltavam auxiliares femininas, algumas delas diplomadas, que eram também celibatárias. Eram responsáveis pelo apostolado nas escolas, dirigiam o dispensário e faziam conferências. O Pe. Cox tinha profunda devoção à Virgem Maria, animava os seus fiéis na recitação do terço e tinha grande estima pelos sacerdotes católicos que passavam por M'Sumba. Cf. *O Missionário Católico* 26, 313 (1949): 210-211.

<sup>208</sup> Portugal ao obrigar-se pela Conferência de Berlim a permitir a existência de quaisquer missões, independentemente do seu credo, ficou sujeito à entrada nos seus territórios ultramarinos das missões protestantes, o que fazia perigar os intentos nacionalizadores do Estado Novo.

<sup>209</sup> Cf. Rego, *Alguns problemas...*, 115.

missão de Likoma prestavam uma importante assistência hospitalar às populações. A par da catequese, a assistência médico-sanitária funcionava como meio de atração das populações. A missão de S. Bartolomeu tinha espalhados por todo o Niassa cerca de 50 postos de catequese, sendo o seu pessoal missionário quase todo de origem britânica.

Na década de quarenta circulava a ideia de que o Protestantismo estava contra Portugal, no que dizia respeito à questão missionária. O plano de evangelização protestante alicerçava-se na necessidade de promoção da instrução, enquanto fonte da criação de uma «moral sã» e não apenas, ou exclusivamente, na instrução bíblica. A maioria dos protestantes portugueses, defendia que o ensino normal devia ser ministrado em língua portuguesa em todas as colónias. Eduardo Moreira (personalidade pioneira do protestantismo português) entendia a cristianização evangélica como um fator de integração e de coesão nacional, e o missionário como um agente de educação, de cultura, de espiritualidade e de saúde. A verdade é que as missões protestantes valorizavam, particularmente, o ensino das populações, socorrendo-se das línguas nativas para catequizar, e da língua portuguesa para a instrução normal<sup>210</sup>. O sucesso das missões protestantes devia-se sobretudo aos meios e métodos usados<sup>211</sup>. Os missionários protestantes, apesar de valorizarem a vida eterna, concentravam-se mais na vida terrena, privilegiando as obras de assistência material, concentrando os seus esforços em poucas missões, e procurando elevar o nível de vida das populações<sup>212</sup>.

Mas a principal fonte de preocupação dos missionários e das autoridades portuguesas era provocada pela forte implantação dos maometanos na província do Niassa. O carácter muito tribalizado dos costumes e do modo de pensar das populações nativas africanas favorecia o rápido crescimento do islão. A islamização processava-se do litoral para o interior, e era realizada, principalmente, pelo indiano inglês. Constituíam um sério risco para a soberania portuguesa. Ora, em Nampula, a partir dos anos 40, assiste-se a um crescimento na área da construção, sendo que muitos dos trabalhadores

---

<sup>210</sup> Cf. Rita Mendonça Leite, «Eduardo Moreira e as missões protestantes no espaço colonial português», *Lusitânia Sacra* 25 (2012): 121-125.

<sup>211</sup> Forte utilização da imprensa: livros, folhetos, etc. Construção de grande número de edifícios (escolas). Grande número de catequistas e de pastores negros bem preparados. Uso do cinema e da rádio. Lúcido aproveitamento dos erros e das exigências da Administração Portuguesa. Adaptação de alguns usos e costumes dos indígenas. Divulgação dos conteúdos simplificada. Criação de campos de jogos. Escolha de locais com forte densidade populacional para a construção das missões. A celebração, nas zonas urbanas, de culto sincronizado com os afazeres da população. Política de emprego em torno das missões protestantes. Cf. José Júlio Gonçalves, *Protestantismo em África*, vol. 2: *Contribuição para o estudo do protestantismo na África Portuguesa* (Lisboa: Junta de Investigação Ultramarina, 1960), 169, 177-178.

<sup>212</sup> Cf. Rego, *Alguns problemas...*, 115.



eram convertidos ao islão<sup>213</sup>. O número de muçulmanos na área das 18 missões católicas existentes estava calculado em cerca de 200.000 mil pessoas. O islamismo oferecia ao nativo uma certa dignidade pessoal. Conferia-lhe um sentido de pertença a uma comunidade mais global, respeitada e temida. O islão imprimia no nativo um forte sentido de comunidade, em que a religião e a comunidade eram entendidos como um todo, sendo, por isso, muito difícil abandonar a comunidade a que se pertencia<sup>214</sup>.

---

<sup>213</sup> Nos subúrbios de Nampula estava em construção uma mesquita.

<sup>214</sup> Cf. Rego, *Alguns problemas...*, 112-113.



## **2. Ação pastoral de D. Teófilo de Andrade (1941-1951)**

Vamos, agora, analisar o trabalho pastoral de D. Teófilo de Andrade na Diocese de Nampula, ao longo dos dez anos do seu episcopado. A correspondência trocada entre o prelado e as Autoridades Cíveis permitirá perceber: i) o seu plano pastoral para a Diocese de Nampula; ii) as suas maiores preocupações e dificuldades no trabalho pastoral; iii) os seus projetos realizados. Destacaremos, também, as visitas pastorais e os textos dirigidos ao clero e aos fiéis (exortações, cartas, recomendações), conforme a documentação que nos foi possível consultar.

### **2.1. Ano de 1941**

Tendo embarcado em Lisboa em direção a Moçambique no dia 30 de setembro, D. Teófilo de Andrade entra solenemente na diocese de Nampula no dia 10 de novembro de 1941, acompanhado pelo Governador da Província do Niassa, João de Figueiredo, pelo Governador do Bispado e pelos representantes das diversas missões. A cerimônia religiosa realiza-se numa acanhada capela, que servirá de Pró-Catedral até à construção desta. Na entrada da capela adora-se o Santíssimo, simbolizando a posse da Igreja daquele território e do seu povo, e «a bandeira nacional, no alto da Capela, mostrava a associação da Pátria Portuguesa à manifestação religiosa»<sup>215</sup>.

Entretanto, D. Teófilo recusa viver, ainda que provisoriamente, no palácio do governador (na ilha de Moçambique). Durante seis meses residirá, em Nampula, numa pequena casa, e a partir de maio passa a viver numa segunda residência provisória, na companhia de dois padres e um irmão, que servirá de residência episcopal durante oito anos<sup>216</sup>.

Na pequena povoação de Nampula, com os seus 600 habitantes, faltava quase tudo, mas o ânimo do recém-chegado bispo era bem elevado. O P. Constantino define-o como um homem austero e bondoso, firme nas opiniões e visionário nos projetos que abraçava<sup>217</sup>.

Em dezembro, trabalha já na estruturação da sua Diocese: i) concede aos superiores e superiores congreganistas liberdade de gestão do pessoal da respetiva

---

<sup>215</sup> Cf. Teófilo de Andrade, «Carta Pastoral,» *Boletim Eclesiástico da Diocese de Nampula* ano I, 1 (1941-1942): 9.

<sup>216</sup> D. Teófilo priva-se de todas as comodidades, quer no meio de transporte que usava (frequentemente fazia-se transportar no camião de transporte de pedra), quer na simples batina branca, sem faixa, que vestia, como qualquer missionário. Cf. Silva, *Diocese de Nampula ...*, 10.

<sup>217</sup> Constantino Ferreira da Silva, *Diocese de Nampula e seu primeiro bispo* (Braga: Pró- manuscrito, 1953), 5.

missão; ii) determina que qualquer obra a realizar nas missões existentes terá de ter o seu aval; iii) cada missão deve enviar um inventário dos objetos e alaias da igreja e da casa, denomina pró-Catedral, a Capela de Nampula; iv) institui os organismos de Ação e Piedade da diocese; e divide a Diocese em áreas eclesiais<sup>218</sup>.

### 2.1.1. Correspondência com as autoridades civis

Em conformidade com o art.º 77 do Estatuto Missionário, os prelados estavam obrigados a enviar ao Governador da Colónia, nos primeiros noventa dias de cada ano, um relatório desenvolvido acerca dos trabalhos missionários realizados durante o ano transato<sup>219</sup>. Ora, o relatório de 12 de março de 1942, ainda será da responsabilidade do governador do Bispado, Francisco Manuel de Castro, que tinha sido nomeado por D. Teófilo pouco tempo depois da sua ordenação episcopal. Nas tabelas 1 e 2 podemos observar alguns dados que poderão dar uma ideia do panorama missionário existente no território de Nampula em 1941<sup>220</sup>:

<b>Pessoal Missionário</b>	<b>1941</b>
Clero Secular	9
S. P. M. C. U. (Cucujães) <sup>221</sup>	12
Franciscanos	4
Soc. Montfort	19
Instituto da Consolata	42
Irmãs Nossa Senhora das Vitórias	14
<b>Total</b>	<b>100</b>

<b>Pessoal Assalariado</b>	<b>1941</b>
Europeus	5
Indígenas	65
<b>Total</b>	<b>70</b>

Tabela 1

<sup>218</sup> De acordo com o art.º 1§2 do Acordo Missionário, competia aos bispos das dioceses «organizar, por intermédio do clero secular e regular, a vida religiosa e o apostolado da própria diocese.» Cf. Portugal, Governo, «Acordo Missionário,» *Lumen: Revista de Cultura para o Clero*, vol. 4 (1940): 343.

<sup>219</sup> Cf. Portugal, «Estatuto Missionário,» 475.

<sup>220</sup> Cf. Silva, *Para a história da diocese...*, 5.

<sup>221</sup> Acrónimo de Sociedade Portuguesa das Missões Católicas Ultramarinas. Era uma Sociedade de Vida Apostólica, de fundação portuguesa exclusivamente dedicada a atividade missionária *ad gentes*. Foi criada durante o pontificado de Pio XI. Estava na dependência direta da *Propaganda Fide*.

Obras e pessoal existentes em janeiro de 1942	1942
Missões centrais	17
Missões sucursais	9
Paróquias	2
Escolas (complementares, elementares, rudimentares e de catequese)	155
Padres	44
Auxiliares e religiosos	60
Assalariados seculares	ca150
Internatos masculinos	10
Internatos femininos	4
Asilo-Creche	1
Dispensários	11

Tabela 2

### 2.1.2. Exortações, Cartas, Recomendações

Ainda em Portugal, D. Teófilo dirige, a 15 de agosto de 1941, a sua 1.<sup>a</sup> carta pastoral ao clero e aos fiéis da nova diocese. O prelado apresenta-se como um pai que cuida dos seus filhos, «fazendo-nos tudo para todos». A sua missão é muito clara: levar a todos os povos e a todas as nações a palavra de Deus, a boa nova da salvação, enfim, trazer todos a Cristo. A todos, D. Teófilo apresenta-se, qual Francisco de Assis, como um enviado da paz de Cristo, obediente à lei do amor, da justiça e da harmonia<sup>222</sup>. Com todos, o nosso bispo quer «fazer cristandade» à semelhança dos primeiros descobridores portugueses. De facto, todo o seu esforço se concentraria em ensinar a amar e a servir Deus e a Pátria, mediante uma moral que civilizaria. O recurso ao simbolismo epopeico dos descobrimentos portugueses é bem matizado por D. Teófilo, mostrando estar em plena sintonia com a mensagem do Pio XII aos portugueses.

Consagrando o seu episcopado a Nossa Senhora de Fátima, tomada como padroeira da Diocese de Nampula, D. Teófilo termina com uma citação: «aqueles que me deste, guardei-os e nenhum se perdeu»<sup>223</sup>.

### 2.1.3. Visitas pastorais<sup>224</sup>

D. Teófilo procura imediatamente inteirar-se da situação do pessoal missionário e das missões existentes no terreno. Três dias após a sua chegada a Nampula, faz pelo menos duas visitas pastorais, conforme mostra a tabela 3. Era necessário ter uma ideia muito concreta sobre as necessidades da nova Diocese.

<sup>222</sup> Seguindo o lema da Ordem Franciscana, D. Teófilo escolhe a saudação de *Paz e bem* como divisa da sua ação pastoral. A paz de Jesus Cristo acentua a aceitação da lei do amor, da justiça e da harmonia contra todo o orgulho.

<sup>223</sup> Cf. Teófilo de Andrade, «1.<sup>a</sup> Exortação Pastoral,» *Boletim Eclesiástico da Diocese de Nampula* ano I, 1 (1941-1942): 4-6.

<sup>224</sup> Cf. «Visitas Pastorais,» *Boletim Eclesiástico da Diocese de Nampula* ano I, 1 (1941-1942): 43.

Missão	Data	Notas
S. Luis Gonzaga de Malatana	21 / 11 / 1941	Batizados: 179 Crismas: 324
N. S. de Fátima de Mecutamala	06 / 12 / 1941	Batizados: 20 Crismas: 50
Interrupção devido há época das chuvas		

Tabela 3

## 2.2 Ano de 1942

### 2.2.1. Correspondência com as autoridades civis

A carta dirigida a 13 de fevereiro de 1942 por D. Teófilo ao comandante João de Figueiredo, Governador da Província do Niassa, introduz-nos nos primeiros projetos que o prelado tinha em mente para a sua diocese. Nota-se uma preocupação em assegurar um clima de boas relações com a tutela. Tinha consciência da importância da atividade missionária para o Estado Novo. No seu entendimento, a obra missionária tinha por finalidade «cristianizar para civilizar», fazendo do indígena um bom cristão e um verdadeiro cidadão. No seu pensamento, é bem claro que a missionação católica devia preceder qualquer interesse nacionalizador ou colonizador. Defende o modelo de formação integral do carácter do homem e da mulher indígenas, de modo a torná-los bons chefes de família. Numa entrevista concedida em outubro de 1942 ao *Notícias de Lourenço Marques*, D. Teófilo explicita o seu plano de missionação da Diocese: i) construção imediata de Escolas-Capelas nos subúrbios de Nampula; ii) construção de internatos masculinos e femininos em todas as missões, a fim de afastar os educandos da influência das tradições, usos e costumes nativos; iii) obrigatoriedade do ensino do trabalho manual (agricultura e outros ofícios)<sup>225</sup>. Algumas dificuldades são, desde logo, identificadas, a saber: i) grande escassez de missionários, especialmente de religiosas missionárias para a educação das mulheres; ii) falta de cooperação ou mesmo resistência de algumas autoridades no esforço missionário. Não obrigavam os indígenas a ir à escola e discriminavam os batizados e casados catolicamente, obrigando-os a trabalhar aos domingos e dias santos; iii) falta de recursos financeiros.

Apuradas as necessidades, tudo parecia depender do envio de dinheiro por parte do Governo. Assim, o empenhado bispo pede dinheiro para a construção de internatos, masculinos e femininos, para a edificação de uma casa de formação de catequistas e de

<sup>225</sup> Cf. Teófilo de Andrade, «Entrevista do Prelado para Notícias de L. Marques,» *Boletim Eclesiástico da Diocese de Nampula* ano II, 2 (ago. 1942- out. 1943): 86-89.

uma casa para as religiosas e, ainda, para a construção de escola-capela para indígenas (servindo para escola noturna e para serviços e assistência religiosa)<sup>226</sup>. Pensando sempre nos benefícios do processo educativo da população indígena, pretende aumentar o pessoal em cada missão e melhorar as condições de trabalho nas missões existentes<sup>227</sup>. O ano de 1941 terminara sem saldo e as primeiras despesas com a instalação dos serviços da nova diocese pouca verba deixaram para as missões<sup>228</sup>. É certo que o Governo Português não se comprometera, nos acordos firmados com a Santa Sé, a financiar toda a evangelização nos territórios ultramarinos, contando, necessariamente, com a colaboração católica, mas a conceder subsídios de ajuda<sup>229</sup>.

Num memorando de abril, D. Teófilo de Andrade faz uma extensa caracterização da situação do território de Nampula. Salientamos aqui alguns dos aspetos negativos apontados, a saber:

1. o território de Nampula é o menos missionado de Moçambique; com uma área três vezes maior do que Portugal e uma população de dois milhões de habitantes;
2. o território sofre alguma influência protestante e forte implantação islâmica. Peritos no comércio, os muçulmanos facilmente convertem os nativos. Aconselhava-se, assim, a criação de missões católicas no interior, para impedir o seu avanço desde o litoral;
3. são poucos os missionários portugueses (conforme se pode constatar na tabela 1). Têm muitos anos de serviço e vivem isolados (sofrendo de fenómenos de aculturação, estes missionários acabavam por adquirir o modo de viver rude, próprio dos nativos);
4. faltam missionários congreganistas portugueses, e falta um seminário próprio, que permitiria uma missionação mais rápida e eficaz;
5. falta o reconhecimento e o apoio do Estado aos missionários estrangeiros (os holandeses de Montfort, e os italianos da Consolata);

---

<sup>226</sup> Numa nota de 21 de fevereiro de 1942, D. Teófilo informava que apenas tinha 220.740\$00 para acudir a 17 missões centrais, 287 escolas do mato, reparação e melhoramento das casas existentes (internatos, residências, oficinas). Cf. Silva, *Para a história da diocese...*, 5-9.

<sup>227</sup> A Igreja, de acordo com o regime concordatário, ficou com a responsabilidade de implementar o ensino rudimentar em todo o território. Havia, portanto, que acelerar o processo de formação de professores e da formação de um clero autóctone, pretensão tão cara aos Papas. Mas, para já, era preciso formar a população para o trabalho. Nessa medida, D. Teófilo, determina que em todas as escolas rudimentares se ensinasse agricultura e trabalhos oficinais. Cf. Lopes, *Missões franciscanas em Moçambique...*, 512-513.

<sup>228</sup> Para o ano de 1942 era necessária uma verba de 1.534.949\$00, só em vencimentos e sustento das missões. Cf. Silva, *Para a história da diocese...*, 12-13.

<sup>229</sup> Os subsídios até eram «bem generosos», no entanto, insuficientes face às necessidades. Aliás, D. Teófilo nunca deixará de agradecer o apoio económico do Estado. Cf. Lopes, *Missões franciscanas em Moçambique...*, 515.

6. é escasso o número de benfeitores católicos que possam apoiar monetariamente as missões;

7. as comunicações são difíceis, por falta de estradas (algumas ficam impraticáveis durante a época das chuvas);

8. faltam religiosas missionárias;

9. faltam internatos, creches, asilos, médicos, hospitais e postos de saúde;

10. falta pessoal feminino nas missões para a educação das mulheres nativas (os jovens nativos eram educados com o objetivo de constituírem famílias cristãs e, desta forma, contribuir para a criação de povoados cristãos);

11. os vícios e maus exemplos do colono português eram rapidamente assimilados pelo nativo, causando a sua desmoralização;

12. falta de proteção por parte das autoridades à população indígena. É necessário defendê-la, especialmente, dos abusos de brancos, dos cipais<sup>230</sup>, dos chefes e régulos, dos feiticeiros, etc.;

13. prática generalizada do «lobolo», poligamia, cerimónias de iniciação, casamento de crianças (12, 13 anos), batuques, feitiçarias<sup>231</sup>;

14. proliferação de doenças contagiosas como é o caso da lepra<sup>232</sup>.

D. Teófilo tinha um longo trabalho pela frente. Seis meses após a sua chegada a Nampula, apresenta às autoridades uma lista bem concreta de obras a realizar<sup>233</sup>. Fiel ao seu passado, o nosso prelado quer construir e preparar o futuro. O seu cunho empreendedor e visionário revela-se novamente, mas agora a uma escala bem maior. As necessidades da diocese de Nampula impeliam-no a realizar obra<sup>234</sup>. Assim, nos fins de

---

<sup>230</sup> Cipai ou cipaio, era o nome vulgar dos soldados indianos que serviam qualquer tipo de potência europeia. Cf. Silva, *Para a história da diocese...*, 60-63. Ver também, «Cipaio,» in Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. 6 (Lisboa: Ed. Enciclopédia, 1960), 824.

<sup>231</sup> Segundo as concepções da época, o africano era visto como preguiçoso, indolente, muito supersticioso. Só pelo processo de catequização seria possível retirá-lo do seu estágio de inferioridade e transformá-lo, pela transmissão da fé, em homem e mulher civilizado. Cf. Santos, «Conhecer para ...», 1.

<sup>232</sup> A questão da assistência sanitária era uma das grandes preocupações de D. Teófilo. Por isso, serão criadas, em todas as missões e escolas, ambulâncias e postos sanitários.

<sup>233</sup> É importante referir que o Governo concedia gratuitamente às missões: terreno (área até 2,000 hectares); isenção de impostos para todos os bens da diocese, institutos missionários, etc.; isenção de direitos aduaneiros, emolumentos para a importação de imagens e demais objetos religiosos. As viagens dos missionários e dos religiosos entre a metrópole e Moçambique eram suportadas pelo Estado.

<sup>234</sup> Ele próprio idealiza e dirige a construção do Seminário e da Escola de professores indígenas em Marrère. Cf. Silva, *Diocese de Nampula ...*, 11.

maio, envia ao Governador da Província do Niassa um esboço do «Projeto de missiões» da Diocese, que previa:

1. a construção de um seminário menor, em Unango, para a formação de um clero indígena, e a construção de um seminário maior para a formação completa do clero;
2. a construção de um internato diocesano masculino (escola de artes e ofícios), e de um internato feminino, servindo também de escola de professores e catequistas, para melhor levar à população a doutrina de Jesus Cristo e a língua e costumes portugueses. Estes internatos devem compreender habitação para padres e auxiliares, dormitórios para alunos, salas de aulas, refeitórios, cozinha, capela-igreja, etc., bem como alfaiataria, sapataria, carpintaria, olaria, tipografia, encadernação, padaria, lavandaria, forja, celeiros, currais, etc.;
3. a construção, na Capital, da Catedral da diocese<sup>235</sup>, e da Cúria Diocesana;
4. a construção de hospitais, asilos, creches, internatos para crianças órfãs e «formação de noivas para os rapazes cristãos»<sup>236</sup>;
5. a criação de aldeias cristãs;
6. a construção de três Escolas-Capelas, para aulas diurnas e noturnas, e a abertura de escolas no mato (potenciais missões ou aldeamentos cristãos)<sup>237</sup>;
7. ensinar o indígena a ler, a escrever, a contar, a falar o português, e a aprender a agricultura, etc.<sup>238</sup>.

Entretanto, num memorando datado de 31 de agosto de 1942, já é possível constatar um tímido avanço de algumas obras, a saber: três escolas-capela nos subúrbios de Nampula; uma igreja em Porto Amélia e uma igreja em Vila Cabral; a expansão da missão de S. João Baptista do Marrère (situada a 9 km de Nampula), destinada a albergar a futura Escola de «Artes e Ofícios» e a Escola de Professores e Catequistas; um pequeno colégio de 1.<sup>a</sup> instrução para alunos internos, semi-internos e externos (onde já funcionava uma escola provisória com 150 crianças, dirigida pelas Irmãs de Nossa Senhora das Vitórias, do Funchal)<sup>239</sup>.

---

<sup>235</sup> É a primeira catedral fora de Portugal dedicada a Nossa Senhora de Fátima.

<sup>236</sup> Cf. Silva, *Para a história da diocese...*, 17

<sup>237</sup> Cf. Silva, *Para a história da diocese...*, 15-17.

<sup>238</sup> Cf. Teófilo de Andrade, «Necessidades da Diocese de Nampula,» *Boletim Eclesiástico da Diocese de Nampula* ano I, 1 (1941-1942): 34-35.

<sup>239</sup> Por provisão de 25 de junho, D. Teófilo ordena que a missão de S. João Baptista do Marrère passe para a sua direção. Esta era uma oportunidade para o prelado e seus confrades terem o controle direto sobre uma missão. Cf. *Boletim Eclesiástico da Diocese de Nampula* ano II, 2 (ago. 1942- out. 1943): 55. Em abril tinha pedido ao Governado Geral de Moçambique a transferência para Nampula da Escola de Artes e Ofícios, situada na ilha de Moçambique. No memorando de 14 de abril, D. Teófilo

Uma das medidas estruturais de maior relevância, tomadas por D. Teófilo em 1942, é a da criação, por provisão sua de 25 de março, de quatro áreas eclesiais: 1. o Arciprestado dos Padres Seculares, no distrito de Nampula; 2. o Arciprestado dos Padres da S.P.M.C.U. (Cucujães), também no distrito de Nampula; 3. o Arciprestado dos Padres da Consolata, no distrito do Lago do Niassa; 4. o Arciprestado dos Padres de Montfort, no distrito de Cabo Delgado<sup>240</sup>. Mais tarde será criado o Arciprestado dos Padres de Verona. Nesta mesma data institui os organismos de Ação e Piedade, a saber: a Ação Católica; a Congregação da Doutrina Cristã; as Conferências de S. Vicente de Paulo; o Pão dos Pobres de Sto. António; a Conferência do Santíssimo Sacramento; a Irmandade de Nossa Senhora do Carmo; a Ordem III da Penitência de S. Francisco de Assis, e a Juventude Antoniana, num total de 14 organismos com estatutos próprios e pessoal assistente. Todas estas confrarias, irmandades e associações constituíam uma grande ajuda na ação missionária<sup>241</sup>. Naturalmente, procede, também, à nomeação do pessoal da Cúria Diocesana (consultores diocesanos, examinadores pro-sinodais, censor da imprensa, secretário da Câmara Eclesiástica, etc.)<sup>242</sup>. Às superiores das religiosas, manda que nas missões onde trabalhassem irmãs religiosas, estas se dedicassem em especial ao ensino do sexo feminino, e o ensino rudimentar do sexo masculino ficasse sob a orientação do superior da missão. No entanto, a este não lhe assistia o direito de imiscuir-se na vida interna das irmãs, nem podia visitar os internatos ou escolas sem ser acompanhado pela superiora ou delegada das irmãs<sup>243</sup>.

### 2.2.2. Exortações, Cartas, Recomendações

O mundo vive a tragédia da II Guerra Mundial e D. Teófilo, na sua 2.<sup>a</sup> carta pastoral (5 de abril de 1942), dirige palavras de consolação ao seu rebanho, convidando

---

argumenta que não fazia sentido a existência de uma escola deste género numa ilha tão pequena e «acanhada», e sem espaço para o desenvolvimento da agricultura. A existência de uma escola deste tipo em Nampula seria um fator de contensão da expansão muçulmana e uma oportunidade de desenvolvimento das aldeias cristãs. Cf. Silva, *Para a história da diocese...*, 13-14.

<sup>240</sup> Esta divisão foi-lhe sugira pela Santa Sé, poucos dias após a sua nomeação episcopal, em nome do bom governo eclesial da Diocese. Cf. Lopes, *Missões franciscanas em Moçambique...*, 510. Pode ler-se esta referência no preâmbulo do documento: «obtemperando as indicações da Santa Sé Apostólica [...]». Cf. *Boletim Eclesiástico da Diocese de Nampula* ano I, 1 (1941-1942): 10-11.

<sup>241</sup> Por exemplo, D. Teófilo encarrega três engenheiros, membros da Ação Católica, para a construção das três primeiras Escolas-Capelas nos arredores de Nampula. Cf. Silva, *Diocese de Nampula ...*, 8-9. Ver também Cf. Lopes, *Missões franciscanas em Moçambique...*, 512.

<sup>242</sup> Cf. Teófilo de Andrade, «Nomeação de pessoal da Cúria Diocesana,» *Boletim Eclesiástico da Diocese de Nampula* ano I, 1 (1941-1942): 14-15.

<sup>243</sup> Cf. Teófilo de Andrade, «Carta às Superiores das Religiosas,» *Boletim Eclesiástico da Diocese de Nampula* ano I, 1 (1941-1942): 15-16.



todos a procurar refúgio e conforto no Salvador que venceu a morte. Defende que não poderá haver paz entre os homens enquanto estes não reconhecerem e cederem o reinado ao Senhor Ressuscitado. Cristo não deixou os homens sem orientação, e por isso constituiu os apóstolos, missionários da Sua mensagem de amor e de paz, para que esta fosse propagada por todas as gentes. De facto, todos somos apóstolos, porque todos somos filhos de Deus, todos somos uma família e temos por pátria o céu<sup>244</sup>. Lembrando as bodas de prata das aparições de Fátima, D. Teófilo, convida todos os portugueses e o império a se ajoelharem para que todos sejam um só na oração à Padroeira e ao Senhor de Portugal<sup>245</sup>.

O mês de maio fica marcado pelas comemorações do 25.º aniversário das aparições de Fátima. D. Teófilo, na alocução dirigida aos habitantes de Nampula, não poupa palavras de exaltação à Nobre Padroeira de Portugal e agora, também, Padroeira dos Nampulenses e de toda a Diocese. Maria, enquanto mãe e padroeira, preside aos destinos de Portugal desde a sua fundação. Ela acompanhou os nossos primeiros navegadores, «assistiu-lhes na dilatação do Reino de Deus, na dilatação do nosso Império: embarcou com eles nas frágeis Caravelas. [...] Até aos confins do mundo levaram os portugueses o amor e devoção a Maria»<sup>246</sup>.

Enfim, multiplicar-se-ão os atos de devoção e cerimónias solenes. No dia 13 de maio, é benzida a nova imagem de Nossa Senhora, destinada à futura Catedral<sup>247</sup>.

### 2.2.3. Visitas pastorais <sup>248</sup>

Para além das visitas enumeradas na tabela abaixo, é de salientar a visita que D. Teófilo realiza a Lourenço Marques e às missões do sul do Save, entre 11 de fevereiro e 16 de março<sup>249</sup>.

---

<sup>244</sup> Neste ponto, D. Teófilo introduz uma expressão que lhe é muito cara, e que usava frequentemente na correspondência que enviava como Provincial dos Franciscanos, a saber: «um por todos e todos por um».

<sup>245</sup> Cf. Teófilo de Andrade, *2ª Carta Pastoral* (APPOF, Armário II, 4, nº 96). Ver também Cf. Teófilo de Andrade, «2ª Carta Pastoral,» *Boletim Eclesiástico da Diocese de Nampula* ano I, 1 (1941-1942): 18-22.

<sup>246</sup> Cf. Teófilo de Andrade, «Alocução aos filhos de Nampula,» *Boletim Eclesiástico da Diocese de Nampula* ano I, 1 (1941-1942): 26-27.

<sup>247</sup> Cf. «Festas de Nossa Senhora de Fátima, Padroeira da Diocese de Nampula,» *Boletim Eclesiástico da Diocese de Nampula* ano I, 1 (1941-1942): 23-29.

<sup>248</sup> Cf. «Visitas Pastorais,» *Boletim Eclesiástico da Diocese de Nampula* ano I, 1 (1941-1942): 43. «Visitas Pastorais,» *Boletim Eclesiástico da Diocese de Nampula* ano II, 2 (ago. 1942- out. 1943): 99.

<sup>249</sup> Faz a sua primeira viagem aérea a bordo do *Nampula* até a Beira e depois num modelo *Junker*.

Missão	Data	Notas
S. Filomena de Meconta	31 / 01 / 1942	Batizados: 179 Crismas: 324
Escola de (Uluti) Beato Nuno Alvares Pereira	17 / 05 / 1942	
S. Teresa do Menino Jesus de Mutuáli S. António de Unango	05 / 06 / 1942 - - 13 / 06 / 1942	Crismas: 82
Nossa Senhora da Consolação de Massangulo	13 / 06 / 1942	Crismas: 40
S. José de Mituque	22 / 06 / 1942	Crismas: 142
S. Teresa do Menino Jesus de Mepanhira	?? / 06 / 1942	Crismas: 647
Sucursal de S. Isidro de Metil	23 / 06 / 1942	
S. Pedro de Lúrio-Vocoro S. Mateus Apóstolo do Mirrote	14 / 07 / 1942	Bat: 120; Crismas: 150
Sucursal de S. Pedro de Namaponda	16 / 09 / 1942	
Paróquia de N. Senhora da Purificação	24 / 10 / 1942	
Visita ainda as missões de Montepuez (crisma: 322), Imbuho (crisma: 314) e Nangololo (crisma: 494)		

Tabela 4

## 2.3. Ano de 1943

### 2.3.1. Correspondência com as autoridades civis

A correspondência relativa ao ano de 1943 reflete as mesmas preocupações presentes nos documentos do ano anterior.

No relatório sobre o ano de 1943, D. Teófilo chama a atenção do Governo para a falta de pagamento dos vencimentos aos missionários da Consolata e de Montfort (apenas recebiam uma ajuda anual da *Propaganda Fide*). O nosso prelado nunca se cansará de realçar e valorizar a importância do contributo destes missionários estrangeiros para o esforço missionário e colonizador<sup>250</sup>. A perda de pessoal em algumas missões, que saía em busca de melhores salários, também é realçada. São pontos ainda a destacar, a falta generalizada de medicamentos nas missões para o combate à malária, e a necessidade do fornecimento de armas para abate de animais selvagens que punham em constante perigo as populações.

A educação dos nativos, especialmente de crianças e jovens, é uma questão muito presente no plano missionário de D. Teófilo. Em junho, envia uma carta aos párocos e

<sup>250</sup> O Acordo Missionário, no seu art.º 2, estipulava, expressamente, que «os ordinários das dioceses e circunscrições missionárias, quando não haja missionários portugueses em número suficiente, podem, de acordo com a Santa Sé e com o Governo, chamar missionários estrangeiros, os quais serão admitidos nas missões da organização missionário portuguesa, desde que declarem submeter-se às leis e tribunais portugueses. Esta submissão será a que convém a eclesiásticos.» Portugal, Governo, «Acordo Missionário,» *Lumen: Revista de Cultura para o Clero*, vol. 4 (1940): 343.

superiores das missões realçando a importância da educação dos jovens. No que se refere ao ensino da catequese, considera que o missionário ou o catequista deve motivar as crianças a conhecerem Deus para O amarem, garantindo uma transmissão dos conteúdos séria e metódica. O catequista deve saber conquistar a estima das crianças em nome de uma aprendizagem que não se ficasse apenas pela inteligência, mas pudesse descer ao coração. A catequese deve refletir a prática da vida e deve saber adaptar o seu ensino à capacidade intelectual e moral das crianças, não podendo descuidar o ambiente em que vivem. Deve-se evitar o recurso imediato ao castigo, sobretudo corporal: «educar não é reprimir maldades ou levandades por meio da força, mas é formar e orientar por meio da convicção. De outra maneira quando faltar a força que castiga, a má tendência voltará a manifestar-se<sup>251</sup>.» Aconselha-se, portanto, e só em caso de extrema necessidade, o recurso aos castigos morais (privação de um recreio, de um jogo).

Sobre a formação dos catequistas e professores indígenas, exorta os missionários a não se preocuparem muito com o número de indígenas convertidos. Na verdade, é mais importante a formação de bons cristãos, particularmente de catequistas e de professores. Estes, por sua vez, estarão em condições de formar rapazes e raparigas com vista à constituição de famílias cristãs. A formação de catequistas e professores evitaria a necessidade de construir internatos para crianças em todas as missões, e como tal permitiria uma redução das despesas que a criação destas instituições acarretavam<sup>252</sup>.

Entretanto, já se encontrava em funcionamento a Escola-Seminário Diocesano de Unango, com 62 alunos, dos quais 11 são seminaristas e os restantes 51 são candidatos a professores-catequistas<sup>253</sup>.

### **2.3.2. Exortações, Cartas, Recomendações**

O segundo número do Boletim Eclesiástico da Diocese de Nampula de 1942 dá-nos conta de uma série de recomendações de D. Teófilo acerca dos atos de culto e de piedade a serem observados em toda a Diocese, nomeadamente: o mês de S. José (março); o mês de Maria (maio); o mês do Sagrado Coração de Jesus (junho); o mês do Rosário

---

<sup>251</sup> Teófilo de Andrade, «Ensino e educação das crianças,» *Boletim Eclesiástico da Diocese de Nampula* ano II, 2 (ago. 1942- out. 1943): 60.

<sup>252</sup> Cf. Teófilo de Andrade, «Formação dos cristãos, catequistas e professores indígenas,» *Boletim Eclesiástico da Diocese de Nampula* ano II, 2 (ago. 1942- out. 1943): 62-63.

<sup>253</sup> Do currículo do 1.º ano do preparatório constavam as seguintes disciplinas: português, latim, aritmética, geografia, história pátria, bíblica e catecismo. Os candidatos a professor estudavam enfermagem em vez de latim. Cf. *Boletim Eclesiástico da Diocese de Nampula* ano III, 3 (out. 1943-dez. 1945): 143-144.

(outubro); o mês das Almas (novembro). Quase todos os atos eram acompanhados da concessão de indulgências<sup>254</sup>. A necessidade de oraçãourgia num contexto da II Guerra Mundial, cujos efeitos não poupavam ninguém. Em dezembro, na 1.<sup>a</sup> saudação pastoral ao clero e fiéis da Diocese de Nampula, D. Teófilo faz sentir essa preocupação. No entanto, procura destacar a graça concedida a Portugal e aos seus territórios ultramarinos de não terem sido atingidos pelo flagelo, graças à posição de neutralidade de Portugal. Os portugueses, reconhecidos a Deus por esta graça, deviam, então, sentir-se estimulados a prosseguir a missão que lhe foi confiada por Deus, isto é, de descobrir mundos e de «atear a luz da verdade e da fé nas almas dos irmãos [indígenas]<sup>255</sup>». Só a santidade de vida, a penitência e a oração recomendadas, em Fátima, pela Virgem, Mãe de Deus, podiam trazer ao mundo e às pessoas a paz e tranquilidade desejadas. D. Teófilo termina a saudação, convidando a que se recitasse no fim de cada missa o «Bendito seja Deus», e nos dias 13 de cada mês se rezassem três ave-marias, com a jaculatória «Imaculada Rainha da Paz, rogai por nós», enquanto durasse a guerra<sup>256</sup>.

Numa comunicação de agosto, exortava os missionários a serem exemplo de virtudes e de vida cristã, devendo estes «pregar com a palavra e edificar com o exemplo.» «A santificação própria deve ser a primeira diligência de todo o missionário, do sacerdote e guia de almas.» E, aponta como meios fundamentais de santificação: a celebração da santa missa com devoção; a recitação, com atenção, do breviário; a meditação diária. E conclui: «sede [pois] homens de oração, almas de meditação»<sup>257</sup>.

---

<sup>254</sup> O prelado recomendava que em cada semana se santificasse o Domingo com a recitação do terço, do rosário, da ladainha de Nossa Senhora, a bênção do Santíssimo Sacramento. A terça feira devia ser dedicada a Santo António, o grande santo missionário português (esta devoção, bem franciscana, é ainda observada, nossos dias, no Convento do Varatojo), e a sexta-feira destinada à devoção da via-sacra. Em cada mês devia-se celebrar a primeira sexta-feira em louvor do S. C. de Jesus. Enfim, são elencadas uma série de devoções que não devendo ultrapassar a meia hora, fossem rezadas, porém, com motivação e interesse. Cf. *Boletim Eclesiástico da Diocese de Nampula* ano II, 2 (ago. 1942- out. 1943): 58.

<sup>255</sup> Teófilo de Andrade, «1ª Saudação Pastoral,» *Boletim Eclesiástico da Diocese de Nampula* ano III, 3 (out. 1943- dez. 1945): 124.

<sup>256</sup> Cf. Andrade, «1ª Saudação Pastoral,» 123-126.

<sup>257</sup> Cf. Teófilo de Andrade, «A piedade no pessoal missionário,» *Boletim Eclesiástico da Diocese de Nampula* ano II, 2 (ago. 1942- out. 1943): 70-71.

## 2.4. Ano de 1944

### 2.4.1. Correspondência com as autoridades civis

A grande quantidade de obras em curso e as despesas correntes com o pessoal impeliam D. Teófilo a solicitar um reforço de verbas para a sua Diocese<sup>258</sup>. Mas ele tinha consciência de que a Diocese e as missões não podiam contar só com os subsídios do Estado. Em seu entender, cada Diocese devia procurar angariar meios próprios que garantissem a sua subsistência, e assegurassem, de algum modo, uma autonomia económica relativamente ao poder político e administrativo. É pedido, especialmente aos outros prelados e missionários, que sacrificassem os seus interesses pessoais em nome da cristianização e civilização das populações. Afirmar, D. Teófilo: «foi para isso que vieram e não para governar a vida»<sup>259</sup>. Aos padres e auxiliares, pedia que promovessem ações de propaganda e de angariação de donativos, e dessem especial atenção à formação de professores e catequistas indígenas.

Com o passar do tempo, D. Teófilo vai notando a existência de fragilidades na aplicação das normas do Estatuto Missionário. No memorando elaborado em novembro de 1944, entendia ser necessário que: i) os professores, os catequistas e os assalariados indígenas ficassem na dependência dos bispos; ii) os programas escolares para os indígenas fossem revistos, tendo em consideração a psicologia dos mesmos e o parecer dos missionários mais experimentados<sup>260</sup>; iii) as Dioceses mais atrasadas no processo de evangelização fossem contempladas com mais subsídios; iv) fosse dada mais liberdade às missões, nos processos de ensino dos indígenas; v) fosse dada maior proteção aos indígenas casados pela Igreja, e às mulheres, muito vulneráveis a abusos por parte dos cipais.

Em carta de 17 de fevereiro de 1944, D. Teófilo considera que o apostolado devia começar pela população branca, cuja vida cheia de vícios inviabilizava em grande parte a cristianização do indígena. Devia-se também apostar na formação e assistência a organismos auxiliares da vida católica e preparar, nas escolas, bons catequistas e bons cristãos indígenas<sup>261</sup>.

---

<sup>258</sup> Assim acontece em carta de fevereiro dirigida ao Governador Geral de Lourenço Marques. Pede-se um aumento em dois mil contos para o ano de 1945, acrescendo à verba de dois mil e quinhentos contos para o ano de 1994.

<sup>259</sup> Cf. Silva, *Para a história da diocese...*, 56.

<sup>260</sup> O art.º 68, do Estatuto Missionário, estabelecia que o ensino indígena teria de obedecer às orientações doutrinárias estabelecidas pela Constituição Portuguesa. Cf. Portugal, Governo, «Estatuto Missionário», *Lumen: Revista de Cultura para o Clero*, vol. 5 (1941): 473.

<sup>261</sup> Cf. Teófilo de Andrade, *Carta* (APPOF, Armário II, 4, nº 94, 1944).

Num memorando de dezembro, D. Teófilo volta a apresentar algumas teses acerca do processo de civilização do indígena. Em primeiro lugar, aconselha uma cooperação estreita e a existência de um bom entendimento entre os missionários de cada missão e as autoridades civis. Efetivamente, «toda a divergência neste sentido prejudica a colonização, a civilização e cristianização». Em segundo lugar, tendo em consideração que o principal trabalho do missionário e do civilizador era o de incutir a religião e o patriotismo na mentalidade e a alma do indígena, aconselha o ensino da língua portuguesa ao indígena, não obstante a que alguns missionários pudessem conhecer as línguas dos indígenas<sup>262</sup>. Por outro lado, os missionários, os professores e os catequistas indígenas devem insistir, principalmente, na formação moral do indígena. D. Teófilo chega a usar uma linguagem dura e inesperada, ao afirmar que «os professores não católicos devem ser eliminados, por desnacionalizadores e propagandistas de doutrinas falsas e demolidoras»<sup>263</sup>.

Entretanto, são apontados problemas que continuavam sem resolução, a saber: i) a falta de transportes e vias de comunicação; ii) a falta de proteção dos indígenas nos seus direitos laborais, pois eles são a principal riqueza da Colónia; iii) a necessidade de se observar um recrutamento «rigoroso de missionários e de funcionários do Estado para as colónias»<sup>264</sup>; iv) o cuidado que o missionário deve ter em não se limitar ao ensino da doutrina cristã ou das letras, mas dar ao indígena uma formação e uma educação completas e adequadas (trabalhos materiais, agricultura, oficinas, escolas profissionais)<sup>265</sup>.

---

<sup>262</sup> O ensino da língua portuguesa era uma obrigatoriedade decorrente do art.º 16 do Acordo Missionário. Aqui percebemos que não era fácil aplicar todas as determinações acordadas. No entender de D. Teófilo era necessário «ensinar a língua pátria ao indígena e haver pelo menos algum mestre, principalmente missionário, que bem conheçam a língua indígena. O mútuo conhecimento das línguas geraria um mais rápido entendimento das almas, e uma união mais íntima entre os filhos da nova pátria e da mesma religião». Cf. Teófilo de Andrade, «Aos Portugueses de lei...» *Boletim Eclesiástico da Diocese de Nampula* ano III, 3 (out. 1943- dez. 1945): 183.

<sup>263</sup> As palavras de D. Teófilo devem ser entendidas dentro de um contexto próprio da época, que se manteria até ao Concílio Vaticano II. Notemos que o nosso bispo se vê confrontado com uma realidade bem diferente daquela que aprendera nos manuais do ocidente. O cenário interconfessional existente no terreno não era uma realidade experimentada na metrópole. Na verdade, D. Teófilo sentia-se impotente para reverter o avanço formidável quer de protestantes quer, principalmente, de muçulmanos.

<sup>264</sup> No entender de D. Teófilo os «missionários e funcionários vem para servir, para engradecer, para glorificar a Pátria-mãe». Cf. Andrade, «Aos Portugueses de lei...» 182.

<sup>265</sup> Cf. Andrade, «Aos Portugueses de lei...» 183-185.

#### 2.4.2. Exortações, Cartas, Recomendações

Entretanto, as consequências nefastas da II Guerra Mundial continuam a sentir-se. Na 2.<sup>a</sup> Exortação Pastoral, D. Teófilo faz um veemente apelo a todo o clero e cristãos portugueses a exercerem a missão evangelizadora. Os inimigos de Deus e da sua Igreja, isto é, os propagandistas declarados de falsas doutrinas, procuravam apagar os vestígios da civilização da humanidade. Lembra que todos são chamados por Deus a «valorizar, a engrandecer, a nacionalizar, a cristianizar o seu império colonial»<sup>266</sup>, sendo dever do cristão português, viver como filhos de Deus, em nome da maior glória dos seus antepassados. Ninguém devia envergonhar-se da sua religião, da religião tradicional da pátria.

A guerra estava chegando ao fim. Começava, no entender de D. Teófilo, a delimitar-se quem ficava na direita e quem ia para a esquerda. Aos da direita, dirá o Juiz Superior: «vinde benditos de meu Pai, possuir o reino que vos está preparado desde a constituição do mundo.» Aos da esquerda será dado a ouvir a terrível ameaça: «ide, malditos para o fogo eterno.» No juízo universal serão colocados à direita somente os que bem morreram. Morrerão bem aqueles que ajustaram a sua consciência com as regras da sua moral, com os mandamentos de Deus. No entanto, a porta ficava aberta para «reconduzir ao redil as ovelhas tresmalhadas»<sup>267</sup>.

Na 4.<sup>a</sup> Exortação Pastoral, D. Teófilo insurge-se contra aqueles «pseudo-mentores de massas» que deixaram de acreditar na vida eterna. A guerra continuará, enquanto os homens e as nações, obstinadamente, se «neguem a regularizar a sua vida e os seus actos com as máximas do Evangelho».<sup>268</sup> O Evangelho é o único critério de verdade e de moral. De facto, toda a lei de Deus e da Santa Igreja se reduz ao amor de Deus e ao próximo. Ora não ama a Deus: quem tira a vida a uma pessoa; quem obriga os outros a trabalhar aos domingos e dias de preceito; quem não batiza os seus filhos; os pais que descurem a educação cristã dos filhos; quem não obedece aos legítimos superiores; quem se dá a comportamentos ociosos; quem se envergonha de ser cristão; quem não é honesto e se deixa levar pelas paixões; quem se dá a leituras de romances «imundos e assassinos.» Na

---

<sup>266</sup> Cf. Teófilo de Andrade, «2.<sup>a</sup> Exortação Pastoral,» *Boletim Eclesiástico da Diocese de Nampula* ano III, 3 (out. 1943- dez. 1945): 127.

<sup>267</sup> Cf. Andrade, «2.<sup>a</sup> Exortação Pastoral,» 127-129.

<sup>268</sup> Cf. Andrade, «Aos Portugueses de lei...,» 123.



verdade, só no Evangelho de Jesus Cristo e no catecismo podem os fiéis encontrar «as normas seguras para bem viver. Ali encontramos a garantia de uma eternidade feliz»<sup>269</sup>.

#### 2.4.3. Visitas pastorais<sup>270</sup>

Missão	Data
S. Teresa do Menino Jesus de Mutuáli	12 / 10 / 1944
S. S. José de Mítuque	13 / 10 / 1944
S. Teresa do Menino Jesus de Mepanhira	14 / 10 / 1944
Missões dos Monfortinos: Porto Amélia, Montepuez, Namuno, Nangololo, Imbuho	30 / 10 / 1944

Tabela 5

### 2.5. Ano de 1945

#### 2.5.1. Correspondência com as autoridades civis

O fluxo de correspondência dá conta de algumas inaugurações, como é o caso de uma Escola-Capela nos arredores de Nampula e de um pavilhão de 30 metros para serviço de dispensário e maternidade.

A propaganda religiosa e desnacionalizadora do islão na província do Niassa continua a preocupar o nosso Prelado. Surgia grande número escolas e mesquitas clandestinas.

A exploração dos trabalhadores negros é notada por D. Teófilo. Ele pede o estabelecimento de percentagens nos lucros resultantes do trabalho (cultivo de algodão) dos indígenas, que deveriam reverter para obras de assistência dos mesmos. Era necessário a organização de fundos de assistência indígena, por meios de cooperativas, caixas económicas, etc.<sup>271</sup>. Era necessário a criação de povoações indígenas, onde as novas famílias cristãs pudessem estabelecer-se. Nesse sentido, tinha de se facilitar, o mais possível, a formação de professores, catequistas e artistas de ambos os sexos, em internatos e escolas, dando-lhes salário adequado e demais regalias<sup>272</sup>. Enfim, era

<sup>269</sup> Cf. Teófilo de Andrade, «4ª Exortação Pastoral,» *Boletim Eclesiástico da Diocese de Nampula* ano III, 3 (out. 1943- dez. 1945): 131-136.

<sup>270</sup> Cf. «Visitas pastorais,» *Boletim Eclesiástico da Diocese de Nampula* ano III, 3 (out. 1943- dez. 1945): 139-143.

<sup>271</sup> A regulamentação dos salários era aconselhável. Aqueles que recebiam salário mais elevados acabavam por gastá-lo em bebidas... Cf. Silva, *Para a história da diocese...*, 90.

<sup>272</sup> Verifica-se uma elevada taxa de abandono dos alunos das missões em razão da emigração, bem como o abandono do serviço por parte dos professores indígenas em busca de um trabalho mais bem remunerado. Cf. Silva, *Para a história da diocese...*, 82.

necessário conceder às missões maior facilidade de produção, de transporte e de colocação dos seus produtos<sup>273</sup>.

## **2.6. Ano de 1946**

### **2.6.1. Correspondência com as autoridades civis**

Continua o programa de criação de novas missões e a ampliação de outras já existentes. É criada uma missão no distrito do Lago, sob a direção dos Padres da Consolata. Outras antigas missões vão sofrendo obras (Massangulo, Mitúcue, Maúa e Mepanhira). Na missão de S. João Baptista do Marrère, já é visível a Escola Diocesana de Professores e Catequistas de Artes e Ofícios e de Agricultura, contando com nove edifícios (alguns já cobertos)<sup>274</sup>. No distrito de Cabo Delgado, são criadas duas missões centrais.

Tendo em vista a neutralização da ação muçulmana, a Santa Sé envia, a pedido de D. Teófilo, alguns missionários do S. C. de Jesus (Verona-Itália) para recuperar as áreas de Mossuril e Cabaceira. De facto, a Metrópole não estava em condições de fornecer missionários para acudir a uma população avaliada em cerca de 2 milhões de pessoas<sup>275</sup>.

## **2.7. Ano de 1947**

### **2.7.1. Correspondência com as autoridades civis**

Este ano fica marcado pelo acidente de Vila Cabral. D. Teófilo não abdicava das suas frequentes visitas pastorais às missões. Dada a fraca qualidade das vias de comunicação, estas viagens comportavam algum risco. Uma dessas visitas pastorais quase lhe custará a vida num grande desastre de automóvel, que o levará a pensar em pedir a resignação<sup>276</sup>. Este acidente agrava a sua débil saúde e, em 1948, chega mesmo a equacionar a hipótese de regresso à Metrópole, a fim descansar ou até por lá ficar de vez.

---

<sup>273</sup> Cf. Silva, *Para a história da diocese...*, 68-72.

<sup>274</sup> D. Teófilo contava com um subsídio anual de 3.300.000\$00 para a construção desta escola. Cf. Silva, *Para a história da diocese...*, 55.

<sup>275</sup> Cf. Silva, *Para a história da diocese...*, 80-88.

<sup>276</sup> A 5 de agosto, na sequência de uma visita pastoral que fazia pela região do Lago do Niassa, D. Teófilo, acompanhado pelo Pe. Poiães e pelo Pe. Ferrero sofre um aparatoso acidente numa perigosa curva, onde já haviam ocorrido outros acidentes. Dois médicos que se encontravam em missões a 90 km de distância socorrem os sinistrados. O regresso a Nampula de D. Teófilo durará três dias (uma deslocação para a missão de Massangulo - 90 Km, depois para a missão de Mitúcue, e ao terceiro dia apanha o comboio para Nampula, são 500 km de distância). Em virtude deste acidente, a curva será batizada da *Curva do Bispo*. O acidente causará alguns ferimentos no prelado: no pescoço, contusões no corpo e fratura de uma perna, junto ao pé, e um corte na garganta provocada pelos estilhaços do para-brisas. O seu secretário sofrerá fortes contusões pelo corpo.

<sup>276</sup> Cf. Andrade, *Apontamentos autobiográficos...*, 32-35.

Mas, sentindo-se ainda com forças para prosseguir a sua missão, regressa com determinação ao seu trabalho pastoral. Transfere o Seminário Menor Indígena da missão de Unango para a missão de S. João Baptista do Marrère<sup>277</sup>. O corpo docente está constituído por três sacerdotes da Consolata e um sacerdote secular português, sendo o corpo discente constituído por nove alunos. Era uma das casas de formação mais desejadas pelo prelado. No seu entender, «o meio tem de se conquistar pelo meio. Por melhores sacerdotes e obreiros que a Diocese tenha, não pode eternamente estar à espera de missionários europeus, para a evangelização destas terras. Será uma grande vitória quando se conseguirem sacerdotes indígenas, que tomem conta de seus irmãos»<sup>278</sup>.

## 2.8. Ano de 1948

### 2.8.1. Correspondência com as autoridades civis

D. Teófilo visitava, frequentemente, as escolas. Como vimos, ele entendia a escola como principal plataforma de criação de bons cristãos e servidores da pátria. D. Teófilo elabora normas específicas para o funcionamento destas escolas, considerando sempre o trabalho agrícola como o principal meio para o desenvolvimento económico, educacional, sem descurar, naturalmente, a formação moral e cívica. A venda de produtos agrícolas produzidos nas missões, onde estas escolas se situavam, permitia a compra de material escolar, roupa, alimentação e medicamentos, que o Estado não fornecia. Em carta enviada ao Inspetor do Ensino Colonial, podemos perceber, como demonstra a tabela 6, o ritmo de inauguração das Escolas-Capelas<sup>279</sup>:

Escola	Fundação	Nº de alunos
S. Pedro (Nampula)	1944	300
S. C. de Jesus de Nova Chaves (22km de Nampula)	1945	300
Santo António de Monapo (18 km de Nampula)	1945	400
Imaculado Coração de Maria – Anchilo (18 km de Nampula)	1946	550
Santa Rita de Nicuíá (25 km de Nampula)	1947	500
S. João Bosco – Nequia (20 km de Nampula)	1947	200
Santa Maria – Muetaze (15 km de Nampula)	1948	160

Tabela 6

<sup>277</sup> D. Teófilo faz desta missão «a sede» de todas as missões do Niassa.

<sup>278</sup> Cf. Silva, *Para a história da diocese...*, 88.

<sup>279</sup> Cf. Silva, *Para a história da diocese...*, 97.

É também inaugurado, em Nampula, o Colégio Vasco da Gama para rapazes, onde se leciona o 1.º ciclo dos liceus em regime de ensino particular, dirigido pelos missionários de Cucujães<sup>280</sup>.

Entretanto, D. Teófilo não deixava de recordar à autoridade colonial velhas preocupações e queixas. Em carta ao Ministro das Colónias, começa por reconhecer e agradecer a generosidade do Estado nos subsídios atribuídos à Diocese, ainda que os mesmos fossem insuficientes. A falta de missionários continuava a ser uma grande preocupação. Faltava pessoal para ocupar a Província do Lago do Niassa, muito explorada, como já se sabe, pelos protestantes e pelos muçulmanos. Era necessária a vinda de mais missionários estrangeiros, sobre os quais depositava a maior confiança. Com eles já trabalhava há sete anos, sem qualquer razão de queixa. Também faltavam médicos para o serviço das missões (a diocese só tinha um médico privado)<sup>281</sup>.

## **2.9. Anos de 1949 e 1950**

### **2.9.1. Correspondência com as autoridades civis**

É possível perceber, pela correspondência trocada com as autoridades civis, que havia grande receptividade, por parte destas, aos pedidos de D. Teófilo<sup>282</sup>. Em mais uma carta dirigida ao Ministro das Colónias, datada de junho de 1949, o prelado pede o envio de dois padres da Consolata, cinco padres de Verona e três irmãos (todos italianos). Em novembro, o Ministro despacha favoravelmente o envio destes missionários<sup>283</sup>.

D. Teófilo estava convicto da eficácia do seu modelo de missionação, e defende-o com firmeza junto das autoridades. As propostas tornam-se recorrentes. Estamos em 1950, e o nosso bispo continua a insistir na criação de internatos masculinos e femininos para a formação de professores e catequistas indígenas. Mais uma vez, explica que estes eram centros privilegiados para o surgimento de casais. As novas famílias fariam o apostolado de ensino entre os membros da sua raça, constituindo, assim, um polo atrativo de civilização e de nacionalização para os restantes indígenas. Continua a defender a agricultura como o melhor meio para fixar as famílias às respetivas terras, garantindo, desse modo, uma «ocupação civilizadora eficaz e duradoura». Não poderiam restar dúvidas, portanto, da «colaboração leal e sem reservas entre as missões católicas e

---

<sup>280</sup> Começa por funcionar, provisoriamente, em salas do edifício da paróquia e na residência episcopal.

<sup>281</sup> Cf. Silva, *Para a história da diocese...*, 97-105.

<sup>282</sup> Note-se a pronta resposta (5 de maio) do Governador da Província a um pedido de D. Teófilo de reforço de verba datado de 9 de junho de 1950. Cf. Silva, *Para a história da diocese...*, 119.

<sup>283</sup> Teófilo de Andrade, *Carta ao Sr. Ministro das Colónias* (APPOF, Armário II, 4, nº 102).

organismos do Estado»<sup>284</sup>. No entanto, a sua preocupação com as condições de trabalho dos professores é constante. A elevada taxa de abandono aconselhava a rever os seus salários e as condições de trabalho<sup>285</sup>. Em fevereiro de 1950, finalmente, começa a ser habitado o novo Paço Episcopal, no momento considerado o melhor edifício da província de Moçambique, onde passará a funcionar a secretaria da Câmara Eclesiástica<sup>286</sup>.

### **2.9.2. Exortações, Cartas, Recomendações**

D. Teófilo não se cansava de exortar os sacerdotes e missionários a manterem bem vivo na sua vida o espírito de oração e devoção. Precisamente, na exortação pastoral de 6 de junho de 1950, chama a atenção dos sacerdotes para que saibam viver na santidade mais alta. Comemorava-se o ano de Purificação e de Santificação, de Vida Interior e de Reparação<sup>287</sup>, propondo a todos, para o efeito, um programa intenso de oração. Na festa do Divino Espírito Santo, a 28 de maio, D. Teófilo manifesta grande apreensão pelo crescimento das ideologias defensoras do ateísmo<sup>288</sup>. A todos exorta para que não esmoreçam na sua fé e, mais uma vez, a todos convida a fazer império e cristandade. Império, cristandade, fé e patriotismo, formavam um «leitmotiv» de toda a ação missionária. A espada e a cruz de outrora caminham juntas na construção e na afirmação de um Portugal de vanguarda e civilizador<sup>289</sup>.

---

<sup>284</sup> Cf. Silva, *Para a história da diocese...*, 125.

<sup>285</sup> Os subsídios concedidos pelo governo eram tão baixos que não permitia pagar salários justos aos professores e monitores. Estes abandonavam, frequentemente, as missões em busca de trabalho melhor remunerado na função pública ou no ensino oficial do Estado. Cf. D. Ernesto Gonçalves Costa, *A obra missionária em Moçambique e o poder político* (Braga: Ed. Franciscana, 1996), 16, 18.

<sup>286</sup> Cf. Silva, *Diocese de Nampula ...*, 15. D. Teófilo tinha por hábito acompanhar os trabalhos de construção. Não é de estranhar por isso que os edifícios fossem de boa qualidade. Devemos lembrar que, como guardião e Provincial será, também, responsável por importantes obras em Portugal e Espanha.

<sup>287</sup> Cf. Teófilo de Andrade, «Exortação Pastoral do dia da Santificação Pastoral,» *Boletim Eclesiástico da Diocese de Nampula* ano IX, 9 (dez. 1949- mar. 1951): 428-429.

<sup>288</sup> A certa altura, D. Teófilo escreve: «peçamos a Deus [...] pelos nossos irmãos mártires da barbárie para além da Cortina de Ferro.» A *Cortina de Ferro* era o nome que identificava os países anexados pela União Soviética. Cf. Teófilo de Andrade, «Festa do Divino Espírito Santo,» *Boletim Eclesiástico da Diocese de Nampula* ano IX, 9 (dez. 1949- mar. 1951): 431.

<sup>289</sup> Cf. Andrade, «Festa do Divino Espírito Santo,» 430-432.

### 2.9.3. Visitas pastorais<sup>290</sup>

Missão	Data
Antônio Enes, Malatane, Gafaria, Naueia, Mecutamada	7, 8 e 9 de março de 1950
Nossa Senhora das Graças de Murrupula	30 / 04 / 1950

Tabela 7

## 2.10. Ano de 1951

### 2.10.1. Correspondência com as autoridades civis

O ano de 1951 fica marcado pela resignação de D. Teófilo, por motivos de saúde, e pelo seu regresso a Portugal<sup>291</sup>. A 14 de janeiro, envia uma carta ao Monsenhor Tardini, pedindo a resignação. Escreve no dia em que completava 70 anos de idade. Os problemas de saúde, nomeadamente a diabetes, estão na origem da sua decisão. A 27 de fevereiro, recebe a resposta do Papa Pio XII, que «benignamente» aceita a renúncia, transferindo-o para a sede episcopal titular de Urusi<sup>292</sup>.

Mas, até à sua saída da Diocese, D. Teófilo manterá o mesmo dinamismo e empenho de sempre, dando execução aos projetos em curso e resolvendo os problemas da Diocese. As dificuldades a isso o obrigavam. A construção da Catedral exige mais um pedido de reforço de verba (1.000.000\$00). Continua a verificar-se a deserção de professores das missões para serviços do Estado, mais bem remunerados. Constata-se fraca frequência das crianças às escolas das missões, por falta de interesse e desleixo dos pais, e pela oposição dos chefes de aldeia e *machambeiros*, que precisavam das crianças para trabalhar. A forte presença das missões protestantes (só na missão de Mepanhira, há vinte cinco escolas protestantes) e muçulmanas mantinham em alerta os missionários católicos.

D. Teófilo mantinha como prioridade máxima a criação do maior número possível de escolas de catequese, preferencialmente em língua nativa, «como base da civilização, assimilação e nacionalização do indígena. [...] Só a língua materna penetra e incute mais clara e cabalmente na inteligência e coração das crianças verdades e costumes, que linguagem e mestres de raça diferente só com muita dificuldade e tempo conseguiram»<sup>293</sup>.

<sup>290</sup> Cf. Teófilo de Andrade, «Visitas pastorais,» *Boletim Eclesiástico da Diocese de Nampula* ano IX, 9 (dez. 1949- mar. 1951): 443.

<sup>291</sup> D. Teófilo confessa na sua auto-biografia que pensou diversas vezes em pedir a exoneração do cargo. Cf. Andrade, *Apontamentos autobiográficos*..., 35.

<sup>292</sup> Teófilo de Andrade, *Correspondência Santa Sé* (APPOF, Armário II, 5, nº 94).

<sup>293</sup> Cf. Silva, *Para a história da diocese*..., 132-134.

Apesar da escassez de recursos financeiros e humanos, D. Teófilo consegue desenvolver um plano de estruturação da diocese. Fundou uma «Escola Diocesana de Professores e Catequistas Indígenas, de Artes e Ofícios e de Agricultura», e o 1.º Seminário Diocesano na missão de S. João Baptista do Marrère<sup>294</sup>, criou novas missões<sup>295</sup> e restaurou outras tantas. Construíram-se dez Escolas-Capelas<sup>296</sup> nos arredores da Capital, cinco missões centrais (entre as quais a missão de S. João Baptista do Marrère). Construiu-se o Salão Paroquial em Nampula. Iniciaram-se as obras do Paço Episcopal e da Catedral. Foi o primeiro bispo a criar, por Provisão, a Congregação Diocesana das Irmãs da Imaculada Conceição para irmãs indígenas, na missão de Mepanhira, contando já com seis irmãs professoras.

D. Teófilo não se limitou a criar missões ou a alargar a rede de escolas. Introduziu o ensino secundário e liceal com a construção do Colégio de Nossa Senhora das Vitórias e o Colégio Vasco da Gama.

A partir das tabelas que se seguem, podemos ter uma ideia esquemática da obra que D. Teófilo realizou nos dez anos do seu episcopado, tendo por referência os dez anos em que foi bispo de Nampula (1941 a 1951). Na tabela 8, constatamos que o pessoal missionário aumentou, à exceção dos franciscanos e do clero secular. É de notar o elevado

---

<sup>294</sup> É, sem dúvida alguma, a maior obra que D. Teófilo deixa em dez anos de episcopado. Nesta missão, a 18 km de Nampula, estava centralizada a educação dos indígenas recrutados por todas as missões. D. Teófilo escolheu o terreno, dirigiu a terraplanagem, fez o plano e os esboços de todas as plantas e, ainda, dirigiu e acompanhou as obras. Foi ainda o responsável pelo traçado da estrada que liga o Marrère a Nampula. A missão de S. João Baptista do Marrère albergava 12 grandes edifícios em alvenaria e 6 em adobes, com uma grande igreja ao centro. O edifício central tinha 81 metros de comprimento com primeiro andar. Foi instalada uma central elétrica que fornecia energia a todos os edifícios e movimentava as máquinas de carpintaria, serralharia, moagem e olaria. Desta missão faziam parte a Escola Diocesana Indígena de Habilitação de Professores, Catequistas, Artes e Ofícios, Agricultura, para os dois sexos. A Igreja, os internatos, a escola rudimentar, as oficinas e armazéns, a carpintaria e demais edifícios ocupavam uma área de 11.825 m<sup>2</sup>, e ainda 1600 hectares de área cultivável. Cf. Silva, *Diocese de Nampula* ..., 15. Ver também Cf. Teófilo de Andrade, *Diocese de Nampula* (APPOF, Armário II, 4, nº 96). Este edifício não teve aprovação de todos, que preferiam uma melhor distribuição das atividades da missão por outras localidades. Cf. Ernesto Gonçalves da Costa, «Nampula e seu primeiro bispo, D. frei Teófilo de Andrade,» in *Franciscanos em Moçambique: cem anos de missão 1898-1998*, dir. David de Azevedo... (Braga: Ed. Franciscana, 1998), 292.

<sup>295</sup> Missão de Nacarda. Dirigida pelos Padres de Verona, é a última a ser criada.

<sup>296</sup> Escola de S. Pedro (junto a Nampula); Escola-Capela de S. José. Passaram a missões a Escola-Capela de Sagrado Coração de Jesus, de Nova Chaves (a 22 km de Nampula); Escola-Capela do Imaculado Coração de Maria, de Anchilo (a 18 km de Nampula); Escola-Capela de Santo António, do Monapo (a 18 km de Nampula); Escola-Capela de Santa Rita, do Caramajã (a 50 km de Nampula, foi a última a ser construída); Escola-Capela São João de Brito, de Nicuia (a 30 km de Nampula). A Escola-Capela era normalmente composta por pavilhões para habitação, com quartos e salas para ambulância, farmácia, hospital e maternidade, casa para professor indígena e para famílias cristãs, terreno para horta e pequenas culturas, árvores de fruta, etc. Cf. Teófilo de Andrade, *Diocese de Nampula* (APPOF, Armário II, 4, nº 96).



número de assalariados indígenas a trabalhar para a Diocese. Observa-se um considerável aumento em todas as categorias, à exceção do hospital, que se mantém. Finalmente, a tabela 9 permite perceber o número de missões que existiam em 1941, as que foram restauradas ou aumentadas, e as novas missões criadas a partir de 1942.

<b>Pessoal Missionário</b>	<b>1941</b>	<b>1950</b>
Clero Secular	9	5
Soc. P.M.C.Ultramarina (Cucujães)	12	26
Franciscanos	4	3
Soc. Montfort	19	28
Instituto da Consolata	42	73
Irmãs Nossa Senhora das Vitórias	14	35
Irmãos de S. João de Deus	0	6
Padres de Verona	0	12
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>188</b>

<b>Pessoal Assalariado</b>	<b>1941</b>	<b>1950</b>
Europeus	5	4
Indígenas	65	1470
<b>Total</b>	<b>70</b>	<b>1474</b>

Tabela 8

	<b>1941</b>	<b>1950</b>
Arciprestados	0	5
Paróquias	2	6
Missões	26	46
Sacerdotes	44	80
Auxiliares	60	111
Seminário indígena	0	1
Escola indígena	135	625
Alunos	11.818	39.851
Colégio liceal	0	8
Alunos	0	97
Creche	1	4
Internatos	14	28
Alunos	398	1980
Asilos	0	2
Hospitais	1	1

Dispensários	11	35
Doentes tratados	0	116.576
Curativos feitos	279.536	902.698
Batismos	1.712	5.230
Casamentos	186	520
Católicos	11.739	39.075

Tabela 9

Missões Existentes em 1941				
Nome da Missão	Área	Ano de criação	Nº de escolas	Notas
N. S. da Conceição de Mossuril (Padres de Verona)		Séc. 16	1	
N. S. dos Remédios da Cabaceira (Padres de Verona)		1579	1	
S. João Baptista do Ibo (Montfort)		1762		
S. Bárbara de Mogincual (Padres Seculares)	675 km <sup>2</sup>	1909	6	
S. Luis Gonzaga de Malatane (Padres Seculares)	1070 km <sup>2</sup>	1909	56	
S. Pedro de Vocoro (Padres Seculares)		1907 <b>Restaurada em 1943</b>	9	
Santa Maria de Namuno (Montfort)	1593 km <sup>2</sup>	1922	38	Pressão de 20.000 muçulmanos
N. S. da Consolação de Massagulo (Consolata)	1271 km <sup>2</sup>	1926	8	
S. C. de Jesus de Nangololo (Montfort)	1384 km <sup>2</sup>	1924	36	
Paróquia de S. Paulo de Porto Amélia (Montfort)	693 km <sup>2</sup>	1928 <b>Restaurada em 1944</b>		Forte presença muçulmana
S. António de Unango (1º- S.P.M.C.U. 2º - Consolata)	25000 km <sup>2</sup>	1930 <b>Restaurada e ampliada</b>	10	Forte presença e dinamismo do islão (principal obstáculo à evangelização). Importante presença do protestantismo (12.000 almas)
Metil (sucursal S.P.M.C.U.)		1931	1	
S. José de Montepuez		1934		
S. Mateus do Mirrote (Padres Seculares)	1634 km <sup>2</sup>	1935	27	
S. Teresa do Menino Jesus de Mutuali (S.P.M.C.U.)		1938	30	
S. Teresa do Menino Jesus de Mepanhira (Consolata)	3420 km <sup>2</sup>	1938	48	
S. João Baptista do Marrère (Diocese)	11825 km <sup>2</sup>	1938 <b>Restaurada e ampliada</b>		
S. José do Mitúcuè (Consolata)	3663 km <sup>2</sup>	1939	25	Forte presença muçulmana e protestante
S. Teresa do Menino Jesus de Imbuho (Montfort)	2240 km <sup>2</sup>	1939	16	Forte oposição dos chefes tribais

S. Coração de Jesus de Maúa (Consolata)	2832 km <sup>2</sup>	1940	17	Grande percentagem de muçulmanos
Mecutamala (Padres Seculares)	2582 km <sup>2</sup>	1940	4	
S. Filomena de Meconta (S.P.M.C.U.)	21200 km <sup>2</sup>	1941	14	
Namezeze		<b>Restaurada em 1941</b>		
N. S. de Fátima em António Enes (S.P.M.C.U.)		<b>Restaurada em 1946</b>		
<b>Missões criadas durante a prelatura de D. Teófilo (1942-1951)</b>				
Paróquia-catedral de N. S. de Fátima de Nampula (S.P.M.C.U.)	1334 km <sup>2</sup>	1942	13	
S. José de Vila Cabral (Consolata)		1946		
S. João de Brito de Nambudi (Montfort)		1946	12	
S. Francisco Xavier de Chache (Consolata)		1946/47		
Moril		1946		
N. S. de Fátima de Naueia (Irmãos de S. João de Deus)		1946	1	
N. S. das Graças de Murrupula (S.P.M.C.U.)		1946/47	1	
Imalá		?	1	
Nacala		?		
S. Luis de Monforte da Mesa (Montfort)		1946	7	
N. S. de Fátima de Naueia		1946		
S. Coração de Maria de Carapira (Padres de Verona)		1947	1	
Sagrado Coração de Muería		1947		
Sagrada Família da Namahaca		1947		
S. Coração de Maria de Mariri		1947	2	
Santos Anjos de Cóbue		1950		
S. Coração de Jesus de Nova Chaves		1950		
S. Rita de Caramaja		1950		
I. Coração de Maria de Anchilo		1950		
S. João de Brito de Nicuia		1950		
Nacaros		1950		
S. António do Monapo		1950		
S. João de Brito de Nicuia		1950		
S. João Evangelista em Nacarua		1951		

Tabela 10<sup>297</sup>

Os números acima apresentados não deixam qualquer dúvida sobre o trabalho que D. Teófilo realizou na Diocese de Nampula. De acordo com a tabela 10, entre 1942 e

<sup>297</sup> Dados extraídos de Silva, *Diocese de Nampula ...*, 16-17, e Ministério das Colónias, *Diocese de Nampula: Niassa-Moçambique* (Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1949), 11-39.

1951 são criadas 24 novas missões e são restauradas e ampliadas cerca de seis missões anteriores a 1942. Observa-se também que a maior parte das missões é inaugurada entre 1947 e 1951.

### **2.11. Apreciação global**

«Servir Deus e a pátria», «dilatação do império», «fazer cristandade», «moral que civiliza», «cristianizar para civilizar», «fazer do indígena um bom cristão e patriota», são expressões que aparecerão, recorrentemente, nos documentos que D. Teófilo produziu, ao longo dos dez anos do seu episcopado. Ainda que se possa afirmar que não teve problemas em aceitar o ideal nacionalizador do Estado, percebe-se, também, a priorização que dá à missão evangélica. De facto, apenas subsidiariamente aceita a nota «nacionalista» ou «patriótica» na ação missionária. O seu programa de construção de escolas rudimentares, de internatos, de centros de Artes e Ofícios e de colégios, revelou consonância com as práticas missionárias que se observavam antes de 1941, e demonstrou perfeita sintonia com as diretrizes dos documentos da Santa Sé e do quadro normativo concordatário. Partilhou, claramente, da visão da *Propaganda Fide* acerca da necessidade da formação de um clero local. Nesse sentido, fundou o Seminário Menor Diocesano, que funcionará na missão do Marrère.

Na sua insistência em criar aldeias cristãs e desenvolver a agricultura, revelou, a nosso ver, uma visão muito franciscana sobre o valor da natureza, e um entendimento diverso do Estado sobre a questão do trabalho. A aprendizagem da agricultura e do trabalho manual era um modo de fixar a população à terra, evitando, assim, o fluxo emigratório em busca de hipotéticas melhores condições de vida<sup>298</sup>. O prelado percebeu a necessidade de revisão dos métodos e programas de ensino dos indígenas. A prioridade assentou no ensino das letras, na aritmética, etc. Havia dificuldades na aplicação no terreno das disposições concordatárias, especialmente relacionadas com a falta de apoio das autoridades.

Notou-se a preocupação com a exploração da mão de obra negra e a procura em melhorar as condições de vida dos trabalhadores, nomeadamente com a proposta da criação de um fundo de assistência para os trabalhadores do algodão.

Os pedidos de aumento de verbas foram uma constante na correspondência com as autoridades coloniais.

---

<sup>298</sup> A agricultura desenvolvida nas missões, permitia a colocação da produção no mercado, conseguindo-se alguma disponibilidade financeira para acudir às necessidades de cada missão.

É admirável o programa de visitas pastorais que realizou às missões implantadas no território da sua Diocese, sabendo que as viagens eram muito longas e realizadas em condições muito precárias. A forte presença dos maometanos e dos protestantes na região do Niassa levaram-no a pedir, por diversas vezes, o envio de mais missionários estrangeiros, para a criação de missões que funcionariam como travão ao avanço daqueles.

É de realçar o valor que D. Teófilo sempre deu ao trabalho dos missionários estrangeiros, alvo de grande desconfiança por parte das Autoridades. Exaltou, constantemente, o seu trabalho, e pediu que lhes fosse facilitada a entrada em Moçambique.

Relativamente ao seu pensamento pastoral, nos documentos dirigidos ao clero e aos fiéis, nota-se um tom muito exortativo e fortemente doutrinal e moralista. Marcado, mais uma vez, por uma grande identidade com as linhas de orientação pastoral presentes nas encíclicas missionárias: i) implementação de um sólido programa de oração em favor das missões (*Rerum Ecclesiae*); ii) a observância de uma vida de pobreza e de santidade por parte dos missionários (*Maximun Illud*). Os apelos à conversão ao Evangelho, como único critério de verdade e de moral, e a chamada de atenção de todo o povo de Deus para a participação no esforço missionário, marcam também os seus discursos.

Mas, mais do que os edifícios construídos, impressiona a quantidade de pessoas que a ação missionária de D. Teófilo conseguiu congregar. Por detrás da visibilidade das obras e das pessoas está um longo caminho de luta de um homem que nunca desistiu de exortar, reivindicar e de alertar. Algumas obras levaram anos a concretizar-se; a residência episcopal só a ocupou por um ano, e a construção da catedral, da qual lança a primeira pedra, só iniciou em 1949. Mesmo a abertura de novas missões ou a construção das escolas-capelas sofriam atrasos constantes<sup>299</sup>.

D. Teófilo de Andrade viveu como um verdadeiro «mendicante». O seu vencimento foi canalizado para a manutenção da casa episcopal, e tudo o que sobrava foi aplicado em benefício da diocese<sup>300</sup>. Tudo o que fez foi em benefício do povo da Diocese de Nampula.

---

<sup>299</sup> Cf. Ernesto Gonçalves da Costa, «Nampula e seu primeiro bispo, D. frei Teófilo de Andrade,» in *Franciscanos em Moçambique: cem anos de missão 1898-1998*, dir. David de Azevedo... (Braga: Ed. Franciscana, 1998), 290.

<sup>300</sup> Cf. Costa, «Nampula e seu primeiro bispo...», 294.

A 24 de março de 1951, D. Teófilo publicou a sua última carta enquanto bispo de Nampula. Dirigiu-se a todos, nomeadamente às Autoridades, aos chefes de serviços e aos funcionários, agradecido pelo apoio e pelo esforço demonstrados. Ainda presidiu às cerimónias da semana santa e benzeu, a 3 de abril, a primeira pedra do edifício do colégio Vasco da Gama para rapazes.

### **3. Regresso a Portugal e falecimento (1954)**

Depois de se despedir das autoridades civis e religiosas, embarcou no *Pátria* em direção a Lisboa, aonde chegou no dia 27 de abril. Em Portugal, fixou residência no seminário da Luz, sem privilégios ou tratamento especial. No entanto, na condição de bispo titular de Urusi e resignatário de Nampula, D. Teófilo ainda enviou um memorando (30 de abril de 1953) a Oliveira Salazar, lembrando o pedido que a este tinha feito há 12 anos, sobre a restituição do Convento de S. Bernardino à Província Portuguesa da Ordem Franciscana, a fim de servir de casa de repouso e de formação<sup>301</sup>.

Em outubro de 1954, estando de passagem pelo Convento de Montariol, sofreu uma crise de diabetes que lhe causou uma cegueira quase completa. Foi operado aos olhos no Hospital de S. Marcos, e enquanto recuperava da operação, não resistiu a uma inesperada hemorragia cerebral. Faleceu no dia 25 com 73 anos.

Ao tomar conhecimento do seu óbito, o Arcebispo Primaz de Braga, D. António Bento Martins Júnior avocou a si a iniciativa da presidência e promoção das exéquias. A Schola Cantorum, constituída por membros dos três missionários diocesanos, cantou a missa de Requiem de Moreno, celebrada na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, no dia 26 de outubro de 1954, onde então residiam e exerciam tarefas pastorais os padres franciscanos. Seguiu-se o cortejo para o cemitério de Monte d'Arcos de Braga, onde ficou sepultado no jazigo da família Faria, até à remoção das ossadas para jazigo da Ordem e mais tarde para o memorial da Fraternidade, no Seminário Franciscano da Luz em Lisboa, inaugurado em 31 de março de 2009, na Comemoração dos 800 anos da Ordem Franciscana<sup>302</sup>.

---

<sup>301</sup> Teófilo de Andrade, *Convento de s. Bernardino* (APPOF, Armário I, 3, nº 63). Em 2 de maio de 1963 o Pe. David de Azevedo, Ministro Provincial, voltará a fazer o mesmo pedido

<sup>302</sup> Cf. «In memorium: D. Teófilo de Andrade, o.f.m.,» *Missões Franciscanas* 134 (1926): 5.

#### **4. Síntese**

D. Teófilo de Andrade, bispo de Nampula, foi fiel a tudo aquilo que dele se dizia e se via. Nos 10 anos em que se manteve à frente da sua Diocese, vimos um homem empenhado com a História e comprometido com o futuro. Fiel à sua Igreja, teve sempre presente na sua ação de pastor, as orientações dos documentos do magistério e dos Papas sobre as missões. Foi fiel ao seu país na sua demanda civilizadora e «portugalizadora». Mas acima de tudo foi fiel a si próprio. Construiu em Moçambique, como já contruíra infraestruturas na Ordem Franciscana. Soube fazer a síntese entre a Lei de Deus e as normas e políticas concordatárias. Organizou e distribui competências, confiou sabiamente. Na oração encontrou e deu sustento. Rezou pela paz no mundo, rezou pelo retorno do homem a Deus, rezou pela permanente fidelidade dos missionários ao Evangelho, rezou pelas missões, rezou pelo seu rebanho. Mas também não se cansou de pedir. Pediu às autoridades dinheiro para fazer estruturas e, acima de tudo, para construir pessoas, famílias, enfim, fazer cristandade. Viu na formação cristã de homens e mulheres a semente de onde germinariam as futuras cidades. A falta de saúde foi a sua maior fragilidade. Sacrificou o seu bem-estar. Sentiu-se muitas vezes tentado a desistir, sobretudo depois de um acidente naquela curva perdida no mato, que perpetuará o seu nome. Ao fim de dez anos de profícua missão por terras de além-mar, a doença leva-o a resignar. E é em Braga, no Colégio de Montariol, onde em 1892 foi acolhido como aluno seráfico onde viveu as suas últimas horas de frade menor.





## Conclusão

Chegados ao termo da presente investigação, é possível afirmar que o regime Concordatário de 1940 foi decisivo para o relançamento do esforço missionário português. Também é possível admitir que a nomeação episcopal de D. Teófilo de Andrade possa ter estado relacionada com a necessidade urgente de colocar bispos à frente das recém-criadas Dioceses, resultantes da nova organização eclesial do território de Moçambique.

Tal hipótese não retira importância ou dignidade ao processo da nomeação de Frei Teófilo de Andrade para Prelado de Nampula. Nele, de facto, estavam reunidas as condições para poder ser escolhido pelo Santo Padre: estudou na Propaganda Fide em Roma; foi pároco; passou por todos os lugares de responsabilidade na Província Portuguesa da Ordem Franciscana (aos quarenta anos foi eleito provincial). Os seus confrades viam nele capacidade de trabalho, de liderança e de tenacidade. Não abandonou Portugal nas horas mais difíceis das perseguições Republicanas. As duas privações da liberdade que sofreu evidenciaram um temperamento fleumático e uma consciência esclarecida. Ganhou o gosto pela missão dos seus professores do Colégio de Montariol. Fr. João da Santíssima Trindade, fundador da *Voz*, é a figura emblemática de uma fraternidade composta por homens cultos e reformadores no ensino da teologia e da pregação.

Acompanhámos a agitada, mas muito interessante, vida política e religiosa em Portugal durante o período do Liberalismo, da I República e do Estado Novo. O Estado emancipou-se da Igreja e esta procurou novos modos de afirmação. A Igreja fez da *pastoral colectiva* o seu principal canal de reivindicação, onde transparece uma abertura às ideias modernas defendidas pela *Voz* uns anos antes. No meio dos escombros resultantes das perseguições, a Igreja renasce e reconstrói-se. Em *Fátima*, centro da reformulação nacional do catolicismo, encontra a fortaleza espiritual para continuar, determinada, na defesa de uma presença ativa na Sociedade Portuguesa.

Vimos como o Concílio Plenário Português de 1926, que contou com a presença de D. Teófilo, foi uma oportunidade para a Igreja apresentar as principais linhas de atuação pastoral numa sociedade ainda politicamente muito polarizada. Mais tarde, o novo enquadramento concordatário de 1940, permitiu uma (re)aproximação entre a Igreja

e o Estado. Com o aperto de mão, as duas entidades comprometeram-se a caminhar juntas na (re)edificação de Portugal, outrora desbravador de novos mundos e fazedor de cristandades. Através da «arrancada missionária» o Estado Novo pretendia apagar da memória nacional os efeitos devastadores de um *Ultimatum* que havia ferido o orgulho de uma nação de intrépidos descobridores.

A Igreja foi sendo ao longo da sua história favorecida por homens de ação e abertos ao futuro. Homens edificadores dos pilares de dioceses, de povos, de culturas, e de nações. Frei Teófilo foi um desses homens a quem Moçambique muito deve. Ele projetou, edificou e despertou as mentes dos indígenas. Das escolas-capelas saíram milhares de cristãos e, também, os futuros líderes que lutaram pela autodeterminação de Moçambique. O que António Enes mais temia aconteceu: as missões foram viveiros de futuras nações autónomas. É interessante notar que a Igreja, ao ficar com a responsabilidade de implementar uma rede de escolas rudimentares em todo o território, não só permitiu a aprendizagem da língua portuguesa e da catequese, mas também ajudou o indígena a ter uma verdadeira consciência de si e dos seus direitos.

Vimos que, como o missionário, D. Teófilo lutou pelos ideais evangélicos. Denunciou situações de opressão e de injustiça social, não deixando nunca de a todos exortar à conversão e ao amor a Cristo. Entendia a catequese e o trabalho como pilares para a edificação da família e das aldeias. Soube relacionar-se com as autoridades civis, pondo sempre em primeiro lugar os interesses da Igreja. Esta depositava toda a esperança no missionário para a difusão da mensagem de Cristo, e o Estado precisava dele como agente civilizador, um autêntico garante da segurança do território colonial e defensor dos direitos nacionais, então, fortemente cobiçados pelos grandes da Europa.

Enfim, a presente tese estudou o percurso de um homem que viu a sua vida agigantar-se, a partir do momento em que o Estado Português e a Santa Sé firmaram um acordo. Acordo que levou muitos missionárias e missionários a sacrificarem a sua vida para a maior glória de Deus. Acordo que levou D. Teófilo a sacrificar a saúde pelo bem da Igreja, sobretudo pelo o bem do povo de Nampula. D. Teófilo cumpriu a sua missão: fazer cristandade, implantar a Igreja em Nampula.

A história da vida de José Pereira de Andrade é um encontro com múltiplas Histórias: a História da Ordem Franciscana; a História Política Portuguesa; a História Eclesiástica de Portugal; a História das Missões de Moçambique; a História da Diocese de Nampula. D. Teófilo ficou, pois, na História como aquele que, entre outros, teve o

privilégio e a graça de participar num dos maiores empreendimentos missionários da vida da Igreja e de Portugal.



## Bibliografia

### Fontes Manuscritas

- Andrade, Teófilo de. *1ª Carta Pastoral*. APPOF, Armário II, 4, nº 96.
- Andrade, Teófilo de. *2ª Carta Pastoral*. APPOF, Armário II, 4, nº 96.
- Andrade, Teófilo de. *Carta*. APPOF, Armário II, 4, nº 94, 1944.
- Andrade, Teófilo de. *Carta ao Núncio Apostólico*. APPOF, Armário II, 4, nº 89, 1939.
- Andrade, Teófilo de. *Carta ao Sr. Ministro das Colónias*. APPOF, Armário II, 4, nº 102.
- Andrade, Teófilo de. *Correspondência Santa Sé*. APPOF, Armário II, 5, nº 94.
- Andrade, Teófilo de. *Convento de S. Bernardino*. APPOF, Armário I, 3, nº 63.
- Andrade, Teófilo de. *Diocese de Nampula*. APPOF, Armário II, 4, nº 96.
- Andrade, Teófilo de. *O caso de Ovar: questão-crime*. Varatojo: APPOF, Armário II, 4, nº 90, 1931.

### Fontes Pró-manuscritas<sup>303</sup>

- Andrade, Teófilo de. *Os Padres de S. Bernardino*. Braga: Pró-manuscrito, 1930.
- Andrade, Teófilo de. *Apontamentos autobiográficos e outros intercorrentes*. Braga: Pró-manuscrito, 1953.
- Rema, Henrique Pinto. *Crónica da Província dos Santos Mártires de Marrocos*, vol. II b. Lisboa: Pró-manuscrito, 2005.
- Rema, Henrique Pinto. *Crónica da Província dos Santos Mártires de Marrocos*, vol. III. Lisboa: Pró-manuscrito, 2005.
- Ribeiro, Bartolomeu. *Da primavera ao outono: crónica do curso teológico de 1896-1900 da seráfica província de Portugal*. Braga: Tip. Boletim Mensal, 1925.
- Ribeiro, Bartolomeu. *Guia de Portugal Franciscano Continental e Insular*. Leixões: Pró-manuscrito, 1946.
- Ribeiro, Bartolomeu. *Crónica da Província dos Santos Mártires de Marrocos*. Varatojo: Pró-manuscrito, 1955.
- Silva, Constantino Ferreira. *Diocese de Nampula e seu primeiro bispo*. Braga: Pró-manuscrito, 1953.

---

<sup>303</sup> O «pro-manuscrito», teve uma circulação apenas interna, dentro da Província Portuguesa da Ordem Franciscana, pelo que há algum interesse em divulgar o seu conteúdo, pelo menos nas partes essenciais e em que revela novidades.

Silva, Constantino Ferreira. *Para a história da diocese de Nampula: documentos*. Braga: Pró-manuscrito, 1953.

Sousa, João da Santíssima Trindade e. *Algumas notas biográficas [extracto] a respeito do P. Frei João da Santíssima Trindade e Sousa*. Lisboa: Pró-manuscrito, 1963

### **Bibliografia Geral**

Almeida, Lopes de. «Domínio português na África.» In *História de Portugal*, dir. Damião Peres, vol. 7. Barcelos: Portucalense, 1935.

Araújo, António de Sousa. *Antoninhos da Conceição: dicionário de capuchos franciscanos*. Braga: Ed. Franciscana, 1996.

Araújo, António Sousa. «Beneplácito régio.» In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira de Azevedo, vol. A-C, 209-211. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000.

Araújo, António Sousa. «A crise da ordem franciscana em Portugal com o Absolutismo (séc. XVIII) e a sua supressão com o liberalismo (1834), confirmada pela República (1910).» In *Os 800 anos da Ordem Franciscana (1209-2009): os franciscanos em Portugal e no mundo português: actas*, 129-193. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2011.

Araújo, António de Sousa. «Dom Teófilo de Andrade: nota bibliográfica.» In *Memorial do Cemitério de Monte d'Arcos de Braga: arte tumular e seus eméritos*, dir. Alexandra Castro, 212-229. Braga: Câmara Municipal, 2016.

Araújo, António de Sousa. «Teófilo de Andrade.» In *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, dir. António Alberto Banha de Andrade, vol. 1, 239-240. Lisboa: Ed. Resistência, 1980.

Araújo, António de Sousa. «A Quinta da Alameda e o Seminário da Luz, um investimento ao abrigo da Concordata (1940).» In *Quadros da História de Lisboa: a freguesia de Carnide*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, Junta de Freguesia de Carnide, 2014.

Batalha, Manuel Luís Lopes. *Os franciscanos em Moçambique – 1940-1974: acção social, cívica e religiosa*. Porto: Universidade Portucalense, 2007.

Boléo, Oliveira. *Moçambique: pequena monografia*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1961.



- Carvalho, José. *Católicos nas vésperas da I República: os jesuítas e a sociedade portuguesa: o novo mensageiro do Coração de Jesus (1881-1910)*, 380-400. Porto: Civilização Editora, 2008.
- Carvalho, José. *A Concordata e o Acordo Missionário de Salazar*. S.N.: Via Occidentalis, 2008.
- Carvalho, Joaquim de. «Regime político dos pequenos partidos.» In *História de Portugal*, dir. Damião Peres, vol. 7. Barcelos: Portucalense, 1935.
- Clemente, Manuel. «A vitalidade religiosa do catolicismo português: do Liberalismo à República.» In *História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira de Azevedo, vol. 3, 65-127. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002.
- Cipaio. In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 6, 824. Lisboa: Edição Enciclopédia, 1960.
- Costa, Ernesto Gonçalves. *A obra missionária em Moçambique e o poder político*. Braga: Ed. Franciscana, 1996.
- Costa, Ernesto Gonçalves da. «Nampula e seu primeiro bispo, D. frei Teófilo de Andrade.» In *Franciscanos em Moçambique: cem anos de missão 1898-1998*, dir. David de Azevedo, 287-294. Braga: Ed. Franciscana, 1998.
- Cruz, Manuel Braga da. *O Estado Novo e a Igreja Católica*. Lisboa: Bizâncio, 1998.
- Ferreira, António Matos. «Congreganismo.» In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira de Azevedo, vol. A-C, 488-490. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000.
- Ferreira, António Matos. «Liberalismo.» In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira de Azevedo, vol. P-V, 428-441. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000.
- Ferreira, Fátima Moura. «A Igreja Bracarense na I Republicana.» In *Braga: roteiros republicanos*, J. Viriato Capela e A. Barreto Nunes, 72-87. Matosinhos: QuidNovi, 2010.
- Ferreira, Nuno Estevão. «O catolicismo português e a guerra colonial: legitimação e contestação.» In *Actas dos Encontros de Outono: A Igreja e o Estado em Portugal: da 1ª República ao limiar do século XXI*, 173-183. Vila Nova de Famalicão: CMVNF, Ausência, 2004.

- Fontes, Paulo F. de Oliveira. «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia.» In *História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira de Azevedo, vol. 3, 129-351. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002.
- Gonçalves, Nuno da Silva. «A dimensão missionária do catolicismo português.» In *História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira de Azevedo, vol. 3, 353-397. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002.
- Gonçalves, José Júlio Gonçalves. *Protestantismo em África, vol. 2: Contribuição para o estudo do protestantismo na África Portuguesa*. Lisboa: Junta de Investigação Ultramarina, 1960.
- Guedes, Marques. «Os últimos tempos da monarquia: 1890 a 1910.» In *História de Portugal*, dir. Damião Peres, vol. 7, 412-452. Barcelos: Portucalense, 1935.
- Helgesson, Alf. *Church, state and people in Mozambique: an historical study with special emphasis on Methodist developments in the Inhambane region*. Uppsala: University, 1994.
- Igreja Católica. *Concordata e acordo missionário de 7 de maio de 1940*. Lisboa: Secretariado da Propaganda Nacional, 1943.
- Igreja Católica, Concílio Plenário Português, 1926. *Pastoral colectiva, decretos*. Lisboa: União Gráfica, 1939.
- Lamelas, Isidro Pereira. «O Seminário da Luz: convento de Nossa Senhora da Conceição.» In *O Seminário da Luz nos 50 anos da sua Igreja*, coord. João Alves da Cunha, 41-74. Braga: Ed. Franciscana, 2018.
- Langa, Adriano. *Questões cristãs à religião tradicional africana (Moçambique)*. Braga: Ed. Franciscana, 1984.
- Lopes, Fernando Félix. *Missões franciscanas em Moçambique: 1898-1970*. Braga: Tip. Franciscana, 1972.
- Lourenço, Eduardo. *Labirinto da saudade: psicanálise mítica do destino Português*. Lisboa: Dom Quixote, 1988.
- Lucas, Maria Manuela. «Organização do império.» In *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. 5, 245-266. Lisboa: Estampa, 1998.
- Ministério das Colónias. *Diocese de Nampula: Niassa-Moçambique*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1949.
- Neto, Vitor. «O Estado e a Igreja.» In *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. 5, 227-243. Lisboa: Estampa, 1998.

- Newitt, Malyn. *História de Moçambique, B-H*. Mem-Martins: Pub. Europa-América, 2012.
- Nogueira, Franco. *História de Portugal: 1933-1974, II Suplemento*. Porto: Civilização, 1971.
- Novo, Marques (coord.). *Fontes Franciscanas: escritos, biografias, documentos*. Braga: Ed. Franciscana, 1994.
- Oliveira, Miguel de. *História Ecclesiástica de Portugal*. Mem Martins: Europa-América, 1994.
- Paixão, Braga. *Franciscanos portugueses em África*. Braga: Boletim Mensal das Missões Franciscanas, 1948.
- Paiva, José Pedro. «Pastoral e evangelização: as missões internas.» In *História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira de Azevedo, vol. 2, 239-313. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000.
- Pinto, António Costa. *Portugal Contemporâneo*. Madrid: Sequitur, 2000.
- Ramos, Rui. «A segunda fundação (1890-1926).» In *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. 6. Lisboa: Estampa, 1998.
- Rego, António da Silva. *Adaptação missionária e assimilação colonizadora no ultramar português*. Lisboa: Agência-Geral de Ultramar, 1958.
- Rego, António da Silva. *Alguns problemas sociológico-missionários da África Negra*. Lisboa: Junta de Investigação Ultramarina, 1960.
- Rego, António da Silva. *Curso de missionologia*. Lisboa: Agência-Geral de Ultramar, 1956.
- Ribeiro, Ângelo. «Consolidação do novo regime.» In *História de Portugal*, dir. Damião Peres, vol. 7, 468-522. Barcelos: Portucalense, 1935.
- Ribeiro, Bartolomeu. *Guia de Portugal franciscano continental e insular*, ed. Vitor Teixeira. Braga: Ed. Franciscana, 2018.
- Rosas, Fernando Rosas. «O Estado Novo nos anos 30.» In *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. 7, 217-266. Lisboa: Estampa, 1998.
- Santos, Eduardo dos. *O Estado Português e o Ultramar Missionário*. Lisboa: Agência-Geral de Ultramar, 1964.
- Seabra, João. *O Estado e a Igreja em Portugal no início do século XX: a lei da separação de 1911*. Lisboa: Principia, 2009.

- Torgal, Luís Reis. «Igreja e Estado no regime de Salazar: entre a «separação», a «concordata» e a polémica.» In *Actas dos Encontros de Outono: A Igreja e o Estado em Portugal: da 1ª República ao limiar do século XXI*, 97-129. Vila Nova de Famalicão: CMVNF, Museu Bernardino Machado, ed. Ausência, 2004.
- Xibalo. In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 37, 97. Lisboa: Edição Enciclopédia, 1960.

### **Publicações Periódicas<sup>304</sup>**

- Boletim Eclesiástico da Diocese de Nampula* ano I, 1 (1941-1942): 1-55.
- Boletim Eclesiástico da Diocese de Nampula* ano II, 2 (ago. 1942- out. 1943): 56-120.
- Boletim Eclesiástico da Diocese de Nampula* ano III, 3 (out. 1943- dez. 1945): 123-188.
- Boletim Eclesiástico da Diocese de Nampula* ano IX, 9 (dez. 1949- mar. 1951): 428-465.
- Boletim Mensal* ano XX, n.º 9-10 (set.-out. 1927): 282-287.
- Boletim Mensal* ano XXXIV, n.º 7 (jul. 1941): 161-192.
- Missões Franciscanas* 134 (1954): 1-5.
- O Missionário Católico* 26, 313 (1949): 210-211.
- Voz de Santo António* 4.º Ano, n.º 13, 2ª série (janeiro 1898): 414-415.
- Abreu, Paulo. «A doutrina social da Igreja em D. Augusto Eduardo Nunes.» *Lusitania Sacra* 2.ª Serie, 3 (1991): 265-290.
- Araújo, António de Sousa. «Os centenários franciscanos: à luz da correspondência de Severo Portela com o franciscano P. Frei Joaquim Capela – 1927-1935.» *Itinerarium* Ano LIV, n.º 190 (jan-abril 2008): 95-145.
- Araújo, António de Sousa. «Centenários das missões das Missões Franciscanas em Moçambique (1898-1998).» *Itinerarium* Ano XLIV, n.º 161 (maio-agosto 1998): 293-301.
- Araújo, António de Sousa. «Das missões paroquiais, a Imprensa e às missões ad gentes.» *Itinerarium* Ano XLIV, n.º 160 (jan-abril 1998): 91-123.
- Araújo, António de Sousa. «História do Seminário da Luz: achegas para o seu estudo.» *Itinerarium* Ano XLI, n.º 151 (jan-abril 1995): 55-146.

---

<sup>304</sup> O *Boletim Eclesiástico da Diocese de Nampula* consultado encontra-se arquivado no APPOF, Armário II, 4, nº 101.

- Araújo, António de Sousa. «A República, fonte de alívio para a família franciscana? O valor do salvo conduto.» *Itinerarium* Ano LVII, n.º 200-201 (maio-dez. 2011): 263-372.
- Assunção, Rafael Maria da. «A minha vocação missionária.» *Pax et Bonum* ano 19, 60 (1948): 16-25.
- Branco, Bento. «Fundamento político das missões.» *Pax et Bonum* ano 23, 69 (1951): 77-85.
- Casimiro, «Crónica.» *Pax et Bonum* ano 12, 41 (1941): 108-130.
- Cerejeira, Manuel Gonçalves. «Concordata e acordo missionário.» *Lumen; Revista de Cultura para o Clero* vol. 4 (1940), 5-748.
- Correia, J. Alves. «As missões religiosas como instrumento de civilização portuguesa.» *Boletim da Agência Geral das Colónias* ano II, 16 (1926): 72-87.
- Costa, António Domingues de Sousa. «As missões franciscanas: cap. III.» *Pax et Bonum* Ano 19, 60 (1948): 88-108.
- Dinis, A. J. Dias. «Obstáculos à acção missionária.» *Boletim Mensal* ano XLIV, 5 (maio 1951): 213-223.
- Franco, José Eduardo. «A controvérsia modernista entre Franciscanos e Jesuítas nas vésperas da revolução republicana.» *Itinerarium* Ano LVII, n.º 200-201 (maio-dez. 2011): 209-211.
- Gonçalves, Manuel Pereira. «A “Voz de Santo António”: génese e extinção.» *Itinerarium* Ano LVII, n.º 200-201 (maio-dez. 2011): 247-261.
- Gouveia, Teodósio de. «O problema missionário português.» *Portugal em África* vol. IX, 51 (1952): 151-160.
- Jorge, Ana Maria; Nunes, Elisabete. «A questão da Voz de Santo António: alguns elementos para o seu estudo (1908-1910).» *Reflexão Cristã* ano XIV, 68 (1990): 27-45.
- Leite, Rita Mendonça. «Eduardo Moreira e as missões protestantes no espaço colonial português: ecos de um projecto pedagógico de evangelização na primeira metade do século XX.» *Lusitania Sacra* 25 (2012): 115-125.
- Oliveira, Casimiro da Piedade. «Crónica.» *Pax et Bonum* ano 12, 41 (1941): 108-130.
- Portugal, Governo. «Acordo Missionário.» *Lumen; Revista de Cultura para o Clero*, vol. 4 (1940): 343-347.

- Portugal, Governo. «Estatuto Missionário.» *Lumen; Revista de Cultura para o Clero* vol. 5 (1941): 5-751.
- Matos, Luís Salgado. «Os bispos portugueses: da Concordata ao 25 de Abril – alguns aspetos.» *Análise Social* vol. 29, n.º 125/126, (1994): 319-383.
- Motta, Agostinho. «Indeclinável dever.» *Boletim Mensal* Ano III, n.º 8 (nov. 1910): 225-256.
- Nogueira, Eurico Dias. «O Estado e as missões católicas no Ultramar Português.» *Portugal em África: Revista de Cultura Missionária* vol. 15, n.º 88, (1958): 195-220.
- Poiares, Afonso. «Crónicas de África: primeiras impressões do Niassa,» *Missões franciscanas* 40 (1946): 1-4.
- Reis, Bruno Cardoso. «A concordata de Salazar? Uma análise a partir das notas preparatórias de março de 193.» *Lusitania Sacra* 2.ª Serie, 12 (2000): 85-220.
- Rema, Henrique Pinto. «Os Franciscanos e a República em Portugal: testemunhos.» *Itinerarium* Ano LVII, n.º 200-201 (maio-dez. 2011): 373-542.
- Santos, Luiz Feliciano dos. «O lobolo à face do decreto n.º 35.461.» *Missões Franciscanas* 39 (1946): 1-4.
- Silva, Giselda Brito. «Nacionalizar ou evangelizar? Alguns dilemas das práticas missionárias na constituição do império Português em Angola (1930-40).» *Lusitania Sacra* 2.ª Serie, 35 (jan-jun 2017): 165-181.
- Silva, Manuel Taveira da. Alguns aspectos da evangelização em Moçambique: dificuldades e problemas.» *Pax et Bonum* ano 19, 60 (1948): 3-15.
- Valença, Manuel. «A favor das missões franciscanas.» *Boletim Mensal* Ano XXXIV, n.º 10 (out. 1941): 264-265.

### **Atos Oficiais da Santa Sé**

- Bento XV. «Epistola Apostolica Maximum Illud.» In *Acta Apostolicae Sedis*, n.º 13, ano XI, vol. XI (dez. 1919): 440-455.
- Pio XI. «Litterae Encyclicae Rerum Ecclesiae.» In *Acta Apostolicae Sedis*, n.º 3, ano XVIII, vol. XVIII (mar. 1926): 65-83.
- Pio XII. «Epistola Encyclica Saeculo Exeunte Octavo.» In *Acta Apostolicae Sedis*, n.º 8, ano XXXII, vol. XXXII (jul. 1940): 249-260.

### **Website**

«Cronica Ligeira», *Voz de Santo António* nº 14 (fev. 1908): contracapa,  
[http://icm.ft.lisboa.ucp.pt/resources/Documentos/CEHR/Rec/VozSAnt/PT\\_UCP-CEHR\\_VSA\\_1908\\_Fev.pdf](http://icm.ft.lisboa.ucp.pt/resources/Documentos/CEHR/Rec/VozSAnt/PT_UCP-CEHR_VSA_1908_Fev.pdf)

Santos, Denilson Lessa. «Conhecer para catequizar e dominar: colonialismo, visões sobre o outro e missões católicas, Moçambique (1885-1940),» acedido a 6 de junho de 2019, [https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1504544996\\_ARQUIV\\_O\\_Denilson\\_Lessa\\_dos\\_Santos.pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1504544996_ARQUIV_O_Denilson_Lessa_dos_Santos.pdf)





## **Anexos**



## **ANEXO A**

**D. Teófilo de Andrade**





**D. Teófilo de Andrade, no Seminário da Luz,  
(entre 1951 e 1954)**



**ANEXO B**  
**Provimento da Diocese de Nampula – Moçambique**







MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS  
ESTRANGEIROS

REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS  
POLÍTICOS

N.º 33,2

Ano de 1941

Vaticano

PROVIMENTO DA DIOCESE DE NAMPULA - MOÇAMBIQUE

Vol.

Andrade Teófilo (Rev.º)

33,2 - 34,22 - 39,2

Vide N.º 33,2 - Provimento das Dioceses da África Portuguesa e Timor  
- Circulares e despatches das missões  
- Publicação oficial das respectivas nomeações, etc.

E.V.L.

Lisboa, 18 de Julho de 1941.

Procº. 33,2

Nº. 124

Exmº. Sr. Chefe do Gabinete de Sua Exª. o  
Ministro das Colónias,

Para os devidos efeitos tenho a honra de levar  
ao conhecimento de V. Exª. que este Ministério comunicou  
oportunamente à Nunciatura Apostólica que, da parte do  
Governo Português, nenhuma objecção havia contra a escolha  
do M. Revmº. Padre Teófilo de Andrade, Provincial dos  
Franciscanos Portugueses, para Bispo da nova Diocese de  
Nampula na Colónia de Moçambique.

A Bem da Nação.

O Director Geral,

J. da Costa Carneiro



R.P.

Proc. 33,2

Lisboa, 9 de Maio de 1941.

Nº. 3

Excelentissimo e Reverendissimo Senhor

Tenho a honra de acusar a recepção da Nota que Vossa Excelência me dirigiu em 5 do corrente, comunicando, nos termos do artigo 7 do Acôrdo Missionário de 7 de Maio de 1940 entre Portugal e a Santa Sé, ter o Santo Padre escolhido para Bispo da nova diocese de Nampula na Colónia de Moçambique, o M. Rev.<sup>do</sup> Padre Teófilo de Andrade, Provincial dos Franciscanos Portuguezes.

Ao agradecer a Vossa Excelência a sua comunicação, é-me grato informar Vossa Excelência de que por parte do Govêrno Português nenhuma objecção ha contra a escolha da-quele Prelado.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelencia os protestos da minha mais alta consideração.

a) Oliveira Salazar

Sua Excelencia Reverendissima

Monsenhor Pietro Ciriaci

&., &., &.

*A Nunciatura Apostólica e Gab. Colúmbio  
18.7.41  
em 9-5-741*



AU PORTUGAL

N. 3955

MIN. G. AL. NEGÓCIOS POLITÍCOS

ENTRADA

N.º Processo 33.2  
de Maio de 19 41



Lisbona, 5 de Maio de 1941

Excelentíssimo Senhor

Em cumprimento do que estabelece o artigo 7 do Acôrdo Missionário entre a Santa Sé e Portugal, de 7 de Maio de 1940, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que o Santo Padre escolheu para Bispo da nova diocese de Nampula na colónia de Moçambique o M. Rev.do Padre Teófilo de Andrade, Provincial dos Franciscanos Portugueses.

Desejando anunciar o provimento da dita diocese no próximo Consistorio, que deve efectuar-se em 12 do corrente, a Santa Sé ficaria muito reconhecida recebendo uma resposta a tempo de poder fazê-lo.

Aproveito a ocasião para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

*P. Ciniaci*

A Sua Excelência  
O Sr. Dr. António de Oliveira Salazar  
Presidente do Conselho e  
Ministro dos Negócios Estrangeiros





MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
DIRECÇÃO GERAL  
DOS  
NEGÓCIOS POLÍTICOS E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Lisboa, de Maio de 1941.

Proc. 33,2

Nº.

Exm<sup>a</sup>. Sennor Chefe do Gabinete de  
Sua Ex<sup>a</sup>. o Ministro das Colónias

URGENTE

CONFIDENCIAL

*Com seguiu, fr. ordem de  
S. Ex<sup>a</sup>. o Sec. G<sup>al</sup>.*

— 012094 211111 Tenho a honra de levar ao conhecimento de V.

Ex<sup>a</sup>. que a Nunciatura Apostólica comunicou a êste Minis-  
tério, em cumprimento do que estabelece o artigo 7 do  
Acordo Missionário entre Portugal e a Santa Sé de 7 de  
Maio de 1940, que o Santo Padre escolheu para Bispo da  
nova diocese de Nampula na Colónia de Moçambique o M. Revd<sup>a</sup>.  
Padre Teófilo de Andrade, Provincial dos Franciscanos Por-  
tuguêses.

2. Segundo acrescenta a Nunciatura, a Santa Sé  
ficaria muito reconhecida se pudesse ter uma resposta  
em tempo oportuno, para anunciar o provimento da dita dio-  
cese no próximo Consistório, que deve efectuar-se em 12 do  
corrente.

3. Rogo a V. Ex<sup>a</sup>. se digne levar o que antecede  
ao conhecimento de Sua Ex<sup>a</sup>. o Ministro das Colónias, e  
muito agradeceria o favor de habilitar esta Secretaria

de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
DIRECÇÃO GERAL  
DOS  
NEGÓCIOS POLÍTICOS E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Lisboa, 27 de Maio de 1947.

Proc. 33,3

Nº.

Exm.º Senhor Chefe do Gabinete de  
Sua Ex.ª, o Ministro das Colónias

URGENTE

de Estado a responder sobre o assunto a Nunciatura Apostó-

Ex.ª, que a Nunciatura Apostólica comunicou a este

tério, em cumprimento do que estabelece o artigo 7.º do

Acordo Mista, a Nunciatura Apostólica e a Santa Sé de 7 de

Maio de 1940, que o Santo Padre escolheu para Bispo da

nova diocese de Namunda na Colónia da Moçambique o M. Rev.º

Padre Teófilo de Andrade, Provincial dos Franciscanos Por-

tuguezes.

2.º Segundo acrescenta a Nunciatura, a Santa Sé

ficaria muito reconhecida se pudesse ter uma resposta

em tempo oportuno, para anunciar o provimento da dita di-

cese no próximo Consistório, que deve efectuar-se em 13 do

corrente.

3.º Como a V. Ex.ª, se digna levar o que antecede

ao conhecimento de Sua Ex.ª, o Ministro das Colónias, e

muito agradecerá o favor de facilitar esta Secretaria

de



MINISTÉRIO  
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Serviços da Cifra

2.º G.º NEGÓCIOS POLÍTICOS

ENTRADA  
N.º \_\_\_\_\_ Processo 33,2  
Em 14 de Maio de 1941

1519

N.º 59

TELEGRAMA RECEBIDO

da { Embaixada  
Legação } de Portugal em  
do Consulado

VATICANO

Expedido em 12 de Maio de 1941 às 21  
Recebido em 13 de 23

59 - Consistório hoje realizado Santo Padre elegu sô quatro novos bis-  
pos português brasileiro italiano e alemão sendo eleito Bispo de Hampu-  
la padre Teofilo da Trindade, principal dos franciscanos em Portugal.  
Entre os já eleitos foram proclamados Arcebispo de Goa e Patriarca das  
Índias D. José Costa Nunes, Arcebispo de Loanda ---?--- D. Mo-  
s/os Alves Pinho, Arcebispo de Lourenço Marques D. Teodosio Clemente  
Gouveia, Bispo de Cabo Verde D. Faustino Moreira Santos, Bispo de Nova  
Lisboa D. Daniel Gomes Junqueira, Bispo Elenopolis da Palestina D. Ma-  
nuel Trindade Salgueiro.

a) Carneiro Pacheco

Cópia à Direcção Geral competente em 14.5.41 - A





## **ANEXO C**

### **Mapas**









## Índice

<b>RESUMO .....</b>	<b>3</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>3</b>
<b>Siglas .....</b>	<b>5</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO I .....</b>	<b>11</b>
<b>Enquadramento histórico .....</b>	<b>11</b>
<b>1. Do liberalismo à I República .....</b>	<b>11</b>
<b>1.1. A Conferência de Berlim.....</b>	<b>14</b>
<b>1.2. O <i>ultimatum</i> inglês .....</b>	<b>15</b>
<b>1.3. As missões .....</b>	<b>16</b>
<b>1.4. A «Polémica modernista» .....</b>	<b>18</b>
<b>2. A I República .....</b>	<b>20</b>
<b>2.1. Desanuviamiento anti-clerical .....</b>	<b>24</b>
<b>3. O Estado Novo .....</b>	<b>25</b>
<b>3.1. O Concílio Plenário Português de 1926 .....</b>	<b>26</b>
<b>3.2. António Salazar, a Concordata e o Acordo Missionário .....</b>	<b>28</b>
<b>3.2.1. A Concordata .....</b>	<b>31</b>
<b>3.2.2. O Acordo Missionário .....</b>	<b>32</b>
<b>3.2.2. O Estatuto Missionário .....</b>	<b>33</b>
<b>4. Síntese .....</b>	<b>34</b>
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>37</b>
<b>Percurso biográfico de D. Teófilo de Andrade.....</b>	<b>37</b>
<b>1. Pessoa.....</b>	<b>37</b>
<b>2. Formação inicial .....</b>	<b>37</b>
<b>3. Formação académica e ordenação presbiteral.....</b>	<b>39</b>
<b>4. Professor, formador .....</b>	<b>41</b>
<b>5. Pároco .....</b>	<b>42</b>
<b>6. Ministro Provincial: 1º e 2º Provincialado .....</b>	<b>43</b>
<b>7. O caso de Ovar.....</b>	<b>45</b>
<b>8. Ministro Provincial: o 3.º Provincialado .....</b>	<b>47</b>
<b>9. Nomeação episcopal como Bispo de Nampula-Moçambique .....</b>	<b>49</b>
<b>10. Síntese .....</b>	<b>51</b>
<b>CAPÍTULO III .....</b>	<b>53</b>
<b>A ação missionária de D. Teófilo de Andrade na Diocese de Nampula .....</b>	<b>53</b>
<b>1. Algumas questões introdutórias .....</b>	<b>53</b>
<b>1.1. Portugalizar, nacionalizar e evangelizar .....</b>	<b>53</b>
<b>1.2. Missiologia.....</b>	<b>54</b>

1.3. As encíclicas missionárias .....	58
1.4. Breve caracterização da nova diocese de Nampula: território, população, religiosidade .....	60
1.5. As Missões protestantes e maometanas .....	62
2. Ação pastoral de D. Teófilo de Andrade (1941-1951).....	65
2.1. Ano de 1941 .....	65
2.1.1. Correspondência com as autoridades civis.....	66
2.1.2. Exortações, Cartas, Recomendações .....	67
2.1.3. Visitas pastorais .....	67
2.2 Ano de 1942 .....	68
2.2.1. Correspondência com as autoridades civis.....	68
2.2.2. Exortações, Cartas, Recomendações .....	72
2.2.3. Visitas pastorais .....	73
2.3. Ano de 1943 .....	74
2.3.1. Correspondência com as autoridades civis.....	74
2.3.2. Exortações, Cartas, Recomendações .....	75
2.4. Ano de 1944 .....	77
2.4.1. Correspondência com as autoridades civis.....	77
2.4.2. Exortações, Cartas, Recomendações .....	79
2.4.3. Visitas pastorais .....	80
2.5. Ano de 1945 .....	80
2.5.1. Correspondência com as autoridades civis.....	80
2.6. Ano de 1946 .....	81
2.6.1. Correspondência com as autoridades civis.....	81
2.7. Ano de 1947 .....	81
2.7.1. Correspondência com as autoridades civis.....	81
2.8. Ano de 1948 .....	82
2.8.1. Correspondência com as autoridades civis.....	82
2.9. Anos de 1949 e 1950.....	83
2.9.1. Correspondência com as autoridades civis.....	83
2.9.2. Exortações, Cartas, Recomendações .....	84
2.9.3. Visitas pastorais .....	85
2.10. Ano de 1951 .....	85
2.10.1. Correspondência com as autoridades civis.....	85
2.11. Avaliação global .....	90
3. Regresso a Portugal e falecimento (1954) .....	92
4. Síntese .....	93
Conclusão .....	95
Bibliografia .....	99
Anexos .....	109
ANEXO A - D. Teófilo de Andrade.....	111

<b>ANEXO B - Provimento da Diocese de Nampula – Moçambique.....</b>	<b>115</b>
<b>ANEXO C - Mapas.....</b>	<b>125</b>
<b>Índice .....</b>	<b>129</b>